



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**BELÉM-PA  
2016**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, da DN TCU n° 146/2015 e alterações posteriores, da DN TCU n° 147/2015 e da Portaria TCU n° 321/2015.

**ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL**

**BELÉM-PA  
2016**

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....	3
LISTA DE QUADROS .....	5
LISTA DE ANEXOS .....	7
SEÇÃO I .....	8
APRESENTAÇÃO .....	8
SEÇÃO II .....	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....	10
SEÇÃO III .....	24
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	24
3. GOVERNANÇA .....	71
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	80
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	85
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	88
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	114
8. ANEXOS .....	118

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia  
AFRMM – Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante  
BASA – Banco da Amazônia S/A  
BCB – Banco Central do Brasil  
CA – Capacidade de Atendimento  
CADES – Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional  
CE – Cláusulas Essenciais  
CGAFI – Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento  
CGAV – Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais  
CGFIN – Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento  
CGIF – Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros  
CGV – Capacidade Geral de Vistoria  
CIEI – Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo  
CIF – Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros  
CLCF – Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento  
CONDEL - Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de atração de Investimentos  
DIPLAN – Diretoria de Articulação de Políticas  
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia  
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte  
ICIF – Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais  
IEPB – Índice de Efetividade Produtiva do Benefício  
IESI – Índice de Efetividade Social do Incentivo  
IFIRPJ – Incentivo Fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria  
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica  
LC – Lei Complementar  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MI – Ministério da Integração Nacional  
PC – Prestação de Contas  
PFV – Produtividade da Função Vistoria  
PPA – Plano Plurianual  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RI – Regimento Interno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TA – Termo Aditivo

TCU – Tribunal de Contas da União

TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos

UF – Unidade Federativa

UF – Unidade Federativa.

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas.

VA – Volume de Pleitos Atendidos

## LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- Quadro A.1.5 – Macroprocessos finalísticos
- Quadro A.2 – Metas Globais da Sudam em 2015
- Quadro A.2.1.1 - Plano de trabalho da CPOR em 2015
- Quadro A.2.1.2 - Plano de trabalho da CGEAP em 2015
- Quadro A.2.1.3 - Plano de trabalho da COGPE em 2015
- Quadro A.2.1.4 - Plano de trabalho da CGCOM em 2015
- Quadro A.2.1.5 - Plano de trabalho da COGID em 2015
- Quadro A.2.3.1.1 – Orçamento 2015 – Finalístico
- Quadro A.2.3.1.2 – Dotação e Despesas – Orçamento próprio Sudam 2015
- Quadro A.2.3.1.3 – Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2015
- Quadro A.2.3.1.4 – Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2015
- Quadro A.2.3.1.5 – Restos a Pagar - Emendas Sudam 2015
- Quadro A.2.3.2.1 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20WQ
- Quadro A.2.3.2.2 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 20N8
- Quadro A.2.3.2.3 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código:20N9
- Quadro A.2.3.2.4 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 20NE
- Quadro A.2.3.2.5 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código:20NK
- Quadro A.2.3.2.6 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código:8902
- Quadro A.2.3.2.7 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 7K66
- Quadro A.2.3.2.8 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 8172
- Quadro A.2.3.2.9 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS/ Código: 4542
- Quadro A.2.3.2.10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS/ Código: 20N7
- Quadro A.2.3.2.11 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.2.3.2.12 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
- Quadro A.2.3.2.13 - Situação da análise das contas prestadas no exercício 2015
- Quadro A.2.3.2.14 - Perfil dos atrasos das contas prestadas por recebedores de recursos
- Quadro A.2.3.3.1 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 00M1
- Quadro A.2.3.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 09HB
- Quadro A.2.3.3.3 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000
- Quadro A.2.3.3.4 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000
- Quadro A.2.3.3.5 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2004
- Quadro A.2.3.3.6 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2010
- Quadro A.2.3.3.7 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2011
- Quadro A.2.3.3.8 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2012
- Quadro A.2.3.3.9 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 20TP
- Quadro A.2.3.3.10 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 0181
- Quadro A.2.3.4.1 – Despesas por modalidade de contratação
- Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa
- Quadro A.2.3.5.1– Concessão de suprimento de fundos
- Quadro A.2.3.5.2 – Utilização de suprimento de fundos
- Quadro A.2.3.5.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência
- Quadro A.2.3.6 – Despesas com publicidade
- Quadro A.2.5.1.1 - Indicadores de Gestão de processos
- Quadro A.2.5.1.2 - Indicadores de Gestão de processos
- Quadro A.2.5.2 – Indicadores de Desempenho

Quadro A.3.1 – Estruturas de governança  
Quadro A.3.3 - atribuições dos servidores lotados na auditoria-geral da Sudam  
Quadro A.3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos  
Quadro A.4.1.1 – Quantidade de Manifestações  
Quadro A.4.1.2 – Tipos de Manifestações  
Quadro A.4.1.3 – Status das Manifestações  
Quadro A.4.1.4 – Setores Demandados  
Quadro A.4.1.5 – Meios de Entrada  
Quadro A.4.1.6 – Assuntos Demandados  
Quadro A.4.1.7 – Percentual de Manifestações por tempo de resposta  
Quadro A.4.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte I  
Quadro A.4.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte II  
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC  
Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva  
Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC  
Quadro A.6.1.1.4 – Aposentadorias Sudam (2015-2030)  
Quadro A.6.1.1.5 – Faixa-etária dos servidores da Sudam  
Quadro A.6.1.1.6 – Servidores acompanhados no Serviço de Assistência Médica e Odontológica  
Quadro A.6.1.1.7 - Servidores atendidos em Abono Permanência  
Quadro A.6.1.1.8 - Servidores em Abono Permanência  
Quadro A.6.3.1.1 - Metas e Ações – PDTI 2014-2015  
Quadro A.6.3.1.2 – Sistemas da Sudam  
Quadro A.6.3.1.3 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI  
Quadro A.6.5.1.1 – Identificação da UPC  
Quadro A.6.5.1.2 – Despesas executadas diretamente pela UPC – Créditos Originários  
Quadro A.6.5.1.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores  
Quadro A.6.5.1.4 – Agentes envolvidos  
Quadro A.6.5.1.5 - Limite máximo de participação do FDA  
Quadro A.6.5.1.6 – Relação dos principais projetos e operações no exercício  
Quadro A.6.5.1.7 – Número de operações e valores aplicados  
Quadro A.6.5.1.8 – Número de operações  
Quadro A.6.5.1.9 – Relação dos projetos liberados no exercício  
Quadro A.7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento  
Quadro A.7.3 – Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de Danos ao Erário

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA SUDAM

ANEXO II – LEGENDA ORGANOGRAMA SUDAM

ANEXO III – PLANOS OPERATIVOS

ANEXO IV – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES (QUADRO A.2.3.2.15 )

ANEXO V – CUSTOS DO PESSOAL (QUADRO A.6.1.2)

ANEXO VI – COMPOSIÇÃO CONDEL/SUDAM

ANEXO VII – 1º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – FDA - 2006 A 2014

ANEXO VIII – MAPA ESTRATÉGICO DA SUDAM VIGENTE NO EXERCÍCIO DE 2015

ANEXO IX – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS - SUDAM

ANEXO X – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS - FDA

## SEÇÃO I

### APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e posteriores alterações e Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015.

A fim de contribuir para a realização da missão da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI - coopera com a execução das atividades com vistas à consecução dos objetivos estratégicos, na atração de investimentos para a Amazônia Legal, com a geração e manutenção de emprego e renda, articulando-os a projetos estruturadores, com o propósito de superar as desigualdades regionais e a pobreza extrema na região, promovendo a integração econômica intra e interregional e a expansão da infraestrutura produtiva, por meio da aprovação de projetos de incentivos fiscais, resultando na redução das desigualdades.

Dessa forma, a DGFAI, por meio da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF), analisou projetos de incentivos fiscais em 8 estados da Amazônia Legal, em 2015. Um total de 92 empresas obtiveram pleitos aprovados pela Sudam no exercício, o que proporcionou a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para 126 linhas de produção, aumentando a capacidade industrial instalada na Amazônia Legal, mantendo e gerando empregos diretos e indiretos. Em relação à Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN), foram aprovadas 3 consultas prévias para os setores de indústria e infraestrutura totalizando R\$ 1.344.299.713,54 de recursos provenientes do FDA, sendo 1 consulta prévia no setor de indústria com participação do fundo de R\$ 163.454.942,00, e 2 consultas-prévias no setor de infraestrutura, com participação do fundo de R\$ 1.180.844.774,54. Também foram liberados R\$ 43.757.759,02 de recursos do fundo, referente à 1 projeto, pertencentes aos setores da infraestrutura.

No âmbito da Diretoria de Planejamento e Articulação de Política - DIPLAN - dentre outras ações, foram firmados 32 convênios nos estados de Roraima, Amapá, Tocantins, Acre, Rondônia e Mato Grosso num montante superior à R\$ 23 milhões e 4 Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) num montante superior à R\$ 2 milhões.

Nesse exercício, a Sudam possui orçamento próprio oriundo do Orçamento Geral da União - OGU, o qual no exercício de 2015 foi de R\$ 5.800.000,00 que foi utilizado na execução das ações finalísticas da DIPLAN. Além dos valores oriundos desse orçamento, houve o acréscimo de dividendos para execução das atividades através das Emendas Parlamentares Individuais no montante de R\$ 80.039.900,00.

Dentre as dificuldades na realização dos trabalhos das áreas finalísticas da Sudam no exercício de 2015, destacam-se:

- Recursos insuficientes para aquisição de passagens e pagamento de diárias para a realização das vistorias prévias, previstas no Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam;

- Grande retrabalho de análises sobre projetos encaminhados de forma inconsistente e incompleta pelos autores, ocasionando perda na eficiência da unidade. Para solucionar esse problema, se encontra em andamento um programa de reformulação do Regulamento de Incentivos Fiscais, nele introduzindo maior nível de detalhamento, com vistas a torná-lo mais autoexplicativo possível;

- Grande concentração na demanda de projetos às proximidades do final do exercício, ocasionando sérias dificuldades com as programações de vistorias, assim como em relação à emissão de pareceres a serem aprovados ainda dentro do exercício.

- A pequena literatura existente acerca da avaliação de resultados dos instrumentos utilizados nas políticas de desenvolvimento regional, e a pouca experiência do corpo técnico em fazer esse tipo de análise de desempenho.

Para assegurar o planejamento, transparência, controle e melhoria contínua na gestão, a Sudam, por intermédio da Assessoria de Gestão Institucional, iniciou o processo de elaboração do Planejamento Estratégico da instituição, a partir da metodologia preconizada pelo Balanced ScoreCard. Espera-se que em 2016 seja iniciada a fase de implementação das ações estratégicas, ainda em fase de elaboração.

## SEÇÃO II

### 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

#### 1.1. Finalidade e competências

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional, cuja finalidade consiste em promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, conforme Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento de execução é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

As competências institucionais da Sudam estabelecidas na LC 124/07 são:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial, que considerem as potencialidades e as especificidades de sua área de atuação;
- Articular e propor programas e ações perante os ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supra-estadual ou sub-regional;
- Articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas na sua área de atuação, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I do caput deste artigo;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos §§ 1o e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;
- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação.
- Coordenar programas de extensão e gestão rural, assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;
- Estimular a obtenção de patentes e coibir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do País;

- Propor, em articulação com os ministérios competentes, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

## **1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento**

### **1.2.1. Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada**

- Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007

### **1.2.2. Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada**

- Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 (Estrutura Regimental)

- Resolução nº 33 de 29 de outubro de 2014 (Regimento Interno)

### **1.2.3. Manuais e Publicações relacionados às Atividades Jurisdicionadas**

- Plano de Ação 2015.

- Manual de Normas e procedimentos – Uso da Telefonia Móvel Celular - Dispõe sobre as normas e procedimentos para o controle e a utilização dos serviços de comunicação telefônica móvel celular.

- Norma de Procedimentos PROAS/Sudam/2009 - Disciplina os procedimentos relativos à assistência ambulatorial, médica, odontológica, social.

- Norma de Procedimentos nº 001/2010 - Disciplina os procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas e veículos, a entrada e saída de bens e documentos.

- Norma de Procedimentos nº 002/2010 - Disciplina os procedimentos para ocupação e dispensa da Função Comissionada Técnica - FCT.

- Norma de Procedimentos nº 003/2010 - Disciplina os procedimentos para concessão de patrocínio.

- Norma de Procedimentos nº 004/2010 - Disciplina os procedimentos para solicitação, uso guarda, conservação, manutenção, abastecimento e controle dos veículos automotores do patrimônio da Sudam.

- Norma de Procedimentos nº 001/2011 – Altera a Norma de Procedimentos nº 001/2010 que disciplina os procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas e veículos, a entrada e saída de bens e documentos.

- Norma de Procedimentos nº 002/2011 - Disciplina os procedimentos relativos às ações de capacitação no âmbito da Sudam.

- Norma de Procedimentos nº 001/2013 – Disciplina os procedimentos a serem observados e aplicados para a formulação do pedido de parcelamento de débitos, na fase administrativa, e a formalização do respectivo processo no âmbito da Sudam.

- Manual de Uso da Marca da Sudam em projetos – Disciplina procedimentos para o uso de Placas de Identidade Visual em projetos e convênios aprovados pela Sudam.

- Portaria Normativa nº 001/2011 - Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens.

- Portarias Normativas nº 002/2011 e nº 003/2011 - Dispõe sobre os procedimentos para consolidação de boas práticas de que trata a Agenda Ambiental da Administração Pública no âmbito da Sudam.
- Manual de Normas e Procedimentos – Elaboração do Relatório de Gestão.
- Manual de Normas e Procedimentos – Utilização do Repositório de Arquivos.
- Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam.
- Cartilha do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA/2009 - Regulamento, Diretrizes, Prioridades e Modelos para Apresentação de Carta-Consulta e Projetos.
- Regimento Interno.
- Cartilha de Programas e Ações para alocação de Emendas Parlamentares à Sudam.
- Folders e informativos.

### **1.3. Ambiente de atuação**

O mercado de atuação da Sudam é a Amazônia Legal conforme definido na Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953 e alterações posteriores, bem como na Lei Complementar nº 124 de 3 de janeiro de 2007. Como missão, a Sudam busca promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais, o que implica em vencer desafios, principalmente, de ordem socioeconômica e ambiental, a exemplo de infraestrutura, geração de emprego e renda, regularização fundiária, produção sustentável com inovação tecnológica, assistência técnica e outros desafios.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades financiadoras de projetos na região (FNO, Governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas) ofertando financiamentos com taxas menores que o mercado financeiro, representadas por instituições bancárias ligadas aos governos estaduais. No entanto, as taxas administradas pelo FDA são subsidiadas e os prazos de carência e de amortização.

A Sudam, por meio da DIPLAN, fundamenta-se no pensar o desenvolvimento da região de forma planejada, organizada e articulada utilizando os instrumentos de ação da instituição para acelerar o crescimento econômico da região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

Como instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Desta forma, na Sudam, a programação orçamentária é elaborada anualmente e compreende duas fases: qualitativa e quantitativa, sendo materializada através da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual). A fase qualitativa compreende a descrição dos programas e ações que irão compor o orçamento da Instituição se materializando através da LOA (Lei Orçamentária Anual). A fase quantitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues. A dimensão financeira estima o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária. Assim como no PPA (Plano Plurianual), a Ação Orçamentária integrará exclusivamente a LOA.

A atuação da Sudam também se processa num ambiente externo que se apresenta com grandes desafios a serem vencidos, principalmente, de ordem socioeconômica e ambiental, a

exemplo de infraestrutura, produção sustentável com inovação tecnológica e outros desafios que ao serem superados contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população regional.

Nesse contexto, a Sudam vem atuando na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais-APL's, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

A Sudam, por meio da DGFAI, disponibiliza incentivos e benefícios fiscais, e acesso a recursos financeiros (FDA) às empresas sediadas na Amazônia Legal, representados na forma de Isenção e redução de Imposto de Renda, reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e, ainda, Depreciação Acelerada Incentivada e Desconto, em 12 meses, dos Créditos PIS/PASEP e COFINS. A concessão dos incentivos é voltada às empresas que se enquadram nos requisitos definidos pela política de Desenvolvimento regional estabelecida pelo Governo Federal, o mesmo se aplica ao FDA.

Uma das principais ameaças para a execução das ações de planejamento da Sudam se caracteriza pelo orçamento que se reduz a cada ano impedindo a ampliação da oferta de insumos, a exemplo de estudos, pesquisas, banco de dados que venham a indicar novas oportunidades de produção de bens e serviços que beneficiem a sociedade regional, uma vez que nela residem mais de 25 milhões de pessoas que precisam de emprego, renda e direitos iguais aos que são concedidos a todos os brasileiros.

Entre as oportunidades podemos citar as possibilidades que existem de realizar parcerias com instituições públicas e privadas e executar o seu planejamento integrado com os atores de sua jurisdição e com isso superar os desafios, principalmente, com outros ministérios setoriais que têm ações que podem vir a ser descentralizadas à Sudam para serem implementadas, visando ao melhor aproveitamento sustentável dos recursos naturais disponíveis na Região, promovendo educação, saúde, saneamento básico, emprego, renda e qualidade de vida.

A Sudam recebe pleitos de concessão de incentivos e benefícios fiscais, e de recursos financeiros protocolados por empresas sediadas na Amazônia Legal, procedendo às suas análises quanto ao atendimento dos requisitos normativos e legais exigidos e, sendo comprovado a regularidade no cumprimento das exigências, a Autarquia emite documentos comprobatórios do atendimento aos respectivos pleitos, representados pela expedição de laudos constitutivos e/ou resoluções e declarações.

As ações desenvolvidas pela Sudam, na área de concessão de incentivos e benefícios fiscais e na liberação do recurso financeiros (FDA), vêm proporcionando melhoria na redução das desigualdades regionais, panorama retratado principalmente através da maior geração de empregos, diminuição da carga tributária das empresas e, conseqüentemente, oferecendo a elas melhores condições de competitividade, o que movimenta e otimiza o setor econômico regional como um todo.

As principais mudanças detectadas no cenário do FDA nos últimos exercícios estão relacionadas à redução drástica na aprovação de projeto e liberação de recursos do fundo, que estão em nosso entendimento relacionados aos seguintes pontos:

- Incertezas do mercado, em decorrência da crise econômico;
- Proibição de financiamento de projetos de energia, ocasionando redução na demanda;
- Aumento nos encargos financeiros ao tomador dos recursos, que vem ocorrendo nos últimos exercícios;

- Riscos de 100% da operação ao agente operador, o que tem dificultado a aprovação dos projetos de empreendimentos com consulta prévias aprovadas pela Sudam;

- Pouca divulgação das características do fundo nos estados que compõem a Amazônia legal.

Não há unidades descentralizadas, sendo todo o trabalho da Sudam desenvolvido pelo seu corpo funcional instalado em sua sede, em Belém-PA.

#### 1.4. Organograma funcional.

O Organograma funcional da Sudam está exposto no anexo I.

**Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<b>Superintendência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exercer a representação da Sudam;</li> <li>Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Deliberativo da Sudam e da Diretoria Colegiada;</li> <li>Firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, previamente autorizados pela Diretoria Colegiada;</li> <li>Prover cargos e funções, admitir, requisitar, dispensar e praticar os demais atos de administração de pessoal.</li> </ul>	Djalma Bezerra Mello	Superintendente DAS 101.6	14/01-08/03; 10/03-13/07; 18/07-09/08.
		Inocencio Renato Gasparim	Superintendente Substituto DAS 101.6	01/01-13/01; 09/03-09/03; 10/08-08/09.
		Meryan Gomes Flexa	Superintendente Substituto DAS 101.6	14/07-17/07.
		Paulo Roberto Correia da Silva	Superintendente DAS 101.6	09/09-27/12.
		Keila Adriana Rodrigues de Jesus	Superintendente Substituto DAS 101.6	28/12-30/12.
<b>Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, a proposta de programação anual de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborada pelo Banco da Amazônia S.A.;</li> <li>Avaliar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros;</li> <li>Realizar os atos de gestão relacionados aos benefícios e incentivos fiscais e financeiros, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO</li> </ul>	Inocencio Renato Gasparim	Diretor DAS 101.5	01/01-22/02; 24/02-07/04; 09/04-07/07; 18/07-22/09; 24/09-08/12; 24/12-28/12.
		Armando Araújo de Mendonça	Diretor Substituto DAS 101.5	23/02-23/02; 08/04-08/04.
		Meryan Gomes Flexa	Diretor Substituto DAS 101.5	08/07-17/07.
		Keila Adriana Rodrigues de Jesus	Diretor Substituto DAS 101.5	09/12-23/12; 29/12-29/12.

	e ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, inclusive aqueles decorrentes de contratos com o agente operador.			
<b>Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência;</li> <li>Analisar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, proposta de programação anual de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborada pelo Banco da Amazônia S.A.</li> <li>Realizar os atos de gestão relacionados a financiamento de projetos beneficiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aos atos de competência da Sudam referentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, inclusive aqueles decorrentes de contratos com o agente operador;</li> <li>Coordenar a análise de consulta prévia de pleitos relativos ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA;</li> <li>Coordenar a análise de pleitos relacionados à concessão de benefícios financeiros.</li> </ul>	Marta Maria Rocha de Matos	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01-18/01; 29/01-03/02; 05/02-10/05; 20/05-20/09; 22/09-08/09; 18/12-31/12.
		Admilson Fernando de Oliveira	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	19/01-28/01; 04/02-04/02; 11/05-19/05; 21/09-21/09; 09/12-17/12.
<b>Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar proposta de regulamento, disciplinando a participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA nos projetos de investimento;</li> <li>Implementar ações relativas à aplicação dos instrumentos financeiros administrados pela Sudam.</li> </ul>	Nadime Jorge Sauaia Pereira Martins	Coordenador DAS 101.3	01/01-12/10; 26/10-02/11; 11/11-03/12.
		Heladio de Sousa Oliveira	Coordenador Substituto DAS 101.3	13/10-25/10; 03/11-10/11; 04/01-23/12; 25/12-31/12.
		Maria José Corrêa Alves	Coordenador Substituto DAS 101.3	21/12-24/12.

<p><b>Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar pleitos de liberação de recursos a projetos beneficiários dos instrumentos financeiros, administrados pela Sudam, na forma da legislação vigente.</li> </ul>	<p>Carlos Felipe Mota Bordalo</p>	<p>Coordenador DAS 101.3</p>	<p>04/02-31/12.</p>
<p><b>Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência;</li> <li>• Coordenar as atividades desenvolvidas, relativas aos benefícios e incentivos fiscais e financeiros;</li> <li>• Analisar e emitir pareceres relacionados à concessão de benefícios e incentivos fiscais e financeiros;</li> <li>• Coordenar a elaboração de proposta de regulamento dos incentivos e benefícios fiscais administrados pela Sudam;</li> <li>• Coordenar a elaboração de proposta de definição, na área de atuação da Sudam, dos setores produtivos prioritários e das iniciativas de desenvolvimento sub-regional, objeto de incentivos e benefícios fiscais e financeiros;</li> <li>• Notificar as empresas proponentes dos benefícios fiscais administrados pela Sudam, visando à devida instrução processuais, para análises dos pleitos.</li> </ul>	<p>Indalécio Rodrigues Pacheco</p>	<p>Coordenador-Geral DAS 101.4</p>	<p>01/01-04/01; 18/06-19/07; 21/07-06/10; 08/10-30/12.</p>
		<p>Célio Luiz Mácola Rente</p>	<p>Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4</p>	<p>05/01-05/01; 08/06-17/06; 20/07-20/07.</p>
		<p>Túlio Luís Mauro Barata</p>	<p>Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4</p>	<p>07/10-07/10; 31/12-31/12.</p>
<p><b>Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CIF)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar atividades referentes à concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros;</li> <li>• Acompanhar o processo de concessão dos incentivos fiscais a pessoas jurídicas localizadas na Região, na área de atuação da Sudam;</li> <li>• Elaborar proposta de regulamento dos incentivos e benefícios fiscais e financeiros administrados pela Sudam.</li> </ul>	<p>Célio Luiz Mácola Rente</p>	<p>Coordenador DAS 101.3</p>	<p>01/01-18/01; 24/01-16/08; 27/08-22/09.</p>

<b>Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAV)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência;</li> <li>Coordenar as atividades desenvolvidas e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam.</li> </ul>	Celso Ângelo de Castro Lima	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01-08/11; 19/11-31/12.
		Kléber Antônio da Costa Mourão	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	09/11-18/11.
<b>Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional (CADES)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais, com vistas a mensurar os impactos no desenvolvimento regional, em articulação com a Diretoria de Planejamento e articulação de Políticas;</li> <li>Monitorar e avaliar os impactos dos incentivos fiscais e financeiros e dos fundos de desenvolvimento e financiamento no incremento do Produto Interno Bruto - PIB da área de atuação da Sudam;</li> <li>Elaborar estudos e pesquisas que visem dimensionar a importância dos incentivos fiscais e financeiros e dos fundos de desenvolvimento e financiamento e suas externalidades, na área de atuação da Sudam;</li> </ul>	Cargo Vago	Coordenador DAS 101.3	Cargo Vago
<b>Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular com órgãos públicos e instituições representativas da sociedade a proposição de estratégias, diretrizes e prioridades para orientar a elaboração de planos, programas e projetos;</li> <li>Articular com o MI, MPOG, MDIC, MCT e outros ministérios</li> </ul>	Armando Araújo de Mendonça	Diretor DAS 101.5	01 /01- 07/04 27/04-10/05 12/05-24/05 04/06-05/07 05/08-09/09

	<p>setoriais, a formulação de diretrizes que promovam a diferenciação regional das políticas federais, em especial, a Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formular planos e programas para o desenvolvimento;</li> <li>• Elaborar estudos e pesquisas, sistematizar e programar bases de dados para subsidiar os processos de formulação, monitoramento e avaliação dos planos e programas.</li> </ul>	Meryan Gomes Flexa	Diretor Substituto DAS 101.5	07/07-04/08
		Keila Rodrigues de Jesus	Diretor DAS 101.5	10/09-28/10 30/10-22/11 09/12-30/12
		Inocencio Renato Gasparim	Diretor Substituto DAS 101.5	08/04-26/04 11/05 25/05-03/06 06/07- 04/08 29/10 23/11-08/12
<b>Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar em conjunto com as coordenações, a proposta orçamentária de cada ano;</li> <li>• Lançar a proposta orçamentária no Sistema Integrado do Planejamento e Orçamento – SIOP;</li> <li>• Cadastrar os Programas/Ações no Portal de Convênios – SICONV, de acordo com o limite orçamentário disponível;</li> <li>• Elaborar o documento de Prestação de Contas da Presidência da República, referente às principais ações desenvolvidas pela Sudam e encaminhá-lo ao MI, para compor o relatório final do Ministério.</li> </ul>	Roberto Carlos Sampaio Barbosa	Coordenador DAS 101.3	01/01-03/12
		Kepler João Assis da Mota Júnior	Coordenador Substituto DAS 101.3	04/12- 31/12
<b>Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CGEAP)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar, coordenar, articular, propor estratégias, diretrizes, planos, programas, estudos, pesquisas, base de dados e informações de desenvolvimento regional, em consonância com as políticas e diretrizes do Governo</li> </ul>	Elizete dos Santos Gaspar	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01-04/01 07/01-17/02 19/02- 22/03 31/03-19/07 30/07-07/09 09/09-26/10 04/11-16/12

	<p>Federal, de forma articulada com os diversos atores envolvidos no processo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Elaborar indicadores para orientar e acompanhar as unidades da Sudam no processo de monitoramento visando à avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos de planos, projetos e ações, sob o ponto de vista das metas e objetivos estabelecidos, elaborando, periodicamente os respectivos relatórios gerenciais.</li> </ul>	Wanderley Lopes de Andrade Júnior	Coordenador-Geral DAS 101.4	05/01- 06/01 18/02 23/03-30/03 20/07-29/07 08/09 27/10-03/11 17/12-27/12
<p><b>Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento (CEMP)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Coordenar, articular, propor estratégias, diretrizes, planos, programas, estudos, pesquisas, base de dados, informações e o monitoramento das ações estratégicas da Sudam.</li> </ul>	Wanderley Lopes de Andrade Júnior	Coordenador DAS 101.3	01/01- 03/05 09/05-04/10 10/10-27/12
		Janete Oliveira Bordalo	Coordenador Substituto DAS 101.3	05/10-09/10 28/12-31/12
<p><b>Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento, programas e Projetos Especiais (COGPE)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Propor e realizar estudos e pesquisas para formulação de programas e projetos especiais que potencializem o desenvolvimento regional e promovam a integração intra e inter-regional.</li> </ul>	Aline Fernanda Wisniewski Dias	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01-02/11 06/11- 20/12
		Francisco Doriney Batista de Souza	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	03/11-05/11 21/12-31/12
<p><b>Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento (CGCOM)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da Sudam que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira.</li> </ul>	André Luiz Lopes de Souza	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01-04/01 10/01-18/05 03/06-04/10 15/10-03/12
		Marilda Oliveira de Britto Cohen	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	05/01-09/01 19/05-02/06 05/10-14/10 21/12-25/12
		Roberto Carlos Sampaio Barbosa	Coordenador-Geral DAS 101.4	04/12- 20/12 26/12-31/12

<b>Coordenação de Convênios e Monitoramento (CCOM)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da Sudam que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira.</li> </ul>	Marilda Oliveira de Britto Cohen	Coordenador DAS 101.3	01/01-25/03 28/03-02/08 04/08-09/08 19/08-30/08 02/09-12/10 17/10-21/10 24/10-08/12 21/12-27/12
		Gerson da Silva Lima	Coordenador Substituto DAS 101.3	26/03- 27/03 03/08 10/08-12/08
		Alessandro Brito de Sousa	Coordenador Substituto DAS 101.3	13/08-18/08 01/09 13/10-16/10 22/10- 23/10 09/12- 20/12 28/12-31/12
<b>Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover, juntamente com organismos e instituições locais, a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental na área de atuação da Sudam;</li> <li>• Promover programas e ações de fomento e suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação e ao patenteamento de tecnologia;</li> <li>• Aprovar as análises dos pleitos que demandem a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres quanto aos objetivos estratégicos da Sudam.</li> </ul>	Cargo Vago	Diretor DAS 101.5	Cargo Vago
<b>Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental na área de atuação da Sudam, em conjunto com a Diretoria de Planejamento;</li> <li>• Desenvolver ações voltadas à captação de outras fontes de financiamento para a demanda do desenvolvimento local e da infraestrutura.</li> </ul>	Cargo Vago	Coordenador-Geral DAS 101.4	Cargo Vago

<b>Diretoria de Administração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Nacional de Correição, Sipec, Sisp, Sisg, Siorg e Sinar;</li> <li>• Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades inerentes à gestão e à segurança da informação;</li> <li>• Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, dos acervos bibliográfico e documental e às contratações para suporte às atividades administrativas.</li> </ul>	Meryan Gomes Flexa	Diretor DAS 101.5	01/01- 05/07 07/07-16/08
		Armando Araújo de Mendonça	Diretor Substituto DAS 101.5	06/07 17/08-25/08 26/08-08/09
		Fátima Lúcia Pelaes	Diretor DAS 101.5	09/09-18/10 22/10-27/12
		Keila Rodrigues de Jesus	Diretor Substituto DAS 101.5	19/10- 21/10 28/12- 30/12

Fonte: CGP

**Nota:** O Quadro A.1.4 é composto por todas as unidades até o nível DAS 101.3 das Diretorias Finalísticas e pelos componentes da Diretoria Colegiada da Sudam, conforme Decreto nº 8.275/2014.

## 1.5. Macroprocessos finalísticos

**Quadro A.1.5 – Macroprocessos finalísticos**

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Concessão de incentivos fiscais administrados pela Sudam	Análise e vistoria técnica , quando pertinente, de projetos encaminhados à Sudam, com emissões de relatórios e pareceres conclusivos a serem submetidos à apreciação da Diretoria Colegiada da Sudam que, ao aprovar, expede Laudos Constitutivos, Declarações, Resoluções e Atos.	- Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; - Isenção do IRPJ para indústria produtiva de itens de inclusão digital; - Reinvestimento de 30% do IRPJ; - Isenção do Adicional do Frete Para Renovação da Marinha Mercante; - Depreciação Acelerada Incentivada.	Empresas situadas na Amazônia Legal, que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, conforme definido no Decreto 4.212/2002.	- Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF).
Avaliação dos instrumentos que a Sudam dispõe para o combate a desigualdade regional (FDA,FNO,IFIRPJ).	Análise socioeconômica dos resultados e impactos decorrentes da aplicação do FDA, FNO e IFIRPJ.	- Relatório de Avaliação dos fundos e incentivos fiscais.	A instituição Sudam, os órgãos de controle do Governo Federal e a Sociedade brasileira.	- Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAV)
Concessão de incentivos financeiros a projetos privados situados na Amazônia Legal.	Análise técnica de consultas-prévias enviadas à Sudam, com emissão de parecer conclusivo a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada que, ao aprovar, emite Termo de Enquadramento; autorizar a participação do FDA no projeto aprovado pelo agente operador; e aprovar as liberações de recursos para os projetos.	Concessão de incentivos financeiros a projetos produtivos de implantação, ampliação, modernização e diversificação nos setores de infraestrutura, tradicionais, de inovação tecnológica e de serviços.	Empresas privadas situadas na Amazônia Legal que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, aprovados anualmente pelo CONDEL / Sudam, e que atendam os normativos do Regulamento do Fundo, aprovado pelo Decreto 7.839/2012.	- Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI); - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF).  - Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN).

Transferências Voluntárias	Análise de propostas, celebração, acompanhamento, monitoramento, gestão e análise de prestação de contas de ajustes celebrados visando a execução orçamentária e financeira da Sudam.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênios</li> <li>- Termos de Cooperação Técnica</li> </ul>	<p>Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Estadual de Pesquisas do Amapá; Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Pará.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento (CGCOM);</li> <li>- Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR).</li> </ul>
Planejamento, Articulação e Integração de Políticas Públicas	Promover a articulação junto aos demais Ministérios e entes federativos para a formulação de diretrizes, políticas, programas e planos voltados à diferenciação regional das políticas federais, bem como promover a integração das políticas na Amazônia, possibilitando a sinergia das ações voltadas para o desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Integração Intrarregional;</li> <li>- Portal de Negócios da Amazônia;</li> <li>- Estudos de identificação dos Microeixos de Transportes de Cargas realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá;</li> <li>- Elaboração e aprovação das Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FNO 2014;</li> <li>- Documento Etanol da Amazônia-Estudo do Mercado;</li> <li>- Política de Desenvolvimento Industrial para a Amazônia Legal</li> </ul>	Órgãos Públicos Federais, Estaduais, municipais e a sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CGEAP);</li> <li>- Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais (COGPE);</li> <li>- Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID).</li> </ul>

Fonte: DIPLAN e DGFAI.

### SEÇÃO III

#### DESENVOLVIMENTO

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Ao longo de 2015, foi discutida a necessidade de atualização do atual Mapa Estratégico da Sudam, bem como foi dado início à elaboração do Planejamento Estratégico para 2016-2019, seguindo a metodologia do Balanced Scorecard, amplamente utilizada por demais instituições públicas.

A realização de Workshop de Planejamento Estratégico, durante programação de cursos em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, em agosto de 2015, foi fundamental para iniciar o processo de elaboração do Plano Estratégico, trazendo à tona diversos conhecimentos e discussões fundamentais para construção das etapas que compõem o processo.

A partir do evento, a Assessoria de Gestão Institucional – AGI iniciou as análises e estudos pertinentes ao tema e, em outubro de 2015, através da Portaria nº 281, de 20 de outubro de 2015, foram designados 7 (sete) servidores de diversas áreas da Autarquia para atuarem, sob a coordenação da AGI, como facilitadores junto às unidades administrativas durante a elaboração do Planejamento Estratégico da Sudam, com prazo de conclusão dos trabalhos de 60 dias a partir da assinatura da portaria. Diversos encontros e apresentações foram realizados nesse período com todas as áreas da Superintendência e a conclusão da primeira etapa ocorre com a validação prévia da Diretoria Colegiada, prevista para 2016.

Nesse sentido, enquanto o referido documento está sendo discutido e finalizado no âmbito da Gestão, a Sudam tem trabalhado seu direcionamento estratégico, bem como sua avaliação institucional de desempenho, com base no Mapa Estratégico vigente, em consonância com as diretrizes estratégicas do Ministério da Integração Nacional – MI.

Conforme a Resolução Nº 03, de 04 de Fevereiro de 2015, publicada no Boletim Interno, Edição Especial, de 09/02/2015, as metas globais da Sudam para o exercício de 2015, são:

#### Quadro A.2 – Metas Globais da Sudam em 2015

Meta Global	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias
Superar a Desigualdade Regional e a Pobreza Extrema na Amazônia	CGEAP, COGPE, COGID, CGFIN, CGAV, CGCOM, CPOR
Promover a Transformação Produtiva na Amazônia com Inovação Tecnológica Sustentável	COGPE, COGID, CGCOM
Promover a Integração e a Expansão Econômica na Amazônia	COGID, CGEAP, CGCOM, COGPE
Assegurar a Proteção Civil na Amazônia	CORDEC
Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva voltada para Resultados	CGP, COFI, CGA, CLC, CGTI, GAB, ASCOM, ASCOL, OUV, AGI, AUD, PG, CGCOM, CPOR, CGAV

Fonte: CGP

As metas globais correspondem aos objetivos estratégicos previstos no Mapa Estratégico vigente e seguem abaixo descritas no Anexo VIII deste Relatório.

### 2.1. Planejamento organizacional

A Sudam, através das subunidades da DIPLAN, atuou no planejamento, cujos resultados alcançados estão elencados abaixo, conforme cada subunidade de planejamento:

a) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CPOR)

No exercício de 2015, foram definidas como Metas intermediárias da CPOR a produção do Plano de Ação da Sudam e a elaboração de relatórios de execução orçamentária e de critérios de distribuição de recursos finalísticos, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro A.2.1.1 - Plano de trabalho da CPOR em 2015**

Metas intermediárias	Indicador
<b>Meta Global: IMPLEMENTAR MODELO DE GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE VOLTADO PARA RESULTADOS.</b>	
Elaboração do Plano de Ação Sudam 2015	Programação orçamentária elaborada
Elaboração de relatório de execução orçamentária	Produção de relatórios
Elaboração de critérios de distribuição de recursos conforme art. 74 da LDO 2015	Critérios elaborados

Fonte: DIPLAN

b) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO (CGEAP)

A CGEAP, em cumprimento às competências previstas no Regimento Interno aprovado, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e com fundamento nos objetivos estratégicos da Sudam e nas diretrizes emanadas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, elaborou um Plano de Ação para 2015, realizando o acompanhamento deste no mesmo ano, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro A.2.1.2 - Plano de trabalho da CGEAP em 2015**

Item	O que Fazer	Descrição do Plano Operativo
<b>1</b>	<b>Formulação de Diretrizes e Prioridades para os Instrumentos de Desenvolvimento Regional</b>	Elaborar as Diretrizes e Prioridades para o FNO, FDA, e para os benefícios fiscais administrados pela Sudam com vistas a garantir um alinhamento entre os instrumentos e a PNDR e PRDA.
<b>Iniciativas</b>	FDA - Estabelecer Propostas de Diretrizes e Prioridades. FNO - Estabelecer Propostas de Diretrizes e Prioridades do Fundo.	
<b>2</b>	<b>Implantação de Base de Dados da Amazônia Legal</b>	Prover os três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais com informações, inclusive com os principais indicadores socioeconômicos e ambientais, e a análise conjuntural da Amazônia, para melhor conhecer suas especificidades e assim possibilitar uma proposição de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento desta região.
<b>Iniciativas</b>	Boletim Amazônia em números	
<b>3</b>	<b>Fortalecimento do Sistema de Monitoramento</b>	Incorporar a sistemática de monitoramento na rotina administrativa da Sudam.
<b>Iniciativas</b>	Reparametrizar o sistema Painel Sudam	
	Elaborar e Aprovar Portifólio de PO(s) 2015	
	Cadastrar Portifólio de PO(s) 2015 no sistema PAINEL	
	Implementar programa de capacitação no sistema PAINEL	
Aprovar Agenda das reuniões Internas do sistema PAINEL		

	Implantar indicadores desempenho - processo de monitoramento	
<b>4</b>	<b>Gestão dos Planos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento</b>	Articular a integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais na Amazônia para a gestão e implementação dos planos regionais e estaduais de desenvolvimento.
<b>Iniciativas</b>	PRDA -Atualização	
	Plano MARAJÓ - Monitoramento da Execução (Sistema MONITORA)	
	Plano XINGU - Monitoramento	
<b>5</b>	<b>Implementação de Projetos de Integração da Amazônia</b>	Promover a integração econômica entre os estados da Região.
<b>Iniciativas</b>	Portal Integração	
		Estudo de Micro-Eixos - Acompanhamento

Fonte: DIPLAN

c) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS (COGPE)

As metas intermediárias da COGPE para o exercício de 2015 foram as listadas no quadro a seguir:

**Quadro A.2.1.3 - Plano de trabalho da COGPE em 2015**

Metas Intermediárias	Indicador
<b>Meta Global: SUPERAR A DESIGUALDADE REGIONAL E A POBREZA EXTREMA NA AMAZÔNIA.</b>	
Elaborar documentos técnicos como subsídio para formulação de projeto, de acordo com a concepção das Rotas de Integração Nacional na Amazônia Legal.	Documentos elaborados
Realizar eventos sobre temas estratégicos para o desenvolvimento regional.	Eventos
Elaborar Termo de Referência para o estudo sobre Levantamento da Capacidade Institucional em C, T & I na Amazônia Legal.	Documento

Fonte: DIPLAN

d) COORDENAÇÃO-GERAL DE CONVÊNIOS E MONITORAMENTO (CGCOM)

A CGCOM, em cumprimento de suas competências previstas no Regimento Interno da Sudam, elaborou ações para 2015 com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, fundamentada nos objetivos estratégicos da Sudam, como segue abaixo:

**Quadro A.2.1.4 - Plano de trabalho da CGCOM em 2015**

Meta Intermediária	Indicador
Apoiar projetos de capacitação de alcance socioeconômico	Projetos Apoiados
Apoiar projeto de Rota de Integração Nacional relacionada à cadeia produtiva agropesqueira*2	Projeto Agropesqueiro Apoiado
Apoiar projeto de transformação produtiva de recursos da biodiversidade*2	Projeto de Transformação Produtiva Apoiado
Apoiar a realização de curso de especialização para gestores públicos em	Curso de Especialização para

Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Regional/Local*3	Gestores Apoiado
Analisar 70% das propostas cadastradas na Sudam	Proposta analisadas
Acompanhar os ajustes (convênios e termos de cooperação) vigentes no exercício.	Ajustes Acompanhados
Reduzir em 20% o estoque de prestações de contas de convênios encerrados em exercícios anteriores da nova Sudam	Estoque Reduzido

Fonte: DIPLAN

\*Estas metas previstas não tiveram grau de alcance satisfatório devido à ausência de disponibilidade orçamentária para o referido alcance.

#### e) COORDENAÇÃO-GERAL DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COGID)

A COGID, em cumprimento de suas competências previstas no Regimento Interno da Sudam, elaborou ações para 2015 com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, fundamentada nos objetivos estratégicos da Sudam e nas diretrizes emanadas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como segue abaixo:

#### Quadro A.2.1.5 - Plano de trabalho da COGID em 2015

Metas Intermediárias	Indicador
<b>Meta Global: Superar a Desigualdade Regional e a Pobreza Extrema na Amazônia</b>	
Elaborar proposta estabelecendo critérios para enquadramento dos pleitos que demandem a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres, na área de inclusão social e desenvolvimento sustentável, de acordo com os objetivos estratégicos da Sudam.	Proposta de critérios elaborada
Avaliar a efetividade dos convênios com prestação de contas aprovadas/rejeitadas, no período de 2014 até o 1º semestre de 2015, no que concerne ao alcance de seus objetivos, quanto à promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável para subsidiar futuros planos e processos decisórios.	Convênios com a efetividade avaliada
<b>Meta Global: Promover a Integração e a Expansão Econômica na Amazônia</b>	
Avaliar os resultados dos patrocínios concedidos pela Sudam no exercício de 2014/2015, no que concerne ao mérito nas áreas de competência desta Coordenação.	Patrocínios avaliados

Fonte: DIPLAN

## 2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Para assegurar a participação, transparência e melhoria contínua do processo de gestão, a partir do exercício de 2012, a Sudam deu início ao processo de monitoramento dos projetos vinculados ao seu Mapa Estratégico (Anexo VIII). Essa metodologia consistia em acompanhar os referidos projetos e ações considerados estratégicos, segundo o Plano de Ação Global do Ministério da Integração Nacional – MI, para definição das prioridades do Ministério. Por meio de reuniões sistemáticas com os gestores e responsáveis pelos projetos, a estratégia permitia maior agilidade no trâmite e execução das ações e na negociação de limites orçamentários junto ao Ministério da Integração Nacional.

Neste contexto, a Sudam tem ações nos eixos “Superar Desigualdades Regionais e a Pobreza Extrema na Amazônia”, “Promover a transformação Produtiva Amazônia como Inovação Tecnológica Sustentável”, “Promover a Integração e a Expansão Econômica na Amazônia” “Assegurar Proteção Civil” e “Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva”, convergindo sempre que possível para o planejamento realizado no âmbito do Ministério e os objetivos estratégicos definidos pela Sudam em seu Mapa Estratégico.

Em 2015, dando prosseguimento ao processo de monitoramento das ações estratégicas desta Superintendência, foram aprovadas pela Diretoria Colegiada, por intermédio da Resolução nº 6, de 10 de março de 2015, os Planos Operativos considerados estratégicos para serem monitorados não só no âmbito da Sudam, como do próprio Ministério da Integração.

Cabe ressaltar que em face da descontinuidade das reuniões realizadas pelo Ministério da Integração Nacional, e tendo em vista o início da reformulação do Mapa Estratégico desta Superintendência, determinada pela nova Administração, o que exige uma alteração no sistema de monitoramento disponibilizado à Sudam pelo MI, houve suspensão também das oportunas reuniões de monitoramento, no âmbito desta Autarquia.

Em relação ao monitoramento do orçamento da Sudam, no exercício de 2015, foi realizado através de relatórios de execução orçamentária que tiveram por objetivo apresentar o desempenho dos recursos da Sudam e, conseqüentemente, do Plano de Ação em quatro períodos distintos (janeiro a março; abril a junho; julho a setembro; janeiro a dezembro) de 2015, sendo desta forma um meio para melhorar a execução dos recursos da Autarquia.

Nas coordenações que compõem a DIPLAN, foram realizadas reuniões periódicas com os técnicos responsáveis pelas ações desenvolvidas. Tais reuniões se fundamentam na exposição do andamento da execução e exposição das restrições que atingem o desenvolvimento das atividades, buscando solução de continuidade e disseminação do conhecimento, analisar as ações desenvolvidas, bem como nivelar o conhecimento e ajustes para o alcance de seu plano de ação.

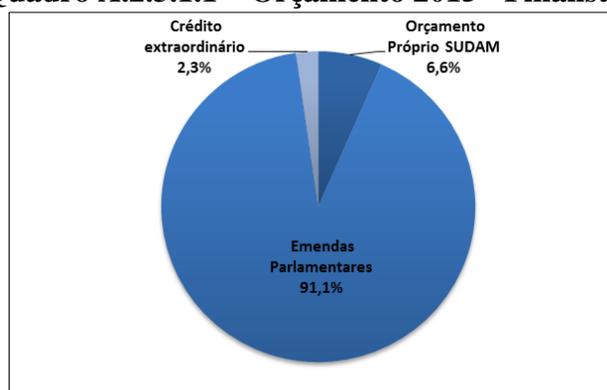
## 2.3. Desempenho orçamentário

### 2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

À DIPLAN, cabe a gestão das ações finalísticas da Instituição. Nesse sentido, o processo finalístico da Sudam, via Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, foi composto por três programas: 2029 (Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária), 2040 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) e 2052 (Pesca e Aquicultura). Também, contou com o Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação) ainda que com recursos inscritos apenas em Restos a Pagar.

Considerando que o Orçamento Geral da União – OGU foi sancionado em 20 de abril de 2015, o orçamento finalístico (exceto FDA) da Autarquia foi de R\$ 87.839.900,00 (dotação final), sendo que, deste montante, 6,6% são de recursos do orçamento próprio, 91,1% de emendas parlamentares alocadas via LOA 2015 e 2,3% provenientes de crédito extraordinário destinado ao estado de Rondônia, como ilustra o quadro A.2.3.1.1.

**Quadro A.2.3.1.1 – Orçamento 2015 - Finalístico**



Fonte: Tesouro Gerencial

No que diz respeito ao Orçamento próprio da Sudam, a dotação final foi igual à dotação inicial, porém, houve remanejamento de dotação no valor R\$ 444.000,00 da ação 20WQ para a ação 8902 para atender projetos de infraestrutura econômica, porém, como a referida alteração somente foi autorizada, pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, no dia 31/12/2015, os Projetos foram parcialmente aprovados com recursos de outras ações, conforme será demonstrado nos quadros com o detalhamento das ações.

Já em relação ao total de despesas empenhadas, tem-se o valor R\$ 4.293.445,00 em seis ações orçamentárias. Não foram empenhados recursos na ação 8172, (coordenação e fortalecimento do sistema nacional de proteção e defesa civil), pois a mesma não foi priorizada, dado o contingenciamento, por parte do Ministério da Integração, de 40% das despesas discricionárias da Autarquia, após a edição do Decreto nº 8.456 de 22 de maio de 2015. Devido, também, ao mencionado contingenciamento, o montante de despesas empenhadas foi menor que a dotação final. Para mais informações vide quadro A.2.3.1.2.

**Quadro A.2.3.1.2 – Dotação e Despesas – Orçamento próprio Sudam 2015**

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	20N8	PROMOÇÃO DE INICIATIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO E INSERÇÃO MERCADOLÓGICA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	800.000,00	800.000,00	800.000,00	200.000,00
		20N9	APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	500.000,00	500.000,00	497.000,00	0,00
		20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
		20WQ	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.500.000,00	1.056.000,00	698.000,00	0,00
		8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	700.000,00	1.144.000,00	698.000,00	0,00
2040	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	8172	COORDENAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
2052	PESCA E AQUICULTURA	20NE	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA	1.500.000,00	1.500.000,00	798.445,00	249.950,00
<b>TOTAL</b>				<b>5.800.000,00</b>	<b>5.800.000,00</b>	<b>4.293.445,00</b>	<b>549.950,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação às Emendas Parlamentares, a Sudam recebeu, em 2015, um montante de R\$ 80.039.900,00, sendo R\$ 20.039.900,00 provenientes de indicações de 8 (oito) parlamentares e R\$ 60.000.000,00 do Relator do Orçamento 2015. A dotação final das Emendas foi de R\$ 82.039.900,00, sendo R\$ 2.000.000,00 maior que a dotação inicial (R\$ 80.039.900,00) devido aporte de crédito extraordinário recebido através da Medida Provisória nº 709 de 30 de dezembro de 2015.

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a três ações orçamentárias: 20NK, 7K66 e 8902 (conforme quadro A.2.3.1.3). No final do exercício, somente 26,2% da dotação inicial foi empenhada, totalizando R\$ 20.945.037,31 e beneficiando 27 projetos que serão descritos na seção seguinte.

**Quadro A.2.3.1.3 – Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2015**

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	23.800.000,00	25.553.000,00	2.153.000,00	0,00
		7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	8.712.300,00	8.712.300,00	6.482.643,00	0,00
		8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	47.527.600,00	49.527.600,00	12.309.574,31	0,00
<b>TOTAL</b>				<b>80.039.900,00</b>	<b>82.039.900,00</b>	<b>20.945.037,31</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2015, a Sudam executou, através do seu Plano de Ação, um total de R\$ 2.782.050,00 em restos a pagar inscritos e restos a pagar pagos. Esses recursos foram destinados a quatro ações orçamentárias: 20N7, 20WQ, 8172, e 4542 (quadro 2.3.1.4). A ação 4542 – Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica - foi a que executou maior quantidade de recursos (R\$ 1.382.050,00), correspondendo a um percentual de 49,7%, seguida da Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial com 21,6% do total de restos a pagar inscritos e pagos.

**Quadro A.2.3.1.4 – Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2015**

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	20N7	PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS- PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	500.000,00	500.000,00
		20WQ	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	600.000,00	600.000,00
2040	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	8172	COORDENAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	300.000,00	300.000,00

2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	E	4542	FOMENTO A PROJETOS DE TRANSFORMACAO DA BIODIVERSIDADE AMAZONICA	1.382.050,00	1.382.050,00
<b>TOTAL</b>					<b>2.782.050,00</b>	<b>2.782.050,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Ainda, com relação a restos a pagar inscritos e restos a pagar pagos, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2015 com um valor de R\$ 8.155.410,10 em restos a pagar inscritos e executou um total de R\$ 7.955.410,10 para restos a pagar pagos (quadro 2.3.1.5). Os recursos de restos a pagar inscritos foram destinados a quatro ações: 20NK, 7K66, 8902 e 20NE com destaque para a Ação 7K66 que detinha um valor de R\$ 2.750.000,00, correspondendo a um percentual de 33,7% do total de restos a pagar inscritos. Já com relação aos restos a pagar pagos foram executadas três ações: 20NK, 7K66 e 8902, repetindo a mesma performance do restos a pagar inscritos, a Ação 7K66 destaca-se com o maior volume de recursos pagos R\$ 2.750.000,00 correspondendo a um percentual de 34,6% do total de restos a pagar pagos.

#### Quadro A.2.3.1.5 – Restos a Pagar - Emendas Sudam 2015

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	3.300.000,00	2.000.000,00
		7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO	2.750.000,00	2.750.000,00
		8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	1.905.410,10	1.885.410,10
2052	PESCA E AQUICULTURA	20NE	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA	200.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>				<b>8.155.410,10</b>	<b>7.955.410,10</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.3.2. Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da DIPLAN

Cabe registrar que não consta deste Relatório o quadro “Ações relacionadas a programas temáticos do PPA de responsabilidade da UPC”, visto que não foi aportado recursos em ações de responsabilidade da Sudam que se enquadra nessa categoria.

A Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas é responsável pela execução das Ações de Programas Temáticos a seguir:

### Quadro A.2.3.2.1 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20WQ

Identificação da Ação							
Código	20WQ		Tipo:			Atividade	
Descrição	Viabilização da gestão das ações do Ministério relativas ao desenvolvimento regional por meio de treinamentos e capacitações, elaboração de planos e estudos, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial						
Iniciativa	Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional						
Objetivo	Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território					Código:	0789
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		Código:	2029	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	1.500.000	1.056.000	1.000.000	100.000	100.000	0	900.000
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
6000 - Na Amazônia Legal	Iniciativa Apoiada		Unidade	1	0	1	
6000 - Na Amazônia Legal	Estudo apoiado		Unidade	1	0	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000 - Na Amazônia Legal	600.000	600.000	0	Estudo Apoiado	Unidade	1	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

#### Análise Crítica

A Sudam, por meio da ação 20WQ apoiou, em 2015, dois projetos:

1- Apoio parcial ao estudo de “Identificação dos Microeixos de Transporte dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão”, com a descentralização de crédito no valor de R\$ 900.000,00 (natureza da despesa: custeio) para a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP da Universidade Federal do Pará - UFPA. O objetivo do projeto é desenvolver um plano estratégico de prioridades para ações e investimentos na logística de transporte de passageiros e cargas dos estados citados acima. Os recursos encontram-se em restos a pagar inscritos em 2015;

2- Projeto “Gerenciamento do Projeto de Mecanização para Transporte de Dendê na Agricultura Familiar”, nesta ação foi financiado parte desse projeto no valor de R\$ 100.000,00 os quais já foram liquidados. Destaca-se que uma das metas do projeto é o levantamento de dados

primários in loco para identificação dos agentes comunitários. Os recursos foram repassados através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA/FUNPEA, através de descentralização de créditos.

Nesta ação ressaltamos que a meta física foi atingida.

### Restos a pagar não processados – exercícios anteriores

Ainda na Ação 20WQ foi identificados Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 600.000,00 o qual foi destinado ao estudo da Primeira Fase do projeto “Identificação dos Microeixos de Cargas dos estados de Roraima e Tocantins” com descentralização de crédito para a Universidade Federal do Pará/FADESP, sendo o valor já liquidado e atingido a meta.

#### Quadro A.2.3.2.2 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 20N8

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>20N8</b>					<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e a inserção mercadológica – Plano Brasil Sem Miséria						
<b>Iniciativa</b>	Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território.						
<b>Objetivo</b>	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva					<b>Código:</b> 0840	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária					<b>Código:</b> 2029 <b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( x ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000-Na Amazônia Legal	800.000	800.000	800.000	200.000	200.000	0	600.000
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000-Na Amazônia Legal	Tecnologia Aplicada	Unidade	2	-	4		

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

A Sudam, por meio da ação 20N8 apoiou, em 2015, quatro projetos:

1- Apoio ao projeto de "Realização de cursos e oficinas de artesanato" que tem por objetivo capacitar 300 mulheres desempregadas que trabalhem direta ou indiretamente com artesanato em comunidades do município de Mazagão-AP. O valor destinado ao projeto foi de R\$ 300.000,00 (Natureza da despesa: custeio);

2- Apoio à aquisição de uma "patrulha mecanizada" que tem por objetivo proporcionar assistência técnica continuada, capacitação dos produtores da agricultura familiar, bem como a disponibilização dos maquinários e equipamentos viabilizando o beneficiamento e comercialização

da produção em assentamentos no município de Água Boa-MT. O valor de repasse da Sudam para esse projeto foi de R\$ 200.000,00 (Natureza da despesa: capital);

3- Apoio parcial ao projeto de "Mecanização para o transporte de dendê na agricultura" com a descentralização de crédito no valor de R\$ 200.000,00 (natureza de despesa: custeio) para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;

4- Apoio parcial ao estudo de "Identificação dos microeixos de transporte dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão" com a descentralização de crédito no valor de R\$ 100.000,00 (natureza da despesa: custeio) para a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Com relação à Execução Física informa-se que o realizado ultrapassou o previsto em 200%, entretanto ressaltamos que dois projetos foram apoiados parcialmente.

#### Quadro A.2.3.2.3 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código:20N9

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20N9			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Apoio ao associativismo e ao cooperativismo – Plano Brasil Sem Miséria						
<b>Iniciativa</b>	Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APL's						
<b>Objetivo</b>	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva			<b>Código:</b> 0840			
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			<b>Código:</b> 2029		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( x ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000-Na Amazônia Legal	500.000	500.000	497.000	0	0	0	497.000
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000-Na Amazônia Legal	Organização apoiada	Unidade	6	-	2		

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

#### Análise Crítica

A Sudam, no ano de 2015, apoiou dois projetos com os recursos da ação 20N9. São eles:

1- Apoio ao Projeto: "Mulheres de talentos, costurando e bordando tapeçaria" que tem por objetivo a qualificação social e profissional de 150 mulheres no município de Ferreiras Gomes-AP. O valor destinado ao Projeto foi de R\$ 297.000,00 (Natureza da despesa: Custeio);

2- Apoio ao Projeto: "Realização de oficinas de empreendedorismo para mulheres castanheiras na Comunidade de Maracá", que tem por objetivo promover a organização e cooperação das mulheres castanheiras do Maracá; desenvolver o arranjo produtivo local dos derivados da Castanha do Brasil e ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de derivados

dessa Castanha no município de Mazagão-AP. O valor destinado ao Projeto foi de R\$ 200.000,00 (Natureza da despesa: Custeio).

Com relação à Execução Física atingiu-se um percentual de 33,3% do previsto, entretanto informa-se que houve um superdimensionamento da meta prevista.

#### Quadro A.2.3.2.4 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 20NE

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20NE		<b>Tipo:</b>		Atividade		
<b>Descrição</b>	Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da cadeia produtiva da pesca						
<b>Iniciativa</b>	Fomento a produção pesqueira e aquícola						
<b>Objetivo</b>	Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados				<b>Código:</b>	0567	
<b>Programa</b>	Pesca e Aquicultura		<b>Código:</b>	2052		<b>Tipo:</b>	Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	1.500.000	1.500.000	798.445	249.950	249.950	0	548.495
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000 - Na Amazônia Legal	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	2	-	4		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000 - Na Amazônia Legal	200.000	0	200.000	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	0	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

#### Análise Crítica

O montante (R\$798.445,00) dispendido pela Sudam na ação 20NE no ano de 2015 foi destinado aos seguintes projetos:

1- Apoio parcial à aquisição de "maquinas e equipamentos agrícolas" que busca implementar uma política de apoio ao pequeno agricultor familiar indígena no desenvolvimento da agricultura local, atingindo cerca de 1.000 famílias de comunidades indígenas do município de Normandia-RR. O valor de repasse foi de R\$ 298.500,00 (natureza da despesa: capital);

2- Apoio ao projeto de "Capacitação e formação de multiplicadores em tanques-redes" que visa a geração de tecnologia de produção de Camurim em tanques-rede, sendo uma alternativa de geração de renda para as comunidades do município de Curuçá-PA. Houve descentralização de crédito, no valor de R\$ 249.995,00 (natureza da despesa: capital/custeio) para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;

3- Apoio ao projeto de "Desenvolvimento local integrado: a socioeconomia, proteção e reabilitação ambiental da microbacia do Rio Guamá". Houve descentralização de crédito, no valor de R\$149.950,00 (natureza da despesa: capital/custeio) para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;

4- Apoio parcial ao projeto de "Mecanização para o transporte de dendê na agricultura". Houve descentralização de crédito, no valor de R\$ 100.000,00 (natureza da despesa: capital) para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

Quanto à execução física atingiu-se um percentual de 200% do previsto, sendo que dois projetos foram apoiados parcialmente.

### Restos a Pagar Não Processados - Cancelados

Nesta ação foi cancelado Nota de Empenho no valor de R\$ 200.000,00 destinados à Agência de Pesca do Amapá em virtude do proponente encontrar-se com pendências junto aos registros no SIAFI/CADIN/CAUC.

#### Quadro A.2.3.2.5 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código:20NK

Identificação da Ação							
Código	20NK		Tipo:			Atividade	
Descrição	Estruturação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais						
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva					Código:	0840
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		Código:	2029	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	500.000	500.000	500.000	0	0	0	500.000
0014 - No Estado de Roraima	800.000	800.000	0	0	0	0	0
0402 - No município de Macapá-AP	2.000.000	2.000.000	1.753.000	0	0	0	1.753.000
7008 - Na Faixa de Fronteira - Nacional	20.000.000	20.000.000	0	0	0	0	0
7012 - Revitalização do Parque Zoobotânico de Macapá	1.000.000	1.000.000	400.000	0	0	0	400.000
Execução Física							

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
6000 - Na Amazônia Legal	Arranjo Apoiado	Produtivo	Local	Unidade	1	-	3
0016 - No Estado de Roraima	Arranjo Apoiado	Produtivo	Local	Unidade	10	-	0
0402 - No município de Macapá-AP	Arranjo Apoiado	Produtivo	Local	Unidade	20	-	2
7008 - Na Faixa de Fronteira - Nacional	Arranjo Apoiado	Produtivo	Local	Unidade	200	-	0
7012 - Revitalização do Parque Zoobotânico de Macapá-AP	Arranjo Apoiado	Produtivo	Local	Unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016 - No Estado do Amapá	3.300.000	2.800.000	500.000	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	3	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

## Análise Crítica

**Localizador 0402** - Os recursos (R\$ 1.753.000,00) desta ação e localizador são provenientes da emenda nº 36960003 da Deputada Federal Jozi Rocha e foram destinados para o apoio a dois projetos:

1- Apoio a "Capacitação profissional para Mulheres" no município de Macapá-AP. O valor de repasse da Sudam para este projeto foi de R\$ 753.000,00;

2- Apoio a "Capacitação de Empreendedores Populares" no Município de Macapá. O valor de repasse da Sudam para este projeto foi de R\$ 1.000.000,00. Informa-se que a meta prevista foi superdimensionada.

**Localizador 6000** - A Sudam, por meio da ação 20NK apoiou, em 2015, três projetos:

1- Apoio parcial ao estudo de "Identificação dos microeixos de transportes dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão" com descentralização de crédito no valor de R\$ 200.000,00 (natureza da despesa: custeio) para a Fundação e Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP/Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA;

2- Apoio à aquisição de "patrulha mecanizada" que tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para o atendimento aos pequenos agricultores do município de Nova Bandeirantes-MT. O valor de repasse foi de R\$ 199.000,00 (natureza da despesa: capital);

3- Apoio parcial à aquisição de "máquinas e equipamentos agrícolas" que busca implementar uma política de apoio ao pequeno agricultor familiar indígena no desenvolvimento da agricultura local, atingindo cerca de 1000 famílias de comunidades indígenas do município de Normandia-RR. O valor de repasse foi de R\$ 101.000,00 (natureza da despesa: capital).

Quanto à execução física atingiu-se um percentual de 300% do previsto, sendo que dois projetos foram apoiados parcialmente.

**Localizador 7012** - O total de R\$ 400.000,00 empenhados para esta ação e localizador são provenientes da emenda nº 30450005 do Dep. Fed. André Abdon e foram destinados a "2º etapa de revitalização do Parque Zoobotânico" de Macapá-AP. A meta física foi atingida em 100%.

### Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Foram pagos três projetos:

1- Liquidação da primeira (única) parcela do convênio nº 802498 – Município de Laranjal do Jari – AP no valor de R\$ 800.000,00 Processo nº 59004-000134-2014-47;

2- Pagamento do convenio nº 802497 – Município de Santana – AP no valor de R\$ 1.750.000,00 Processo nº 59004-000132-2014-58;

3- Liberação da única parcela do convenio nº 813790/2014 Município de Tartarugalzinho – AP no valor de R\$ 250.000,00

### Restos a Pagar Não Processados - Cancelados

Ainda nesta ação foi cancelado o valor de R\$ 500.000,00 destinados ao Instituto Municipal de Turismo do Amapá para execução do projeto “I Feira de Turismo no Meio do Mundo”. O motivo do cancelamento foi a não aprovação do projeto junto à Secretária de Comunicação da Presidência da República e não foi emitida em tempo hábil a Certidão de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

#### Quadro A.2.3.2.6 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 8902

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8902			<b>Tipo:</b>	Atividade		
<b>Descrição</b>	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica						
<b>Iniciativa</b>	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais						
<b>Objetivo</b>	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão da cadeia produtiva			<b>Código:</b>	0840		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			<b>Código:</b>	2029	<b>Tipo:</b>	Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 – Na Amazônia Legal	700.000	1.144.000	698.000	0	0	0	698.000
0051 - No estado do Mato Grosso	3.024.600	3.024.600	0	0	0	0	0
0402 – No Município de Macapá	2.753.000	2.753.000	1.647.000	0	0	0	1.647.000
7026 – Construção de Passarela de	750.000	750.000	0	0	0	0	0

Concreto em Laranjal do Jari - AP							
7028 – Infraestrutura Urbana (pavimentação) no Bairro Piçarreira – No município de Santana - AP	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	1.000.000
7036 – Na Faixa de Fronteira – Nacional	40.000.000	40.000.000	7.662.574	0	0	0	7.662.574
6501 – No Estado de Rondônia	0	2.000.000	2.000.000	0	0	0	2.000.000
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000 – Na Amazônia Legal	Iniciativa apoiada	Unidade	1	-	2		
0051 - No estado do Mato Grosso	Iniciativa apoiada	Unidade	10	-	0		
0402 – No Município de Macapá	Iniciativa apoiada	Unidade	2	-	2		
7026 – Construção de Passarela de Concreto em Laranjal do Jari - AP	Iniciativa apoiada	Unidade	1	-	0		
7028 – Infraestrutura Urbana (pavimentação) no Bairro Piçarreira – No município de Santana - AP	Iniciativa apoiada	Unidade	1	-	1		
7036 – Na Faixa de Fronteira – Nacional	Iniciativa apoiada	Unidade	100	-	10		
6501 – No Estado de Rondônia	Iniciativa apoiada	Unidade	-	-	1		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0051 - No estado do Mato Grosso	1.905.410	1.885.410,1	0	Iniciativa apoiada	Unidade	4	

Fonte: SIOF e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

**Localizador 6000** - O total de R\$ 698.00,00 empenhados para a ação 8902, no ano de 2015, foi destinado a dois projetos:

1- Apoio para a aquisição de "patrulha mecanizada" com o objetivo de promover a alavancagem do crescimento da produção agrícola em comunidades do município de Brasília-AC, onde residem, aproximadamente, 940 famílias. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 348.000,00 (Natureza da despesa: investimento);

2- Apoio para a aquisição de "máquinas e equipamentos" com o objetivo de prestar assistência técnica e apoio a piscicultura artesanal, além de proporcionar o crescimento dessa produção no município de Mâncio Lima - AC. O valor de repasse da Sudam ao projeto foi de R\$ 350.000,00 (Natureza da despesa: investimento). Com relação à execução física foi atingido um percentual de 200% do previsto com apoio a dois projetos.

**Localizador 0402** - Os recursos desta ação e localizador são provenientes das emendas nº 34850011 (Dep. Fed. Evandro Milhomen) e nº 36960003 (Dep. Fed. Jozi Rocha). O total empenhado de R\$ 1.647.000,00 foi destinado aos seguintes projetos:

1- Apoio à "Revitalização do Parque Zoobotânico" no Município de Macapá/AP. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 1.000.000,00 (Emenda nº 34850011);

2- Apoio à "Aquisição de (01) um caminhão com prancha e (01) uma Pick Up" para o município de Macapá-AP. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 647.000,00 (Emenda nº 36960003). A meta física foi atingida em 100%.

**Localizador 7028** - O total de R\$ 1.000.000,00 em recursos para a esta ação e localizador é proveniente da emenda nº 24110001 (Dep. Fed. Sebastião Bala Rocha) e foi destinado ao projeto de "Pavimentação e drenagem viária do bairro Piçarreira" no município de Santana-AP. A meta física foi atingida em 100%.

**Localizador 7036** - Os recursos desta ação e localizador são provenientes da emenda nº 81000199, do relator do orçamento de 2015, Senador Romero Jucá. O valor de R\$ 7.662.574,31 foi destinado a dez projetos seguintes:

1- Apoio ao projeto de "aquisição de equipamentos para infraestrutura básica" para o município de Rolim de Moura. O repasse da Sudam no valor de R\$ 802.750,00 foi feito para o Governo de Rondônia;

2- Apoio ao projeto de "Eletrificação rural para atender comunidades no município de Uiramutã-RR, compreendendo construção de rede em média e baixa tensão incluindo subestações em estruturas em postes de concreto tipo DT". O repasse da Sudam no valor de R\$ 2.000.000,00 foi feito para o Governo de Roraima;

3- Apoio ao projeto de "Serviços de drenagem, terraplenagem e pavimentação em ruas e avenidas" no município de Boa Vista-RR. O repasse da Sudam foi de R\$ 1.000.000,00;

4- Apoio ao projeto de "Revitalização do Rio Preto" no município de Cruzeiro do Sul-AC. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 1.400.000,00;

5- Apoio à "Aquisição de barcos com motores e caminhonete" para o município de Jordão-AC. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00;

6- Apoio à "Aquisição de patrulha mecanizada" para o município de Plácido de Castro-AC. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 350.000,00;

7- Apoio à "Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas" para o município de Rio Branco-RR. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 398.504,31;

8- Apoio à "Aquisição de Máquinas e Equipamentos" para o município de Rodrigues Alves-AC. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 243.650,00;

9-Apoio ao projeto de "Construção de galeria de concreto tipo bueiro em zona rural" no município de Santa Luzia D'Oeste-RO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 1.000.000,00;

10- Apoio à "Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas" para o município de Sena Madureira-AC. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 217.670,00. Com relação à execução física atingiu-se um percentual de 10% do previsto, levando-se em consideração que somente foram empenhados 19% da dotação final dos recursos.

**Localizador 6501** – Os recursos desta ação e localizador são provenientes de créditos extraordinários em favor da Sudam no valor de R\$ 2.000.000,00 destinados ao estado de Rondônia, conforme Medida Provisória nº 709 de 30 de dezembro de 2015. Os recursos foram destinados à aquisição de equipamentos para infraestrutura básica.

### Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Ainda nesta ação foram pagos de exercícios anteriores 04 projetos:

1- Liquidação da 2ª (última) parcela do convenio 783426/2013 - processo 59004/288/2013-58 – Alta Floresta no valor de R\$ 925.999,10;

2- Liberação da única parcela do convenio 813805 - processo 59404/143/2014-38 – Alto Paraguai no valor de R\$ 374.000,00;

3- Pagamento da única parcela do convenio 798357 - processo 59004/508/2013-43 – Araputanga no valor de R\$ 145.500,00;

4- Liberação da única parcela do convenio 807131 - processo 59004/110/2014-98 no valor de R\$ 439.911,00.

### Quadro A.2.3.2.7 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 7K66

Identificação da Ação									
<b>Código</b>	<b>7K66</b>					<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado								
<b>Iniciativa</b>	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais.								
<b>Objetivo</b>	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.					<b>Código:</b>	0840		
<b>Programa</b>	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária					<b>Código:</b>	2029	<b>Tipo:</b>	Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia								
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras								
Lei Orçamentária 2015									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0014 - No estado de Roraima	5.212.300	5.212.300	3.682.463	0	0	0	3.682.463		
0017 - No estado de Tocantins	3.500.000	3.500.000	2.800.000	0	0	0	2.800.000		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante						
			Previsto	Reprogramado	Realizado				

				(*)		
0014 - No estado de Roraima	Projeto apoiado	Unidade	10	-	1	
0017 - No estado de Tocantins	Projeto apoiado	Unidade	8	-	8	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0014 - No estado de Roraima	750.000	750.000	0	Projeto Apoiado	Unidade	2
0017 - No estado de Tocantins	2.000.000	2.000.000	0	Projeto Apoiado	Unidade	4

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

**Localizador 0014** - Os recursos desta ação (7K66) com localizador no estado de Roraima é proveniente de emenda impositiva do Deputado Federal Édio Lopes. O valor de R\$ 3.682.463,00 foi destinado o projeto de "Implantação de eletrificação rural na vicinal do mel na Região do Tucano", o objetivo do projeto é levar energia elétrica ao meio rural proporcionando maior produtividade nos trabalhos laborais com geração de renda e melhora na qualidade de vida, contribuindo para a fixação do homem no campo. Quanto à execução física foi atingido um percentual de apenas 10% do previsto, considerando que foram empenhados 70% dos recursos da dotação final.

**Localizador 0017** - O total de R\$ 2.800.000,00 em recursos para a ação 7K66 - localizador 0017 são provenientes das emendas 37750005 (Dep. Fed. Vicentinho Junior) e 29180014 (Senador Vicentinho Alves) e foram destinados para os seguintes projetos:

1- Apoio à "Construção do Portal de Entrada" no município de Porto Nacional-TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 900.000,00 (emenda 37750005);

2- Apoio à "Infraestrutura de apoio à produção e beneficiamento de gêneros alimentícios" no município de Palmeirante -TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 400.000,00 (emenda 29180014);

3- Apoio à "Pavimentação de vias públicas" no município de Almas -TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005);

4- Apoio à "Pavimentação em bloquete sextavado de concreto, drenagem de águas pluviais e sinalização viária" no município de Augustinópolis -TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005);

5- Apoio à "Pavimentação de vias urbanas" no município de Maurilândia do Tocantins-TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005);

6- Apoio à "Perfuração de poço, adutora, tratamento, reservatório e distribuição de água" no município de Paranã-TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005);

7- Apoio à "Implementação de infraestrutura logística com a pavimentação de ruas" no município de São Bento do Tocantins -TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005);

8- Apoio à "Implantação de pavimentação em bloquete em vias públicas" no município de São Sebastião do Tocantins-TO. O valor de repasse da Sudam foi de R\$ 250.000,00 (emenda 37750005). Quanto à execução física foi atingido 100% da meta prevista.

### Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Ainda nesta ação foram pagos de exercícios anteriores 6 projetos:

- 1- Liberação da única parcela do convenio 804397/2014 no valor de R\$ 650.000,00 (processo 59004/126/2014-09) – Roraima;
- 2- Liquidação do convenio 804398/2014 - processo 59004/123/2014-67 no valor de R\$ 100.000,00 – Roraima;
- 3- Liberação de parte da única parcela (o MI só liberou R\$ 553.450,00 através da 2015 PF 001562) do convenio 802499/2014 - processo 59004/101/2014-05 no valor de R\$ 553.450,00 – Augustinópolis –TO e Liberação referente à complementação do valor pago a menor na 2015 OB 800696, somente através da 2015 PF 000436, do MI foi encaminhado o restante no valor de R\$ 246.550,00 – Augustinópolis-TO;
- 4- Liquidação da primeira (única) parcela do convenio 802514 – município de Lavandeira no valor de R\$ 300.000,00;
- 5- Liberação da única parcela do convenio 813939 - município de Santa Rosa do Tocantins no valor de R\$ 200.000,00;
- 6- Liberação da única parcela do convenio 802515/2014 - processo 59004/158/2014-04 no valor de R\$ 700.000,00.

### Quadro A.2.3.2.8 - Ação/Subtítulos – OFSS/ Código: 8172

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8172			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil						
<b>Iniciativa</b>	Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.						
<b>Objetivo</b>	Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de Defesa Civil, em âmbito nacional e internacional, visando à prevenção de desastres			<b>Código:</b>	0172		
<b>Programa</b>	Gestão de riscos e respostas à desastres			<b>Código:</b>	2040	<b>Tipo:</b>	Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos do exercício de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000-Na Amazônia Legal	300.000	300.000	0	0	0	0	0
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000-Na Amazônia	Entidade apoiada	Unidade	1	-	0		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6000-Na Amazônia Legal	287.750	287.750	0	Entidade apoiada	Unidade	1

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Na Ação 8172 – Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de proteção de Defesa Civil, foi executado somente Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, tendo sido liquidado o valor de R\$287.750,00 em favor da Universidade Federal do Pará - UFPA/FADESP através de descentralização de créditos para a execução do projeto “Integração e interdisciplinaridade para preparação em ações preventivas na gestão de riscos e respostas a desastres na Amazônia-Integra-Amazônia”, cujo objeto é Fortalecer a capacidade técnica instalada na região amazônica para atuação nas Coordenações Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil e previsão e alerta temporário de riscos e desastres naturais nos estados que compõem a Amazônia Legal.

Quanto à execução física, informa-se que a meta foi atingida.

### Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Neste item foram executadas duas ações conforme quadros a seguir:

#### Quadro A.2.3.2.9 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS/ Código: 4542

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>4542</b>			<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Descrição</b>	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica					
<b>Iniciativa</b>	Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da região Amazônica					
<b>Objetivo</b>	Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da região Amazônica para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país <b>Código:</b> 0401					
<b>Programa</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação			<b>Código:</b> 2021 <b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6000-Na Amazônia Legal	1.382.050	1.382.050	0	Projeto apoiado	Unidade	2

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Através da ação 4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica – foram liquidados em Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores dois projetos:

1 - Projeto intitulado “Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Áreas Degradadas Através da Mecanização Agrícola no Estado do Para – 1º Termo Aditivo”, cujo objetivo é capacitar recursos humanos em mecanização agrícola e promover a ampliação de áreas cultivadas, utilizando as regiões degradadas e preservando as áreas de reserva já existentes, em benefícios de agricultores familiares do nordeste paraense. O valor do termo aditivo foi de R\$940.975,00 e foi celebrado com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, através de Termo de Cooperação (descentralização de crédito);

2 - Projeto “Desenvolvimento Sustentável com Fomento a Avicultura Familiar nos Municípios de Barcarena e Terra Alta”, foi realizado um aditivo do contrato 20/2013 celebrado entre a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA/FUNPEA no valor de R\$ 441.075,00.

**Quadro A.2.3.2.10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS/ Código: 20N7**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20N7			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Descrição</b>	Provimento de infraestrutura produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APL’S – Plano Brasil Sem Miséria					
<b>Iniciativa</b>	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais					
<b>Objetivo</b>	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva			<b>Código:</b>	0840	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			<b>Código:</b>	2029	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6000 - Na Amazônia Legal	500.000	500.000	0	Arranjo produtivo local apoiado	Unidade	1

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

### Análise Crítica

Na Ação 20N7 foi executado somente Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, tendo sido liquidado a 2º parcela do Convênio Nº 783734/2013. O valor total do convênio foi de R\$1.200.000,00 sendo R\$1.000.000,00 valor do repasse do orçamento Sudam e R\$200.000,00 valor da contrapartida Financeira do Município. O projeto apoiado foi para “Reforma e Ampliação do Mercado Municipal da cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins”. A meta física foi atingida e o valor liquidado não causou nenhum impacto para execução de ações com base no orçamento de 2015.

### Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.

A UPC de Prestação de Contas da CCOM iniciou as suas atividades no mês de Março de 2015 quando passou a fazer o acompanhamento dos convênios em fase final de execução e a sua posterior conclusão de prestação de contas, bem como a verificação eventual de alguns ajustes que apresentavam essa etapa incompleta.

Desde o início, até o mês de dezembro de 2015, a unidade contava com uma estrutura funcional de 3 (três) economistas e 1 (uma) contadora. E como ferramenta de suporte para as atividades, eram utilizados 4 computadores desktops - sistema operacional Windows 7- utilizando nestes o sistema SICONV do Governo Federal.

Houve padronização de procedimentos internos de prestação de contas para uniformizar os procedimentos / processos internos, através da utilização de *check-lists*, ofícios e pareceres, dentre outros, objetivando desta forma, o aumento da eficiência da análise da unidade.

Quanto à capacitação, o primeiro curso oferecido foi referente à fase de execução com visão de concedente no SICONV, realizado entre os dias 22 e 24 de Abril de 2015. Nesse mesmo período, foram agendadas a realização posterior de dois outros cursos, que não foram realizados, prestação de contas financeira e Legislação referente a convênios / prestação de contas.

Até dezembro de 2015 não houve nenhum outro curso de capacitação adicional sobre prestação de contas ou curso correlato. Apesar de ter ocorrido o curso sobre SICONV, não houve aprofundamento suficiente para garantir segurança nos procedimentos tomados durante a execução / prestação de contas física e financeira no SICONV.

Destaca-se que existe uma complexidade em relação à análise de prestação de contas, tendo em vista que surgem novos casos a serem analisados, com suas especificidades, e devido a nossa falta de conhecimento técnico, passamos naquele momento a construir uma linha de raciocínio para o desempenho de nossas atividades.

#### Quadro A.2.3.2.11 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam					
<b>UG/GESTÃO:</b>	533013/53202					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	31	11	32	21.738.537	6.313.911	11.678.837
Termo de Cooperação	3	3	4	799.945	3.715.908	5.874.580
<b>Totais</b>	<b>34</b>	<b>14</b>	<b>36</b>	<b>22.538.482</b>	<b>10.029.819</b>	<b>17.553.417</b>

Fonte: CCOM/CGCOM

#### Quadro A.2.3.2.12 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
<b>Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam</b>					
<b>UG/GESTÃO: 533013/53202</b>					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
Exercício do relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	7		
		Montante Repassado	1.373.800		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

### Quadro A.2.3.2.13 - Situação da análise das contas prestadas no exercício 2015

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam			
UG/GESTÃO: 533013/53202			
Contas repassadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termo de Cooperação
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	7	
	Quantidade Reprovada	0	
	Quantidade de TCE	0	
	Montante Repassado (R\$)	1.373.800	
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
	Montante Repassado (R\$)	0	

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

### Quadro A.2.3.2.14 - Perfil dos atrasos das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam					
UG/GESTÃO: 533013/53202					
Instrumentos de transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios		1			6
Termo de Cooperação					

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

## Análise Crítica

Desde o início das atividades da unidade de prestação de contas vinculadas a CGCOM, a partir de março de 2015, até o mês de dezembro de 2015, a unidade contava com uma estrutura funcional de 3 ( três ) economistas e 1 ( uma ) contadora. E como ferramenta de suporte para as atividades, eram utilizados 4 computadores desktops - sistema operacional Windows 7 – utilizando nestes o sistema SICONV do Governo Federal.

Houve padronização de procedimentos internos de prestação de contas para uniformizar os procedimentos / processos internos, através da utilização de check list, ofícios e pareceres, dentre outros, objetivando desta forma, o aumento da eficiência da análise da unidade.

Quanto à capacitação, o 1º curso oferecido foi referente à fase de execução com visão de concedente no SICONV, realizado entre os dias 22 e 24 de Abril de 2015. Nesse mesmo período, foram agendadas a realização posterior de dois outros cursos, que não foram realizados, prestação de contas financeira e Legislação referente a convênios / prestação de contas.

Até dezembro de 2015 não houve nenhum outro curso de capacitação adicional sobre prestação de contas ou curso correlato. Apesar de ter ocorrido o curso sobre SICONV, não houve aprofundamento suficiente para garantir segurança nos procedimentos tomados durante a execução/prestação de contas física e financeira no SICONV.

O quadro A.2.3.2.15 (anexo IV) representa o tipo e a identificação da transferência, do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerando todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI.

### 2.3.3. Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da DA

**Quadro A.2.3.3.1 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 00M1**

Identificação da Ação							
Código	00M1 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral à servidores e aposentados e Auxílio Natalidade à servidora por motivo de nascimento de filho.						
Objetivo	Custear as despesas com o funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	21.204,00	21.204,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
6000- Na Amazônia Legal	Pessoa Beneficiária - Benefício Auxílio Natalidade				6		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

#### Análise crítica

Apesar de ter ocorrido o pagamento de auxílio natalidade para seis servidores, por um equívoco durante o detalhamento das despesas, estas foram lançadas na ação 2010, o que explica o fato de nesta ação 00M1 não figurarem empenhos e pagamentos para o referido auxílio. Ademais, não havia restos a pagar de exercícios anteriores a serem liquidados ou cancelados.

**Quadro A.2.3.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 09HB**

Identificação da Ação							
Código	09HB Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Iniciativa	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.						
Objetivo	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18/06/2004.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	3.675.862	4.055.862	3.840.707,74	3.840.707,74	3.840.707,74	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoa Beneficiada			Unidade	225		225
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

**Análise crítica**

Foram efetuados recolhimentos de Previdência Social de 225 servidores do quadro de pessoal desta Autarquia, assim distribuídos: 200 ativos permanente, 13 aposentados, 2 requisitados, 1 cedido, 2 excedentes de lotação, 1 requisitado de outro órgão, 2 servidores em exercício descentralizado de carreira/requisitados da Advocacia Geral da União – AGU e 4 beneficiários de pensão.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2015 foram de R\$ 3.675.862,00, entretanto, solicitamos suplementação de recursos no valor de R\$ 380.000,00, sendo executado o valor de R\$ 3.840.707,74 conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

A diferença da dotação inicial para final se deu em função da política adotada pelo Governo Federal, que disponibiliza dois prazos anuais para ajustes orçamentários, através de crédito suplementar.

#### Quadro A.2.3.3.3 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

Identificação da Ação							
Código	2000 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	Atender as demandas de serviços e compras durante o exercício para o bom andamento das atividades da instituição, conforme PACOS – Planejamento de Compras, Obras e Serviços.						
Objetivo	Pagamento das despesas de custeio e investimento com recursos liberados para o órgão durante o exercício.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	11.258.260	7.996.501,90	7.996.501,90	6.387.571,39	6.373.385,26	14.186,13	1.608.930,51
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	1.974.489,29	1.600.003,83	321.886,56				

Fonte: DA

#### Análise crítica

A dotação inicial para a ação Administração da Unidade foi de R\$11.258.260,00, após o contingenciamento, dessa dotação autorizada, foi estabelecido o limite orçamentário no valor de R\$6.754.956,00 para esta ação. Após várias gestões junto ao Ministério da Integração Nacional foi autorizada a suplementação de limite orçamentário no valor de R\$1.241.545,90 totalizando R\$7.996.501,90 distribuídos da seguinte forma: R\$7.790.049,07 para despesas de custeio com a manutenção da máquina administrativa e R\$206.452,83 para despesas de capital com aquisição de equipamentos de informática.

Foram previstos dotação orçamentária na LOA no valor de R\$1.842.000,00 para Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional, no entanto, o limite estabelecida para execução no PACOS/2015 foi inicialmente de R\$789.140,00 sendo suplementado o valor de R\$14.799,06 totalizando o valor empenhado de R\$803.939,06 e liquidados R\$511.671,70.

Nesta ação foram previstos na LOA o valor de R\$500.000,00 para Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, no entanto, o limite orçamentário estabelecido no PACOS/2015 foi de R\$200.000,00, da qual foram empenhados R\$53.910,59 e descentralizado o valor de R\$50.631,75, destes foram liquidados o valor de R\$102.378,84, ficando em Restos a Pagar o valor de R\$2.163,50.

A implementação física na área de capacitação resultou na realização de 72 eventos de capacitação presencial sendo ofertadas 768 oportunidades de capacitação.

Nossas ações priorizaram as parceiras com as Escolas de Governo, a multiplicação interna e o ensino à distância e resultaram na realização de 41 eventos de capacitação sem custos para esta Autarquia e na parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF com destaque para a realização do “Programa de Formação de Líderes”.

Referido “Programa de Formação de Líderes” foi customizado para atender as necessidades identificadas no contexto atual desta Autarquia e envolveu quase todas as unidades administrativas. Além de proporcionar maior integração com os servidores recém empossados e excelente relação custo-benefício.

O programa contemplou os seguintes temas: Gestão de Pessoas: Autoliderança e Desenvolvimento de Equipes; Fundamentos da Governança Pública e Gestão da Qualidade no Serviço Público; Planejamento Estratégico; Elaboração de Indicadores de Desempenho; Gestão e Análise de Processos; e Elaboração e Gerenciamento de Projetos.

#### Quadro A.2.3.3.4 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

Identificação da Ação							
Código	2000		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	Atender as demandas de serviços e compras durante o exercício para o bom andamento das atividades da instituição, conforme PACOS – Planejamento de Compras, Obras e Serviços.						
Objetivo	Pagamento das despesas de custeio e investimento com recursos liberados para o órgão durante o exercício.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento <b>Código:</b> 2125 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	80.000,04	80.000,04	80.000,04	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00			

Fonte: DA

### Análise crítica

O montante de R\$80.000,04 é referente ao rateio de despesas condominiais, custeadas pelo programa 2125-Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, não figurando na dotação orçamentária da Sudam.

#### Quadro A.2.3.3.5 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2004

Identificação da Ação							
Código	2004 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Iniciativa	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para a saúde física e mental.						
Objetivo	Concessão do benefício assistencial médico-hospitalar e odontológicos aos servidores, empregados, ativos, inativos, dependentes e pensionistas.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6000- Na Amazônia Legal	1.046.988	1.046.988	1.046.869,44	969.718,72	969.718,72	0,00	77.150,72
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoa Beneficiada			Unidade	645	0	645
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00001	116.416,64	102.424,98	13.991,66				
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

## Análise crítica

O Programa de Assistência a Saúde – PROAS, que atende 230 servidores e 305 dependentes, realizou 2.924 atendimentos assim distribuídos: 2.284 atendimentos médicos, 459 atendimentos odontológicos e 181 atendimentos de enfermagem.

As despesas realizadas no exercício de 2015 foram no valor de R\$1.046.869,44, dos quais foram executados 969.718,72; foram liquidados e cancelados um montante de R\$116.416,64, referente a restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

### Quadro A.2.3.3.6 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2010

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Oferecer aos servidores durante a jornada de trabalho, condições adequadas aos seus dependentes, conforme Art. 3º, Decreto 977, de 10/11/93.						
Objetivo	Concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos, em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	24.000	24.000	13.837,32	13.837,32	13.837,32	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoas Assistidas			Unidade	15		15
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

## Análise crítica

A demanda atendida foi correspondente a meta realizada de 15 beneficiários de servidores com filhos menores de 06 anos.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2015 foram no valor de R\$ 24.000,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram em R\$ 13.837,32, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

#### Quadro A.2.3.3.7 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2011

Identificação da Ação							
Código	2011 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Efetivar o pagamento de auxílio transporte aos servidores e empregados públicos nos deslocamentos de sua residência para o local de trabalho, e vice-versa, de acordo com a Lei 7.418/85 e alterações e Medida Provisória nº 2.165-36 de 23/08/2001.						
Objetivo	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para o local de trabalho e vice-versa.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	216.000	216.000	34.965,41	34.965,41	34.965,41	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoas beneficiadas			Unidade	216		216
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

#### Análise crítica

Foram atendidos no exercício de 2015, 216 beneficiários de Auxílio Transporte aos servidores Ativos Permanente de Nível Intermediário e Nível Superior.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2015 foram no valor de R\$ 216.000,00 , entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram em R\$34.965,41 , conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

**Quadro A.2.3.3.8 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2012**

Identificação da Ação							
Código	2012 Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Iniciativa	Conceder auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado.						
Objetivo	Pagamento em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9.527/97.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	1.037.796	1.037.796	1.004.251,63	1.004.251,63	1.004.251,63	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoas beneficiadas			Unidade	224		224
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

**Análise crítica**

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2015 foi no valor de R\$1.037.796,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram em R\$1.004.251,63, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI, beneficiando 224 servidores desta autarquia.

**Quadro A.2.3.3.9 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 20TP**

Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: Operações Especiais
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União
Iniciativa	Garantir mensalmente o pagamento dos proventos aos servidores públicos federais da União, que trabalham e contribuem nas atividades executadas pelo órgão.
Objetivo	Pagamento de proventos aos servidores ativos da União.

Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	23.723.866	25.727.441	25.477.701,77	25.477.701,77	25.304.620,44	173.081,33	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoa beneficiada			Unidade	229		229
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

### Análise crítica

Foram realizados pagamentos para 229 servidores do Quadro de pessoal desta Autarquia, assim distribuídos: 200 ativos permanente, 2 requisitados, 21 nomeados para cargo em comissão, 1 cedido, 2 excedente de lotação, 1 requisitado de outro órgão e 2 servidores em exercício descentralizado de carreira/requisitados da Advocacia Geral da União – AGU.

O recurso orçamentário anual inicial aprovado pela LOA foi de R\$23.723.866,00, tendo sido solicitada suplementação de R\$2.004.000,00, o que perfaz o total de R\$ 25.727.441,00, sendo pagas as despesas com pessoal até o final do exercício no valor de R\$25.477.701,77 conforme registros do SIAPE e SIAFI.

A justificativa para esse acréscimo no valor foi o ingresso de servidores advindos de concurso público realizado em 2013 cuja posse foi iniciada no exercício de 2014 e perdurou até o exercício de 2015.

#### Quadro A.2.3.3.10 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 0181

Identificação da Ação	
Código	0181 Tipo: Operações Especiais
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis
Iniciativa	Garantir o Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis - Nacional
Objetivo	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.
Programa	Previdência de Inativos e pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Previdência

Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- Na Amazônia Legal	936.000	1.125.917	1.090.059,62	1.090.059,62	1.051.539,41	38.520,21	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
6000- Na Amazônia Legal	Pessoa beneficiada			Unidade	17		17
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6000- Na Amazônia Legal	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA

### Análise crítica

No exercício de 2015 foi realizado pagamento para 17 servidores relacionados ao Regime de Previdência de Inativos e Pensionistas, destes, 13 são servidores Aposentados e 4 são pensionistas.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2015 foram no valor inicial de R\$ 936.000,00, sendo solicitada suplementação de recursos orçamentários no valor de R\$189.917,00, totalizando o montante de R\$1.125.917,00. Entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram R\$1.090.059,62 conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

A diferença da dotação inicial para final se deu em função da política adotada pelo Governo Federal, que disponibiliza dois prazos anuais para ajustes orçamentários, através de crédito suplementar.

### 2.3.4. Informações sobre execução de despesas

#### Quadro A.2.3.4.1 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	<b>4.416.456,57</b>	<b>4.490.492,21</b>	<b>4.416.456,57</b>	<b>4.484.283,75</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	129.361,42	0,00	129.361,42

d) Pregão	4.416.456,57	4.361.130,79	4.416.456,57	4.354.922,33
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.923.572,85</b>	<b>1.690.227,65</b>	<b>1.923.572,85</b>	<b>1.690.227,65</b>
h) Dispensa	692.009,49	574.708,61	692.009,49	574.708,61
i) Inexigibilidade	1.231.563,36	1.115.519,04	1.231.563,36	1.115.519,04
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>8.396,79</b>	<b>3.768,34</b>	<b>8.396,79</b>	<b>3.768,34</b>
j) Suprimento de Fundos	8.396,79	3.768,34	8.396,79	3.768,34
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>30.647.848,39</b>	<b>24.122.025,02</b>	<b>30.436.246,85</b>	<b>23.837.849,76</b>
k) Pagamento em Folha	30.408.469,13	23.834.209,20	30.196.867,59	23.550.033,94
l) Diárias	239.379,26	287.815,82	239.379,26	287.815,82
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>36.996.274,60</b>	<b>30.306.513,22</b>	<b>36.784.673,06</b>	<b>30.016.129,50</b>

Fonte: DA

### Análise crítica

Na modalidade de contratação, em comparação ao exercício financeiro de 2014, as licitações que tiveram maior relevância foram as das seguintes modalidades: a) **Pregão** que são na maioria contratos de serviços terceirizados como de limpeza, vigilância, manutenção predial, apoio administrativo, fornecimento de passagens aéreas, telefonia, aquisição de software entre outros, com 1,27% de acréscimo, comparado a 2014, o equivalente a R\$55.325,78; b) **Dispensa**, em 2015, houve um aumento de 20,4% em relação a 2014, equivalente a R\$117.300,88; c) **Inexigibilidade** são contratos de serviços médicos, odontológicos e de capacitação, com aumento de 10,4% em relação a 2014, equivalente a R\$116.044,32; d) **Suprimento de Fundos** houve um acréscimo considerável de 122,8%, equivalente a R\$4.628,45, devido ao aumento na demanda de viagem de fiscalização de convênios e também de aquisições de materiais e serviços.

**Quanto ao pagamento de pessoal em folha**, o acréscimo de 27,58% justifica-se pelo ingresso de novos servidores advindos de concurso; já a diminuição no valor das **diárias** em 16,83% foi para cumprir a determinação do Ministério da Integração nacional para redução de gastos com diárias e passagens aéreas no âmbito do Governo Federal.

### Quadro A.2.3.4.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>30.408.469,13</b>	<b>23.834.209</b>	<b>30.408.469,13</b>	<b>23.834.209</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.196.867,59</b>	<b>23.550.034</b>
01 - Aposentadorias e Reformas	1.021.968,35	788.995	1.021.968,35	788.995	0,00	0,00	983.448,14	788.995
11 - Vencimento e Vantagens Fixas	24.849.900,95	19.261.691	24.849.900,95	19.261.691	0,00	0,00	24.676.819,62	18.977.515
13 - Obrigações Patronais	4.215.210,08	3.229.529	4.215.210,08	3.229.529	0,00	0,00	4.215.210,08	3.229.529

Demais elemento do grupo	321.389,75	553.994	321.389,75	553.994	0,00	0,00	321.389,75	553.995
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>12.519.972,91</b>	<b>8.988.863</b>	<b>8.407.244,47</b>	<b>7.465.925</b>	<b>4.112.728,44</b>	<b>1.522.938</b>	<b>8.399.058,34</b>	<b>7.459.717</b>
14 - Diárias Civil	239.379,26	287.816	239.379,26	287.816	0,00	0,00	239.379,26	8.871
33 - Passagens e Desp. Locomoção	465.499,05	631.590	465.499,05	576.807	0,00	54.783	465.499,05	576.807
37 - Locação de Mão de Obra	3.378.289,87	2.793.099	3.132.822,21	2.747.276	245.467,66	45.823	3.132.822,21	2.747.276
39 - Outros Serviços de terceiros PJ	3.833.994,32	3.229.578	2.732.472,75	2.677.070	1.101.521,57	552.508	2.732.472,75	2.670.862
Demais elementos do grupo	4.602.810,41	2.046.780	1.837.071,20	1.176.956	2.765.739,21	869.824	1.822.855,07	1.455.901
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>20.894.990,14</b>	<b>6.845.283</b>	<b>3.100</b>	<b>0,00</b>	<b>20.891.890,14</b>	<b>6.845.283</b>	<b>3.100</b>	<b>0,00</b>
42 - Auxílios	20.688.537,31	6.363.911	0,00	0,00	20.688.537,31	6.363.911	0,00	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - Equipamento e Material Permanente	206.452,83	481.372	3.100	0,00	203.352,83	481.372	3.100	0,00

Fonte: DA

### Análise crítica

Na execução orçamentária com Despesas Correntes no exercício financeiro 2014 para 2015, houve um acréscimo de 27,58% nas despesas com pessoal equivalente a R\$6.574.260,13. Nas Outras Despesas Correntes houve aumento de 39,28%, equivalente a R\$3.531.109,91.

As despesas de maior relevância são as referentes às: **a) diárias** com um decréscimo de 16,83%, correspondendo a R\$48.436,74; **b) passagens e despesas com locomoção**, uma redução de 26,30%, equivalente a R\$166.090,95; **c) locação de mão de obra** com acréscimo de 20,95%, correspondendo a R\$585.190,87; **d) outros serviços de terceiros PJ** com acréscimo de 18,71%, representando R\$604.416,32; **e) demais elementos do grupo** houve acréscimo de 124,88%, que equivale a R\$2.556.030,41.

Nas Despesas de Capital houve um acréscimo considerável de 205,24%, equivalente a R\$14.049.707,14. Dessas destacam-se as despesas com: **a) auxílios** tratam de valores repassados em forma de transferências voluntárias, sendo que em 2015 houve um aumento de 225,1% equivalendo a R\$14.324.626,31, e que dos R\$20.688.537,31 empenhados nada foi liquidado; **b) equipamento e material permanente**, constitui-se em aparelhos e equipamentos de informática, mobiliários para a melhoria das instalações e desenvolvimento das atividades da Sudam, houve uma redução de 57,12%, correspondendo a R\$274.919,17, sendo que de R\$206.452,83 empenhados nada foi liquidado; **c) nas despesas com Obras e Instalações** não houve execução em 2015.

## 2.3.5. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

### Quadro A.2.3.5.1– Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	533013	Sudam			09	8.396,79	5.000,00
2014	533013	Sudam			04	3.768,34	5.000,00

Fonte: SIAFI/COFI

### Quadro A.2.3.5.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	533013	Sudam			09	0	8.396,79	8.396,79
2014	533013	Sudam			04	0	3.768,34	3.768,34

Fonte: SIAFI/COFI

### Quadro A.2.3.5.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
533013	Sudam	33390.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	33390.30.01 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	825,28
			33390.30.03 COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	990,58
			33390.30.17 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	480,00
			33390.30.21 MATERIAL DE COPA E COZINHA	227,56
			33390.30.24 MATERIAL P/ MANUT.DE IMOVEIS/INSTALACOES	729,00
			33390.30.26 MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	437,00
			33390.30.39 MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	484,00
		33390.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33390.33.01 PASSAGENS PARA O PAIS	685,60
			33390.33.03 LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	1.237,77
		33390.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-	33390.39.16 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	2.300,00

		PESSOA JURIDICA		
--	--	-----------------	--	--

Fonte: SIAFI/COFI

### **Análise crítica**

No exercício de 2015, tivemos um acréscimo na escala de uso do GPGF em relação ao ano anterior. Foram concretizadas 09 (nove) solicitações de Suprimento de Fundos com Cartão de Pagamento do Governo Federal em 2015, totalizando o valor de R\$8.396,79 (Oito mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos). Em comparação com o exercício de 2014 que foram 04 processos de solicitação de suprimento de fundos, houve um acréscimo tanto para viagem de fiscalização de convênios como também para aquisições de serviços e materiais para suprir as necessidades urgentes desta instituição no exercício de 2015.

A Sudam somente recorreu ao instituto do suprimento de fundos em situações de caráter excepcional, comprovada a necessidade nos termos da lei, a fim de que não houvesse prejuízo ao bom andamento das atividades da instituição, sejam na área administrativa, predial e viagens a serviço de fiscalizações e vistorias técnicas de convênios.

### **2.3.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

#### **Quadro A.2.3.6 – Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2111/2000	74.000,00	60.597,10
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: DA

### **Análise crítica**

Nesta ação, a Sudam possui contrato com duas empresas prestadoras de serviços com publicidade. Uma é o Fundo de Imprensa Nacional – FUNIN, para cobrir despesas com publicações no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do órgão e a outra é a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, para cobrir despesas com prestação de serviços de distribuição de publicidade impressa ou eletrônica.

Durante o exercício de 2015, foi empenhado ao FUNIN o valor de R\$54.000,00 e pago R\$44.309,83 e empenhado para a EBC o valor de R\$20.000,00 e pago R\$16.287,27.

## **2.4. Desempenho operacional**

### **a) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CPOR)**

No ano de 2015, procurou-se desenvolver com eficiência as atividades inerentes às competências desta Coordenação, tais como:

- Elaboração do Plano de Ação 2015 contendo as ações orçamentárias e não orçamentárias, detalhando as prioridades e atividades elencadas pelas Coordenações;
- Elaboração da proposta orçamentária 2016, qualitativa e quantitativa (PLOA e LOA);
- Discussão dos ajustes (cortes) da proposta orçamentária junto às Diretorias da Sudam e ao MI;
- Recebimento e cadastro dos Programas/Ações no Portal dos Convênios – SICONV das Emendas Parlamentares e dos Programas/Ações do Plano de Ação Sudam, de acordo com o limite orçamentário disponível;
- Elaboração de critérios para transferências voluntárias para atendimento ao disposto no art. 74 da LDO 2015
- Elaboração de Pareceres Orçamentários das Emendas Parlamentares e das demandas apresentadas à Sudam via SICONV e de Ofício, foram emitidos 92 (noventa e dois) pareceres da análise orçamentária;
- Lançamento da proposta orçamentária 2016 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP;
- Elaboração do Relatório de Execução Orçamentária da Sudam foram elaborados 03 (três) Relatórios referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestre; e
- Acompanhamento da execução orçamentária dos programas finalísticos e das Emendas Parlamentares.

#### b) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO (CGEAP)

A CGEAP no ano 2015 realizou reuniões periódicas com os técnicos responsáveis pelas ações desenvolvidas. Tais reuniões se fundamentaram na exposição do andamento da execução e das restrições, analisando as ações desenvolvidas para o atingimento e desenvolvimento das atividades, buscando soluções de continuidade e disseminação e nivelamento do conhecimento na coordenação, para o alcance de seu plano de ação.

A CGEAP atenta às exigências cada vez maiores do mercado e, buscando superar os desafios que se apresentam no processo de oferta de produtos e serviços, vem produzindo, insumos voltados para o planejamento do desenvolvimento regional utilizados nas ações desenvolvidas pela Sudam e disponibilizando aos estados, municípios e a sociedade em geral, proposta de ações inovadoras atendendo essa exigência. Assim, no exercício de 2015, esta Unidade destacou as seguintes ações realizadas:

#### **1. Formulação de Diretrizes e Prioridades para os Instrumentos de Desenvolvimento Regional**

- Elaboração da Proposta de “Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, 2016” – A CGEAP emitiu parecer estabelecendo as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNO observando as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério de Integração Nacional e em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. A referida proposta foi aprovada, “ad referendum”, pelo Conselho Deliberativo da Sudam por meio do Ato nº27, de 27/10/2015.

- Análise e Emissão de Parecer Técnico referente à Proposta de Programas de Financiamento do FNO 2016 – A CGEAP emitiu parecer em sua competência regimental quanto ao mérito e de forma analítica e conclusiva quanto a proposta encaminhada pelo Banco da Amazônia S/A, tendo sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam, por intermédio do ATO “ad referendum” nº29, de dezembro de 2015.
- Análise e Parecer Técnico referente ao “Relatório de Aplicação dos Recursos do FNO exercício 2014”- Em conjunto com o Ministério da Integração Nacional-MI, a CGEAP emitiu parecer nº95/2015/SFRI/Sudam/MI, de 22/07/2015, referente ao relatório de aplicação dos recursos do FNO elaborado pelo Banco da Amazônia S/A, aprovado “ad referendum” através do Ato nº26, de 29/07/2015.
- Elaboração e aprovação das “Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FDA 2016” - A CGEAP emitiu parecer estabelecendo as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, observadas as diretrizes e orientações gerais, estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI no financiamento aos empreendimentos de grande relevância para a economia regional, aprovado “ad referendum” por intermédio do Ato nº30, de 15 de dezembro de 2015.

## **2. Implementação da Base de Dados da Amazônia Legal**

- Amazônia em Números - Em 2015 a CGEAP elaborou boletins técnicos versando sobre indicadores ambientais de desenvolvimento sustentável, indicadores socioeconômicos e ambientais da Amazônia Legal com apresentação de uma análise conjuntural da Amazônia Legal e um último com indicadores da educação básica.
- BADAM – A CGEAP em parceria com a CGTI atuaram no desenvolvimento de website, no padrão estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal (SECOM), que contém informações institucionais sobre o projeto BADAM, realizando ainda a Modelagem de dados e implementação de camada de persistência do aplicativo e no desenvolvimento de modelo de relatório, padronizando a exibição das informações socioeconômicas e ambientais da Amazônia legal.

## **3. Fortalecimento do Sistema de Monitoramento**

- Quanto ao monitoramento das ações estratégicas da Sudam, esclarecemos que no exercício de 2015 ocorreu a descontinuidade das reuniões realizadas pelo Ministério de Integração Nacional – MI utilizando a metodologia anteriormente adotada e na Sudam, iniciou-se a rediscussão do Mapa Estratégico, determinado pela nova administração, ocasionando por conseguinte uma suspensão também na referida metodologia.

## **4. Implantação de Projetos de Integração**

- Identificação dos Micro-eixos de Transporte de Cargas dos Estados da Amazônia - Em complementação aos estudos dos macroeixos realizados pelo Projeto Norte Competitivo e alinhado com os preceitos das fases I e II da PNDR, no ano de 2015, procedemos a divulgação dos estudos finalizados em 2014 referente a identificação dos Micro-eixos de Transporte de Cargas dos Estados do Amazonas, Pará, Amapá e iniciamos o estudo

referente aos Estados de Roraima e Tocantins com a cooperação técnica da Universidade Federal do Estado do Pará com os seguintes resultados:

- a) o diagnóstico dos polos produtivos atuais e potenciais e as vias de escoamento nos estados do Roraima e Tocantins;
- b) a determinação da área de abrangência econômica atual dos Portos já existentes ou de futuros portos a serem implantados nos dois estados;
- c) Complementação do levantamento de todos os dados referentes as cadeias produtivas relevantes para os dois estados;
- d) Polos de produção atuais e futuros;
- e) Polos de consumo atuais e futuros;
- f) Potencial de exportação e importação;
- g) Principais fluxos dentro do Estado
- h) Levantamento dos principais fluxos de carga oriundos de outros estados (ex: regiões Sudeste e Sul) e que venham a trafegar pelos dois estados.
- i) O diagnóstico da situação logística através do levantamento e da análise detalhada dos modais de transporte referentes a rodovias, hidrovias, ferrovias, dutovias, aeroportos, portos e terminais.

Ressalvamos que referido estudo no final do ano foi redirecionado para o acompanhamento através da Coordenação-Geral de Elaboração de Programas Especiais – COGPE.

- Portal de Negócios da Amazônia – Trata-se de uma ferramenta elaborada com o objetivo de identificar as transações comerciais entre os estados, por meio de cadastramento eletrônico de oportunidades de negócio por parte das empresas da região que permite conhecer o que cada estado produz e o que pode ser negociado entre eles. No ano de 2015, foram desenvolvidas as seguintes atividades:
  - a) Contratação de empresas para manutenção/melhoria do Portal;
  - b) Disponibilização para os analistas a serem contratados do material de criação, alterações e implantação do PORTAL;
  - c) Estratégia de Campanha;
  - d) Manual de treinamento para operacionalização do Portal.

## **5. Gestão de Planos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento**

- Atualização do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA - para 2016/2019, como marco estratégico das políticas públicas para a Amazônia: O PRDA é um documento que tem como objetivo geral nortear as ações da Sudam e dos entes federais e estaduais na Região. Indica, de forma global, os rumos que as políticas de financiamento do desenvolvimento regional, da Sudam, devem priorizar. No ano de 2015 o PRDA teve uma ampla atualização que fundamentou nos seguintes pontos:
  - i. Atualização do diagnóstico econômico-sócio-ambiental de cada estado da região;
  - ii. Atualização dos objetivos estratégicos;
  - iii. Atualização dos programas com suas metas e indicadores.

Os programas atualizados pelo PRDA, orientadores de projetos para o Desenvolvimento da Amazônia foram:

- a) Programa de Agricultura, pecuária e extrativismo sustentável;
- b) Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- c) Programa de Infraestrutura econômica (transporte e energia);
- d) Programa de Desenvolvimento Social (educação, saúde, cultura e lazer, saneamento básico e segurança pública);
- e) Programa de Indústria;
- f) Programa de turismo.

Cada programa do PRDA teve seu tratamento metodológico, igualmente desenvolvido em 2015, esboçado na seguinte estrutura:

- a) Metas do Programa;
  - b) Indicadores de Desempenho;
  - c) Iniciativas do Programa.
- Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (Plano Marajó): Cumprindo o Art. 5º da Portaria Nº 269 de 21 de julho de 2014 do Ministério da Integração Nacional que instituiu a Sudam como Coordenadora Executiva do Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais do Plano Marajó, a CGEAP sistematizou as informações relativa as ações desenvolvidas no Arquipélago do Marajó tendo em vista a organização e realização de um evento com instituições federais a ser realizada em Belém no ano 2016.
  - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS-Xingu (Plano Xingu): Em 2015 a Sudam pleiteou assento no Comitê Gestor do referido Plano, haja vista que todos os municípios atendidos estão em sua área de abrangência. Em 2015 a Sudam intensificou e sistematizou o processo de acompanhamento das atividades de forma remota e emitiu Relatório Gerencial com um apanhado estatístico visando futuras avaliações.
- c) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS (COGPE)

A COGPE, por meio de articulação com o MI, realizou e coordenou uma oficina de trabalho para a Região, na Sudam, reunindo os atores do setor produtivo, tanto, do lado dos governos federal, estadual e municipal, bem como as associações de produtores para discutir e definir as potenciais rotas produtivas de integração na Amazônia para as ações de investimento do governo. Anteriormente, o MI por meio de um Acordo de Cooperação com a Redesist/UFRJ, realizou um estudo para definir os arranjos produtivos locais prioritários para a Amazônia, sendo definido o setor de alimentos da biodiversidade; cosméticos; fitoterápicos e fármacos, o qual foi apresentado nessa oficina para validação e/ou complementação com outros, mediante ampla discussão em grupos de trabalhos constituídos.

O projeto Rotas de Integração na Sudam vem sendo conduzido pela COGPE, em estreita articulação com o MI, o MDIC e o MDA, objetivando-se identificar convergências de atuação entre os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do MDA, os Planos de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais do MDIC e do Plano de Rotas de Integração Nacional do MI. Posteriormente, o resultado dessa oficina foi consolidado com os resultados das

outras oficinas realizadas no nordeste e centro-oeste, sendo elaborado um mapa mostrando essas convergências e ocorrências de setores na Região, a partir das informações desses Ministérios.

Ainda nesse âmbito de atuação, a COGPE participou da 7ª Conferência Brasileira de APLs, representando a Sudam e apresentando as ações da Autarquia voltadas ao fortalecimento e desenvolvimento de APLs, participando ainda, no evento sobre Rotas de Integração Nacional, como palestrante.

A COGPE participa do Núcleo Estadual de APLs do Pará, o qual faz parte da governança do Grupo de Trabalho de APL do MDIC, discutindo e articulando ações de desenvolvimento e elaboração de projetos no estado. É representante também da Sudam no Comitê de Rotas de Integração, iniciado em 2015 pelo MI.

Elaborou o termo de referência visando à contratação de consultoria especializada para execução do estudo sobre a identificação da capacidade institucional instalada em Ciência e Tecnologia na Amazônia Legal.

A COGPE articulou com a UFOPA para a celebração do Termo de Execução Descentralizada com o objetivo de executar o estudo visando à identificação dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia.

Lista-se a seguir os principais documentos produzidos pela GOGPE referentes às metas institucionais estabelecidas para o exercício:

- Relatório sobre economia solidária;
- Levantamento dos arranjos produtivos locais - apls da Amazônia Legal;
- Organização da Oficina Macrorregional das Rotas de Integração Nacional;
- Relatório final da Oficina Macrorregional das Rotas de Integração Nacional;
- Projeto “Identificação dos Microeixos de Transporte nos Estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia” por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED) com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA);
- Finalização do processo de descentralização por meio do TED firmado com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para execução do estudo: “Identificação dos Microeixos de Transporte nos Estados de Roraima e Tocantins”;
- Documento contendo esclarecimentos à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) sobre a “Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal”;
- Participação na 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – CBAPL;
- Documento contendo ações da Sudam para o apoio à estruturação e dinamização de APLs;
- Documento elaborado para a 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – CBAPL;
- Adequação do Projeto “Cadeia de Valor do Açaí do Estado do Acre”;
- Participação em Videoconferências sobre Rotas de Integração Nacional;

Em relação à realização de eventos, foi planejada a organização de 5 eventos para 2015, sendo realizado apenas 1. O baixo desempenho foi devido ao contingenciamento orçamentário ocorrido, no exercício, nas três esferas da Administração Pública, o que impactou na presença dos representantes das instituições convidadas pela dificuldade em arcar com os custos de deslocamento e hospedagem.

d) COORDENAÇÃO-GERAL DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COGID)

A COGID, no exercício de 2015, realizou as seguintes ações:

- Elaboração de critérios para enquadramento dos pleitos que demandaram a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres, na área de inclusão social e desenvolvimento sustentável, de acordo com os objetivos estratégicos da Sudam que resultou na aprovação da Resolução N° 38/2015, pela Diretoria Colegiada;
- Avaliação da efetividade dos convênios com vigências finalizadas em 2013/2014 e prestações de contas aprovadas até o 1º semestre de 2015, no que concerne ao alcance de seus objetivos, quanto à promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável para subsidiar futuros planos e processos decisórios;
- Avaliação dos resultados dos patrocínios concedidos pela Sudam no exercício de 2013/2014, quanto ao mérito das solicitações de patrocínio nas áreas de competência da coordenação;
- Elaboração de pareceres para enquadramento dos pleitos que demandaram a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres, na área de inclusão social e desenvolvimento sustentável, de acordo com os objetivos estratégicos da Sudam;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Desenvolvimento do Turismo” para o PPA 2016-2019;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária” para o PPA 2016-2019;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Ciência, Tecnologia e Inovação” para o PPA 2016-2019;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Turismo Sustentável na Amazônia Legal” do PRDA 2016-2019;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Cultura e Lazer na Amazônia Legal” do PRDA 2016-2019;
- Elaboração de proposta para o programa temático “Ciência e Tecnologia na Amazônia Legal” para o PRDA 2016-2019;
- Representação da Sudam nas reuniões e eventos do Núcleo Estadual do Pará dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que a partir de setembro/2015 se converteu em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/2030;
- Suporte administrativo e tecnológico às atividades da COGID (Secretaria/Estagiária);
- Colaboração técnica para a elaboração da proposta de indicadores ambientais em construção pela CGAV;
- Participação na oficina para discussão da proposta para o programa temático “Desenvolvimento do Turismo” para o PPA 2016-2019 realizada em Brasília em maio de 2015;
- Participação em seminários e vídeo conferências relacionadas ao projeto Rotas da Integração Nacional;
- Participação em Seminário sobre estudo elaborado Sudam e UFOPA - Identificação dos microeixos de transporte de cargas do Amapá, Amazonas e Pará”;

- Participação em reunião com técnicos da Embrapa Amazônia Oriental para apresentação do Projeto - TerraClass 2012 - Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra na Amazônia Legal;
- Participação Seminário para apresentação da Política Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal – PDIAL;
- Realização em parceria com a Rede ODS- Pará do Seminário “Regional Diálogo Amazônia-Agenda de Desenvolvimento pós-2015”;
- Acompanhamento e vistoria de três (3) convênios e um 1 termo de cooperação do âmbito da CGCOM;
- Análise da prestação de contas do convênio 702804/2008 firmado entre Sudam e IEPA, do âmbito da CGCOM;
- Análise da prestação de contas de três (3) convênios do âmbito da CGCOM; e
- Análise de prestações de conta em Tomada de Contas Especiais, do âmbito da Comissão Permanente de TCE da Sudam.

## 2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

### 2.5.1. Indicadores de Gestão de processos

**Quadro A.2.5.1.1 - Indicadores de Gestão de processos**

Denominação	Índice de Referência (*)	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Capacidade geral de vistoria	98,35%	80%	92,22%	Anual	$CGV = \frac{\text{N}^\circ \text{ vistorias realizada}}{\text{total de pleitos processados no exercício}}$
Produtividade da função vistoria	6,26	(**)	4,61	Anual	$PFV = \frac{\text{N}^\circ \text{ de vistorias realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de técnicos que realizaram vistorias}}$
Índice de cumprimento dos planos de vistoria	1,76	(***)	1,52	Anual	$IPV = \frac{\text{N}^\circ \text{ de laudos emitidos no exercício}}{\text{N}^\circ \text{ de vistorias realizadas no exercício}}$
Volume de pleitos atendidos	98,62%	80%	91,52%	Anual	$VA = \frac{\text{N}^\circ \text{ de laudos e portarias emitidos no exercício}}{\text{N}^\circ \text{ de pleitos existentes}}$
Capacidade de atendimento	95,62%	80%	96,79%	Anual	$CA = \frac{\text{N}^\circ \text{ de laudos e portarias emitidos no exercício}}{\text{N}^\circ \text{ de pleitos com entrada no exercício}}$
Tempo médio de tramitação de processos	88 dias	(****)	95 dias	Anual	$TMTP = \frac{\text{soma da duração de processos solucionados com sucesso}}{\text{N}^\circ \text{ de processos solucionados com sucesso}}$

(\*) os índices de referência apresentam dados que se reportam a dez/2014

Fonte: DGFAl

Alguns dos indicadores já vêm sendo informados ao Ministério da Integração desde 2007 e compõem o Relatório de Avaliação da Redução do IRPJ (Amazônia). Todos os dados usados na obtenção dos indicadores informados são os mesmos informados ao MI.

Não foi possível calcular os valores para os indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB). A Sudam não detém as informações necessárias para a avaliação destes indicadores.

Outros dados, como os Valores da Renúncia referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são decorrentes da apuração dos valores da renúncia fiscal feita pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

Os valores referentes à Geração de Empregos informados na coluna respectiva dizem respeito apenas aos projetos de Isenção e de Redução do IRPJ. Os números referentes aos empregos indiretos foram estimados.

**Quadro A.2.5.1.2 - Indicadores de Gestão de processos**

Denominação	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. analisadas}$
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	7	> 1	1,43	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{n}^\circ \text{ de técnicos}$
TCCP%	Determinar se a empresa tem encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	64,29%	100%	30,00%	anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$
TMTP dias	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	23	< 30	23	anual	$\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)} / \text{Número de processo analisados}$
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam tem resultado em projetos analisados pelo agente(s) operador(es) e aprovados pelo Diretoria Colegiada da Sudam	7,14%	-	0%	anual	$\text{N}^\circ \text{ de projetos aprovados} / \text{n}^\circ \text{ de Consultas Prévias aprovadas}$
ISA%	Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos	93,75%	100%	94,12%	anual	$\text{N}^\circ \text{ de projetos acompanhados c/ resultados positivos} \times 100 / \text{n}^\circ \text{ de Projetos acompanhados}$

Fonte: DGFAI

## 2.5.2. Indicadores de Desempenho

O FDA está inserido no plano estratégico da Sudam, especificadamente no eixo Superar a desigualdade regional e a pobreza extrema na Amazônia, cujo objetivo está em atrair investimentos e fortalecer cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs) na Amazônia, com geração de emprego e renda, articulando-as a projetos estruturadores.

O Plano Plurianual vigente, referente aos anos de 2012-2015, em seu artigo 4º inciso I, estabelece como diretriz a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.

**Quadro A.2.5.2 – Indicadores de Desempenho**

Denominação	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade de	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. analisadas}$
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	7	> 1	1,43	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / n^{\circ} \text{ de técnicos}$
TCCP%	Determinar se a empresa tem encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	64,29%	100%	30,00%	anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$
TMTP dias	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	23	< 30	23	anual	$\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)} / \text{Número de processo analisados}$
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam tem resultado em projetos analisados pelo agente(s) operador(es) e aprovados pelo Diretoria Colegiada da Sudam	7,14%	-	0%	anual	$N^{\circ} \text{ de projetos aprovados} / n^{\circ} \text{ de Consultas Prévias aprovadas}$
ISA%	Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos	93,75%	100%	94,12%	anual	$N^{\circ} \text{ de projetos acompanhados} / \text{resultados positivos} \times 100 / n^{\circ} \text{ de Projetos acompanhados}$

Fonte: CGFIN

Obs.: Índice de referencia: medição em Janeiro/2015

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMTP dias – Tempo Médio de Tramitação de Processos

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

ISA% – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados

### 3. GOVERNANÇA

#### 3.1. Descrição das estruturas de Governança

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Informática, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação e o Sistema Nacional de Correição – cuja competência foi destinada à Diretoria de Administração. O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias.

**Quadro A.3.1 – Estruturas de governança**

<b>Estrutura</b>	<b>Normativo</b>
Conselho Deliberativo	Decreto nº 8.275/2014 (Arts. 4º e 5º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 8.275/2014 (Arts. 6º, 7º e 8º)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 14)
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Informática	Portaria nº 154/2009
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria nº 122/2013
Sistema Nacional de Correição	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 15, Inciso I)

Fonte: DA

#### 3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam possui dois (2) órgãos colegiados internos (CONDEL e Diretoria Colegiada) e participa, tendo assento, em dois (2) órgãos externos (Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Roraima e Amapá), todos eles de grande relevância para o desenvolvimento da Amazônia e em ambos é assessorada por meio da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados (ASCOL), unidade integrante da estrutura organizacional do Gabinete.

Seguem abaixo especificações sobre esses órgãos e seus respectivos dirigentes:

##### 3.2.1. Conselho Deliberativo da Sudam (CONDEL)

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época, Luiz Inácio Lula da Silva. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que dentre outras atribuições a ele compete acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia. É sempre em decorrência da ocupação do cargo que ocupam, ou seja, quem ocupa esses cargos será efetivamente membro do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 8.275, de 27/06/2014 e no Regimento Interno do CONDEL/Sudam.
- Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais é feita via indicação das classes e prefeituras e são nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro da Integração Nacional, que desenvolve a função de Presidente do CONDEL.

## **Composição do CONDEL/Sudam**

I - Os governadores dos Estados da área de atuação da Sudam, a saber: Maranhão, Pará, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins, Amapá e Roraima;

II - Os Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

III - Seis Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo (que devem ser convocados dependendo do assunto constante da pauta da reunião);

IV - Três prefeitos de municípios de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Associação Brasileira de Municípios-ABM, pela Confederação Nacional de Municípios-CNM e pela Frente Nacional de Prefeitos-FNP, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;

V - Três representantes da classe empresarial e respectivos suplentes de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, pela Confederação Nacional do Comércio-CNC e pela Confederação Nacional da Indústria-CNI, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;

VI - Três representantes da classe dos trabalhadores e respectivos suplentes de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio-CNTC e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;

VII - O Superintendente da Sudam; e

VIII - O Presidente do Banco da Amazônia S.A.

A informação referente à composição atual dos conselheiros do CONDEL/Sudam encontra-se disponibilizada no Anexo VI, que é parte integrante deste levantamento.

## **Exigências quanto ao perfil**

Após consulta à legislação vigente e à Procuradoria Federal Especializada, junto a Sudam, chegamos ao consenso de que não existe um perfil traçado para a indicação dos membros do CONDEL/Sudam, pois a referida indicação é feita sempre em decorrência do cargo que ocupam.

Ressaltando que, com relação aos representantes da classe empresarial (CNA, CNC e CNI), representantes da classe dos trabalhadores (CONTAG, CNTC e CNTI) e representantes municipais de estados diferentes da área de atuação da Sudam (ABM, FNP e CNM), como a indicação fica a cargo da entidade, acreditamos também que não exista um perfil traçado para esses membros e, sim devido aos cargos que ocupam, pois a indicação para a representação da classe empresarial, geralmente se dá entre os presidentes de federações, tanto para o representante titular, como suplente. Enquanto que a escolha para os representantes da classe dos trabalhadores se dá entre os presidentes de federações e presidentes e/ou membros de sindicatos, tanto para titular como suplente. Já no caso dos representantes municipais os conselheiros titulares sempre são escolhidos dentre os prefeitos municipais, ficando a suplência com seus respectivos vice-prefeitos.

### **3.2.2. Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei nº 124, de 03/01/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.218, de 04/10/2007, revogado pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014. É composta por um (01) Superintendente que a preside e por quatro (4) diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Até que a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável esteja plenamente instalada, as competências previstas para ela serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, conforme disposto no Parágrafo único do art. 17, do anexo I do Decreto nº 8.275.

Atualmente, a Diretoria Colegiada da Sudam é composta pelo Superintendente, pela Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, pela Diretoria de Administração, substituta, e pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas.

A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República, sendo em um total de cinco (5) membros.

#### **Composição da Diretoria Colegiada/Sudam**

I - Superintendente: Paulo Roberto Correia da Silva.

II - Diretor (a) da Diretoria de Administração: (vago)

III - Diretora da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas: Keila Adriana Rodrigues de Jesus.

IV - Diretor da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos: Inocencio Renato Gasparim.

V - Diretor (a) da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. (até que a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável esteja plenamente instalada as competências previstas nessa diretoria serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, ocupada atualmente pela Diretora Keila Adriana Rodrigues de Jesus).

#### **Exigências quanto ao perfil**

Após consulta a legislação vigente e a Procuradoria Federal Especializada, junto a Sudam chegamos ao consenso de que não existe uma exigência de perfil traçado para ocupação de cargos dos integrantes da Diretoria Colegiada da Sudam.

### **3.2.3. Órgãos colegiados externos**

São órgãos que funcionam fora da Sudam, onde o Superintendente e diretores possuem assento, representando assim a Autarquia. Atualmente a Sudam faz-se representar em dois (2) Órgãos Colegiados: Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Roraima e Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Amapá.

A indicação para os Conselhos Deliberativos Estaduais do SEBRAE/RR e SEBRAE/AP, nos quais a Sudam possui assento é feita, via ofício da Superintendência enviado aos respectivos conselhos sendo, posteriormente formalizada, por meio de portaria assinada pelo gestor máximo da Sudam.

## **Composição dos Órgãos Colegiados externos:**

### **I - SEBRAE/RR:**

- Conselheiro titular: Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente.
- Conselheira suplente: Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas.

### **II - SEBRAE/AP:**

- Conselheiro titular: Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente.
- Conselheiro suplente: Inocencio Renato Gasparim, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos.

## **Exigências quanto ao perfil**

Após consulta à legislação vigente e à Procuradoria Federal Especializada, junto a Sudam chegamos ao consenso de que não existe uma exigência de perfil traçado para ocupação desses membros, devido à indicação ser de livre escolha do Superintendente dentre os servidores, tanto dirigentes como ocupantes de cargos de coordenação do órgão.

### **3.3. Atuação da unidade de auditoria interna**

A Auditoria Geral da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, cumprindo ao disposto no artigo 5º da Decisão Normativa/TCU nº 146 de 30/09/2015 e as orientações contidas no sistema e-Contas na Seção “Governança” - Item “Atuação da unidade de auditoria interna”, apresenta as seguintes informações:

#### *a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna*

A Auditoria-Geral tem suas competências normatizadas no Regimento Interno da Sudam aprovado pela Diretoria Colegiada através da Resolução nº 33, de 29/10/2014, consoante o Decreto nº 8.275 de 27/06/2014 que se encontra no seguinte link: [http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/documentosinstitucionais/arquivos/decreto\\_8275\\_de%2027%20de%20junho%20de%202014.pdf](http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/documentosinstitucionais/arquivos/decreto_8275_de%2027%20de%20junho%20de%202014.pdf).

#### *b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna*

A Auditoria-Geral tem suas atividades voltadas para agregar valor à gestão na medida em que propõe soluções de melhorias para garantir que os objetivos sejam alcançados e que os riscos sejam mitigados no âmbito da Sudam. Para tanto, possui alguns instrumentos que propiciam uma maior independência na execução de seus trabalhos, conforme segue:

1. sua vinculação é direta com à Diretoria Colegiada da Sudam, conforme artigo 14 do anexo do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014 e os resultados dos seus trabalhos são divulgados no colegiado supracitado;
2. a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de auditoria interna é submetida, pelo dirigente máximo da Sudam, à aprovação da Diretoria Colegiada e da Controladoria-Geral da União, conforme Decreto nº 3.591/2000;
3. a finalização dos relatórios de auditoria são informados à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a IN/CGU nº 24 de 17/11/2015.

A Auditoria-Geral da Sudam, no intuito de assegurar a objetividade dos seus trabalhos, direciona a aplicação dos seus procedimentos para os programas/ações ou unidades selecionados por meio da matriz de risco, contribuindo com o aprimoramento dos controles internos administrativos e para o cumprimento dos objetivos e metas planejadas.

*c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.*

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia possui apenas a unidade central. A Auditoria-Geral da Sudam define os programas, ações e projetos a serem auditados com base no resultado da análise de risco obtido pela aplicação da Matriz de Risco que considera os aspectos da Relevância, Materialidade, Criticidade e Temporalidade.

Considera, ainda, às demandas provenientes dos órgãos de controle, as ações não planejadas, mais que foram demandadas pela Diretoria Colegiada da Sudam, e as limitações técnicas e operacionais da Auditoria e o tempo para sua execução.

A metodologia de trabalho e os procedimentos adotados pela Auditoria da Sudam, em suas atividades técnicas e na medida das possibilidades, guarda consonância com aquela adotada na esfera do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC nº 01, de 06.04.2001).

Cabe salientar, que o processo de construção da Matriz de Risco, no âmbito da Auditoria, teve como base a Matriz de Risco desenvolvida pela Auditoria Interna da SUDENE, a qual foi apresentada para todas as unidades de Auditorias Internas vinculadas ao Ministério da Integração Nacional, por ocasião da Reunião do Comitê Técnico de Auditoria, realizada no período de 14 a 18.10.2013, contando com a participação da Assessora Especial de Controle Interno do MI, a qual presidia o referido comitê, naquela época, e da CGU/SFC/DIINT.

A Auditoria-Geral da Sudam iniciou, de forma preliminar, o processo de construção da Matriz de Risco no ano de 2013, estabelecendo como base a princípio, os critérios da relevância e da materialidade, os quais foram utilizados no PAINT/2014.

No decorrer do exercício de 2014 a Auditoria-Geral desenvolveu os critérios da criticidade e da temporalidade e na elaboração do PAINT/2015 foram utilizados os critérios da relevância, materialidade, criticidade e temporalidade, aplicados a princípio nos programas/ações finalísticos desta Autarquia.

No exercício de 2015, a Auditoria-Geral desenvolveu a matriz de risco utilizando os critérios da relevância, criticidade, materialidade e da temporalidade, aplicados nos programas/ações finalísticos executados por esta autarquia e ampliou o foco da análise, incluindo programas/ações da área administrativa e de benefícios fiscais.

A metodologia aplicada para o levantamento da matriz de risco é uma inovação na Auditoria-Geral da Sudam, portanto, encontra-se em fase de maturação e certamente ocorrerão melhorias nos anos subsequentes.

*d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta*

A sucessão jurídica entre os Órgãos, ocorrida por meio dos Decretos nºs 6.199 e 6.218, emitidos em 28/08/2007 e 04/10/2007, respectivamente, ocasionou grande impacto desde a Auditoria-Interna da extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e na Auditoria-Geral da Sudam em função da supressão das duas coordenações.

Com o advento do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a estrutura organizacional desta Auditoria-Geral pelo Anexo II do referido Decreto, ficou assim estabelecida: 10 (um) Auditor-Chefe (DAS 101.4), 01 (um) Assistente Técnico (DAS 102.1), 02 (dois) Chefes de Divisões (DAS 101.2) e 02 (duas) Funções Gratificadas (FG-1 e FG-2).

Por fim, o Decreto nº 8.677, de 22/02/2016, vigente até a presente data, suprimiu o cargo de Assistente Técnico (DAS 102.1) da estrutura da Auditoria-Geral da Sudam.

Quanto à equipe técnica foram lotados 04 (quatro) servidores, no decorrer dos meses de novembro/2014 e fevereiro/2015, aprovados no concurso público, e 01 (uma) contadora, proveniente de outra unidade administrativa da Sudam no mês de dezembro de 2014.

O quadro de servidores da Auditoria-Geral, até a presente data, possui a seguinte composição:

**Quadro A.3.3 - atribuições dos servidores lotados na auditoria-geral da Sudam**

CARGO	QUANTIDADE	NÍVEL	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÃO
Auditor-Chefe	01	Superior	Ciências Contábeis	Gerenciar/Exame Técnico
Chefe de Divisão	01	Superior	Ciências Contábeis	Gerenciar/Exame Técnico
Chefe de Divisão	01	Superior	Administração	Gerenciar/Exame Técnico
Contador	01	Superior	Ciências Contábeis	Exame Técnico
Analista Técnico Administrativo	01	Superior	Ciência da Computação	Exame Técnico
Economista	01	Superior	Ciências Econômicas	Exame Técnico
Engenheiro	01	Superior	Engenharia Civil	Exame Técnico
Contador	01	Superior	Ciências Contábeis	Exame Técnico
Agente Administrativo	01	Médio	-	Apoio Administrativo
Agente Administrativo (1)	01	Médio	-	Apoio Administrativo

Fonte: Elaborado pela Auditoria-Geral

Nota (1): Referida servidora encontra-se de licença para tratamento de saúde por junta oficial desde o mês de março de 2015 até a presente data.

A escolha do titular de Auditoria Interna é feita de acordo com o que preconiza o §5º do art. 15 do Decreto nº 3.591 de 06/09/2000 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências:

*§ 5º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. (Redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 2002).*

A Controladoria Geral da União, em 29/04/2014, editou a Portaria nº 915 que dispõe sobre as normas de nomeação, designação, exoneração e dispensa do titular de Auditoria Interna tendo em vista o disposto no normativo supramencionado.

De acordo com que dispõe o parágrafo §3º do Decreto nº 3.591/2000 e com a instituição do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a Auditoria-Geral encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam, cuja redação consta no Regimento Interno da Instituição, aprovado pelo Órgão Colegiado através da Resolução nº 33, de 29/10/2014.

*e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações*

A alta gerência, composta pelo Superintendente e os Diretores de Administração, de Planejamento e Articulação de Políticas e de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos, os quais compõem a Diretoria Colegiada, através das versões Finais dos Relatórios de Auditorias que têm como anexo o Plano de Providências (PPAUD) contendo as constatações e recomendações (quando houver) constantes dos processos são encaminhados à Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados, no intuito de que, referidos processos sejam cientificados aos Diretores por ocasião da reunião do Colegiado e, no que couber adotar providências, no sentido de cientificar as Diretorias/Coordenações correlatas à área auditada.

*f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência*

A comunicação à alta gerência se faz de acordo com o procedimento descrito no item anterior. Cabe informar que na estrutura organizacional desta Autarquia não existe o Conselho de Administração, assim como, não existe Comitê de Auditoria no âmbito da Sudam, portanto, não há descrição da sistemática sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.

*g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes*

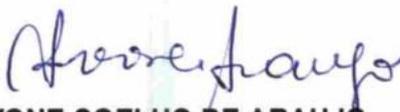
O último reposicionamento da Auditoria-Geral ocorreu com o advento do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, que vinculou a unidade de auditoria à Diretoria Colegiada da Sudam, portanto, no exercício de 2015 não houve reposicionamento.

Em relação às adequações internas na estrutura organizacional da Auditoria Geral estão explanadas no “Item d”.

### 3.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Na condição de usuária cadastradora do sistema de correção, nomeada pela Portaria nº 33 de 9 de maio de 2011 da Sudam, informo que não houve ocorrência de processos administrativos disciplinares, durante o exercício de 2015, no âmbito da Sudam.

Belém, 29 de junho de 2016.

  
**IVONE COELHO DE ARAUJO**  
Agente Administrativo  
SIAPE 010779450

### 3.5. Gestão de riscos e controles internos

**Quadro A.3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					
<b>Média:</b> Resultado da divisão do somatório de pontos auferidos pela quantidade de itens por aspecto do sistema.					

## Análise crítica

Sobre os aspectos relacionados ao Ambiente de Controle, percebemos que a média dos valores dados como respostas foi 4 - parcialmente válidas. Vale destacar, em relação ao item 4, a existência de código de ética dos servidores públicos federais, o qual foi reproduzido aos servidores da Sudam, inclusive aos servidores por ocasião do provimento em cargo público.

No que diz respeito à Avaliação de Risco, este tema foi o que possui maior incidência dos menores valores atribuídos, sendo a média deles o de pontuação 2 - parcialmente inválidas. Isto foi considerado insatisfatório e demanda a necessidade de uma atenção maior. Destaca-se, em relação ao item 10, que os objetivos estratégicos a que o item faz referência estão definidos no Mapa Estratégico anterior à reformulação do Planejamento Estratégico da instituição, o qual deverá sofrer readequação quando aprovado.

Em relação aos aspectos relacionados a Procedimentos de Controle e ao Monitoramento, percebemos que a média dos valores dados como respostas foi 3 - neutras, não permitindo a avaliação acerca do conteúdo das afirmativas.

Por fim, os itens referentes à Informação e Comunicação, tal qual no primeiro tema do questionário, a média dos valores dados como respostas foi 4 - parcialmente válidas, dando-se uma atenção especial ao item 24 – o único deste tema cuja afirmativa foi considerada integralmente observado na Sudam (valor 5).

## 4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

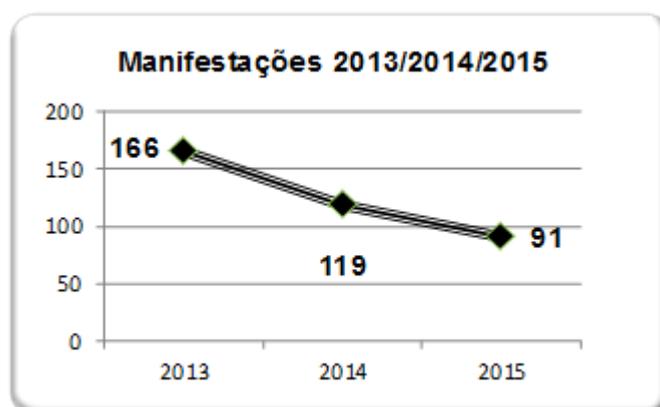
### 4.1. Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso do cidadão para registro de manifestações, disponibilizados pela Ouvidoria da Sudam contemplam os seguintes:

- Webmail: ouvidoria@sudam.gov.br
- Telefone Institucional: (91) 4008-5689
- Fale Conosco: www.sudam.gov.br
- DDG (Discagem Direta Gratuita): 0800-610021
- Atendimento pessoal, Urnas e Correio - Tv. Antônio Baena, 1113 - Bairro: Marco - Belém-PA - CEP: 66093-082 – Térreo / Bloco C

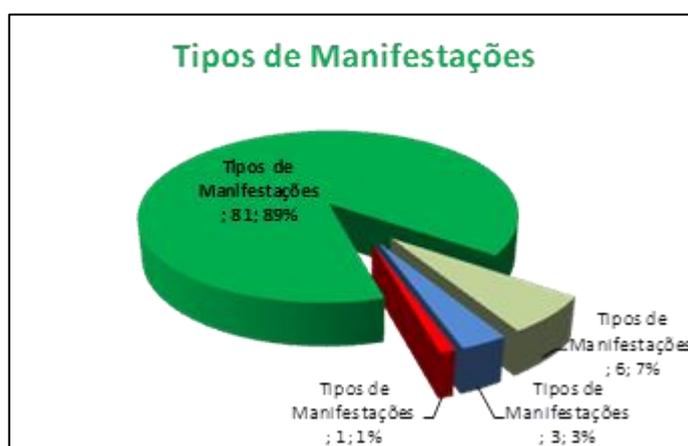
Em relação ao volume de manifestações registradas no exercício de 2015, segue abaixo o quadro representativo, inclusive com o quantitativo dos anos anteriores:

**Quadro A.4.1.1 – Quantidade de Manifestações**



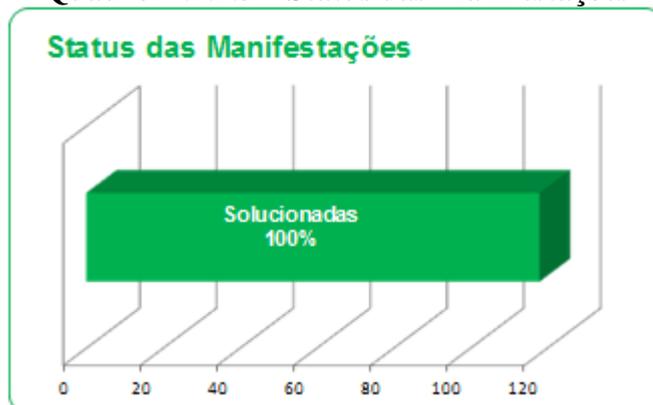
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

**Quadro A.4.1.2 – Tipos de Manifestações**



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

**Quadro A.4.1.3 – Status das Manifestações**



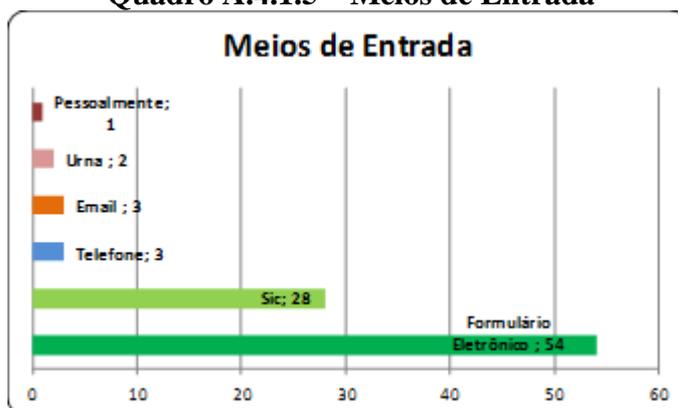
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

**Quadro A.4.1.4 – Setores Demandados**



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

**Quadro A.4.1.5 – Meios de Entrada**



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

### Quadro A.4.1.6 – Assuntos Demandados

Código	Assuntos mais Demandados (Março 2015)	Quantidade
104	Informações referentes a Incentivos Fiscais	9
105.01	Informação referente ao FINAM	6
105.03	Informação referente à legislação do FDA	6
114	Informação referente à Administração	2

Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

### Quadro A.4.1.7 – Percentual de Manifestações por tempo de resposta

ANO Recebimentos	Status	Tempo de Resposta das Manifestações	Total	%
2015	Normal	De 1 a 5 dias	31	34,06%
	Alta	De 6 a 10 dias	19	20,87%
	Urgente	De 11 a 15 dias	14	15,38%
	Em Aberto	Acima de 15 dias	27	29,67%
Total de Manifestações			91	100%

Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

## 4.2. Carta de serviços ao Cidadão

A unidade de Ouvidoria elaborou todos os seus materiais de divulgação contemplando os detalhamentos para elaboração da Carta de Serviço ao Cidadão, contidos no Decreto 6.932/09.

### Quadro A.4.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte I



Fonte: Ouvidoria Sudam

## Quadro A.4.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte II



Fonte: Ouvidoria Sudam

A ouvidoria da Sudam disponibiliza na internet, através no site institucional ([www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br)), o canal FALE CONOSCO Trata-se de um formulário eletrônico para registro de manifestações. Tudo é gerenciado através desse sistema informatizado

Ainda, na página principal do site institucional, especificamente no link da ouvidoria, existem informações referentes à prestação do serviço direto ao cidadão.

### 4.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

São realizados três procedimentos para medir a satisfação do usuário, a saber:

- Monitoramento das manifestações junto ao usuário, durante o trâmite interno, como forma de priorizar o bom relacionamento;
- Contato pós-solucionada, quando a comunicação com o manifestante é feita para avaliar o atendimento. Todas as considerações são colocadas como notas técnicas dentro do sistema;
- Pesquisa de opinião do público da ouvidoria. Trata-se de uma pesquisa descritiva realizada na forma de levantamento com amostragem sistêmica, através de formulário aplicado de forma eletrônica.

A próxima pesquisa de opinião está prevista para o segundo semestre de 2016. Na ocasião, será aplicado de forma eletrônica um formulário como instrumento de pesquisa, exatamente como foi realizado na última pesquisa (em 2013), cujos resultados estão no Relatório de Gestão do exercício de 2014.

Todas as demandas apresentadas neste relatório foram devidamente atendidas pela Ouvidoria ou repassadas às áreas solucionadoras para encaminhamento dos pareceres técnicos das mesmas. Referente às Denúncias, a Ouvidoria da Sudam informa que no ano de 2015 não recebeu nenhuma denúncia.

#### 4.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional – Ascom é a unidade técnica responsável pela transparência das informações sobre a atuação da Sudam. Em 2015, tendo como meio a Internet, a assessoria adotou algumas medidas para tornar as ações da Sudam mais transparentes e acessíveis ao público em geral. Nesse sentido, o instrumento de comunicação utilizado para esse fim foi o Portal da Instituição, acessível pelo endereço: [www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br).

Cabe ressaltar que no referido ano, o site foi totalmente modificado não apenas quanto à arquitetura e layout, mas também pelo novo tratamento do conteúdo, de forma que este passasse a se tornar mais acessível na navegação e busca de informações.

Na página principal do portal constam as principais áreas de interesse público, a saber:

**Incentivos fiscais:** além das modalidades de incentivos e o passo a passo para o seu acesso, este link traz de forma inédita a relação das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais concedidos pela Sudam, assim como dos resultados provenientes da política de incentivo às empresas privadas que acessam ou que podem acessar a esse benefício.

**FDA:** este link traz todas as informações da tramitação dos projetos, desde as consultas prévias em tramitação até a aprovação final dos projetos, com seus respectivos valores. Ainda na página principal encontram-se outras áreas como o link da diretoria colegiadas com todas as deliberações do órgão e também a área de Acesso à Informação. Nesta destacam-se links de interesse direto dos potenciais parceiros institucionais:

**Plano de Ação e Critérios:** dispõe a relação dos programas e ações que podem ser acessados por governadores, prefeitos e instituições de pesquisa.

**Despesas:** apresenta um panorama das despesas administrativas realizadas pela Sudam.

**Convênios e Termos de Cooperação:** apresenta para acesso a [relação de Convênios e Termos de Cooperação firmados pela Sudam – 2004-2015](#).

Considerando a necessidade de manter os documentos técnicos e controle interno e externo relacionados à Sudam, foi criada uma área no site, também na página principal, denominada **Referências**, na qual podem ser acessados por qualquer cidadão documentos referentes aos Relatórios de Gestão e aos relatórios de auditoria da extinta ADA, da Sudam e especificamente do FDA.

A área **Comunicação**, permanentemente presente no site e com atualização em tempo real, tem como objetivo divulgar as ações do órgão e de apresentar canais de comunicação que facilitam o entendimento e o alcance dessas ações a qualquer pessoa que acessar a página. Nesse contexto, merecem destaque as áreas de notícias e da central de conteúdos. Esta, por exemplo, recorre a instrumentos comunicativos - visuais, como vídeos, fotos, informativos periódicos e publicações jornalísticas, que com linguagem jornalística simples e explicativa disponibiliza todo e qualquer tipo de informação das ações implementadas pela Sudam, de fácil compreensão para qualquer cidadão.

## **5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **5.1. Desempenho financeiro no exercício**

Em conformidade com a Lei nº 13.115 de 20 de Abril de 2015, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, e em observância às disposições e limites constantes do decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015, além de dar outras providências, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, por meio de sua unidade gestora 533013, teve um orçamento aprovado de R\$127.779.876,00, conforme demonstra o quadro de execução orçamentaria.

Somando-se ao orçamento inicial foram criados mais R\$4.770.492,00 de créditos suplementares, sendo R\$189.917,00 referentes ao pagamento de aposentados e pensionistas (Programa de Governo nº 0089, Ação do Governo nº 0181), R\$1.753.000,00 referentes a projetos de desenvolvimento regional na Amazônia Legal (Programa de Governo nº 2029, Ação do Governo nº 20NK), R\$444.000,00 referentes a investimentos de infraestrutura na Amazônia Legal (Programa de Governo nº 2029, Ação do Governo nº 8902), R\$380.000,00 referentes a tributos sobre a folha de pagamento (Programa de Governo nº 2111, Ação do Governo nº 09HB), e 2.003.575,00 referentes a pagamento dos servidores (Programa de Governo nº 2111, Ação do Governo nº 20TP).

Também foram criados créditos extra-orçamentários no valor de R\$2.000.000,00 para investimentos de infraestrutura na Amazônia Legal (Programa de Governo nº 2029, Ação do Governo nº 8902).

Foram cancelados ou remanejados um total de créditos de R\$2.197.000,00. Posto isso, com os créditos suplementares e extra-orçamentários incluídos, bem como os créditos cancelados e remanejados excluídos, a dotação final do órgão totalizou R\$132.353.368,00.

Da dotação final do órgão, foi estabelecido um limite orçamentário de R\$10.234.956,00, sendo 6.754.956,00 para a administração da unidade, ou seja, as despesas contidas na ação 2000-Administração da Unidade do programa de governo 2111- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração, e R\$3.480.000,00 para as despesas da área finalística. Posteriormente, foi liberado mais R\$2.300.000,00 de limite orçamentário, totalizando R\$12.534.956,00, dos quais R\$7.996.501,90 seriam para administração da unidade e R\$4.538.454,10 para a área finalística.

O montante de despesas empenhadas totaliza R\$63.823.432,18; destas, R\$38.818.813,60 foram liquidadas e R\$38.593.025,93 foram pagas. Do total de despesas pagas, R\$1.051.539,41 foram referentes à ação 0181- Pagamento De Aposentadorias E Pensões - Servidores Civis, do programa de governo 0089- Previdência de Inativos e Pensionistas da União; R\$37.461.486,48 foi o total gasto nas ações contidas no programa de governo 2111- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração; e R\$80.000,04 foi gasto na ação 2000-Administração da Unidade, mas pelo programa de governo 2125- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento.

Foram inscritos restos a pagar não-processados do exercício de 2014 o total de R\$9.368.220,95, e reinscritos R\$2.378.095,08 de exercícios anteriores, totalizando R\$11.746.316,03; destes, foram cancelados R\$2.035.878,22 e pagos R\$8.837.838,91, totalizando R\$10.873.717,13. Também foram inscritos restos a pagar processados do exercício de 2014 o total de R\$290.383,72, os quais foram integralmente pagos, e reinscritos R\$780.105,54 de exercícios anteriores, os quais foram inteiramente cancelados.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2015, foram inscritos no exercício seguinte os valores de R\$25.004.618,58 na condição de restos a pagar não-processados, e R\$225.787,67 como restos a pagar processados.

A diferença considerável entre a quantidade de recursos empenhados e efetivamente pagos dá-se pelo volume de empenhos realizados em decorrência da aprovação e celebração de contratos de convênios para desenvolvimento da Amazônia Legal que não puderam ser liquidados e pagos ainda em 2015 por terem sido empenhados muito próximos do fechamento do exercício.

O setor financeiro do órgão fica na dependência dos trâmites legais, da movimentação dos processos, para que os valores empenhados sejam liquidados e pagos.

Quanto às dificuldades enfrentadas na gestão financeira do órgão, poder-se-ia também citar o eventual atraso na liberação de recursos por parte do órgão superior ao qual esta autarquia está subordinada. Essa questão, no entanto, não chega a ser um entrave para a realização dos procedimentos financeiros habituais do órgão.

## **5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Considerando o que dispõe a Portaria nº 184/08, a internacionalização das normas contábeis que levam os Países ao processo de Convergência, e a criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil o CFC - Conselho Federal de Contabilidade resolve:

Art. 1º Aprovar a NBCT 16-9 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

Desta forma torna-se imprescindível a depreciação e a reavaliação do Patrimônio Público de forma correta, proporcionando uma visão integrada da contabilidade pública e do imobilizado, através da apresentação, detalhamento e discussão das fases de aquisição de material permanente e a obrigatoriedade de sua depreciação.

A Sudam está aplicando os dispositivos contidos nas Normas NBCT 16-9 E NBCT 16-10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio de entidade do Setor Público. A mesma está utilizando as taxas de depreciação conforme a legislação vigente.

Através da comissão - portaria nº 75 de 22/09/11 a Sudam realizou reavaliação/depreciação dos equipamentos de informática e veículos localizados na sede, ou seja, bens que entram em uso no ano de 2010 e bens que entraram em uso antes do exercício de 2010. A comissão seguiu a Orientação Contábil nº 50/2010 - MPU.

Faltando proceder a reavaliação / depreciação dos aparelhos e equipamentos de comunicação - 14212.06.00 e máquinas e equipamentos de natureza industrial - 14212.28.00.

A Sudam adotou a metodologia de redução ao valor recuperável de equipamentos de processamento de dados e veículos, ou seja, o ajuste de valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esta for inferior ao valor líquido contábil. Este lançamento no Siafi impactará diretamente o patrimônio líquido, tendo em vista a mudança no critério contábil e por esse procedimento nunca ter sido realizado.

### **5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

Nada a informar com relação à sistemática de apuração dos custos e dos programas e das unidades administrativas. Neste caso, no exercício de 2015, a Sudam ainda não implantou o referido sistema.

Em, 13/05/2016.

*Maria José Brabo Alves Coelho*  
MARIA JOSÉ BRABO ALVES COELHO

Contadora – SIAPE 0677754

### **5.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis obrigatórias para a Sudam, conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público constam no anexo IX.

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1. GESTÃO DE PESSOAS

#### 6.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

a) *Composição da força de trabalho e relação entre servidores efetivos e temporários;*

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	207	207	26	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	203	203	24	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	2	3
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	20	20	6	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	227	227	32	11

Fonte: SIAPE e Controles Internos

**Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	73	97
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	72	97
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	9
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	75	106

Fonte: SIAPE e Controles Internos

**Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	71	61	18	12
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	71	61	18	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		37	10	7
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício		2		

Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	2	3
1.2.4. Sem Vínculo		20	6	2
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	31	26	6	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		26	6	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	102	87	24	14

Fonte: SIAPE e Controles Internos

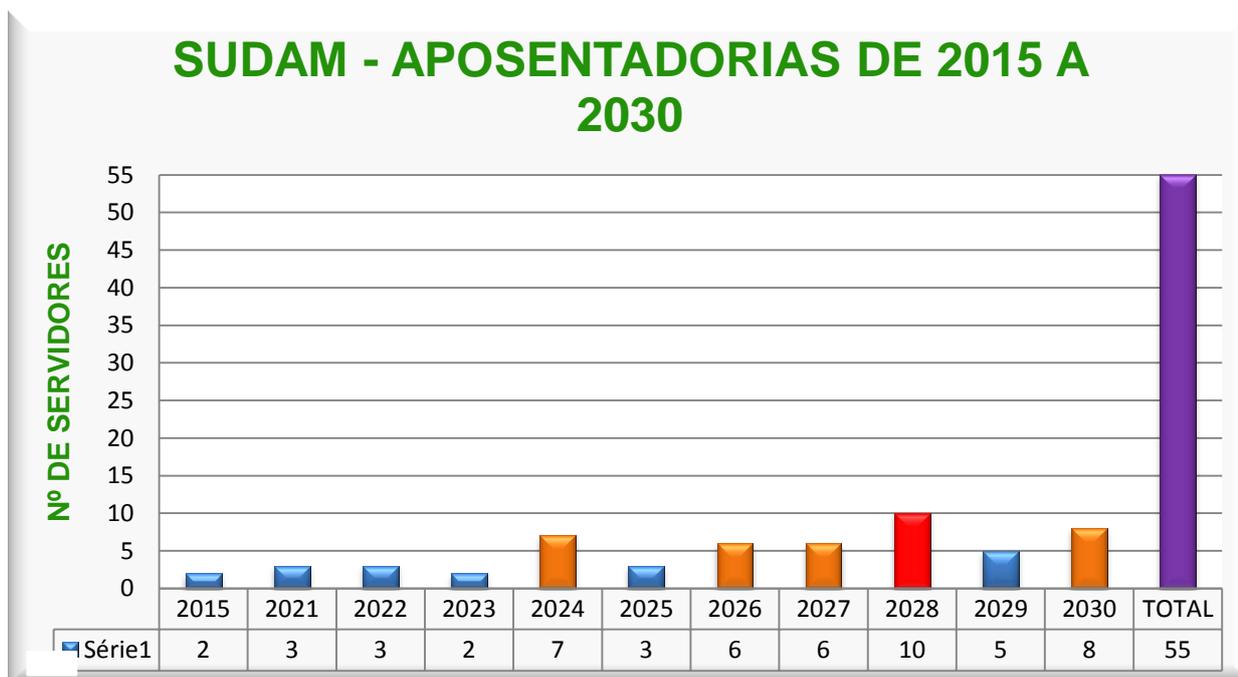
b) *Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas e conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;*

Durante o exercício de 2015 a distribuição de pessoal na atividade-fim foi avaliada pela administração e culminou com a remoção de servidores já pertencentes ao quadro de pessoal, bem como a lotação de servidores empossados naquele exercício. Esse reforço na quantidade de servidores nas atividades finalísticas pode ser observado ao comparar o quadro – Distribuição da Lotação Efetiva contido no Relatório de Gestão – exercício de 2014 com o mesmo quadro deste exercício. No exercício de 2014 estavam lotados nas atividades finalísticas apenas 88 servidores e em 2015 essa quantidade foi alterada para 106 servidores.

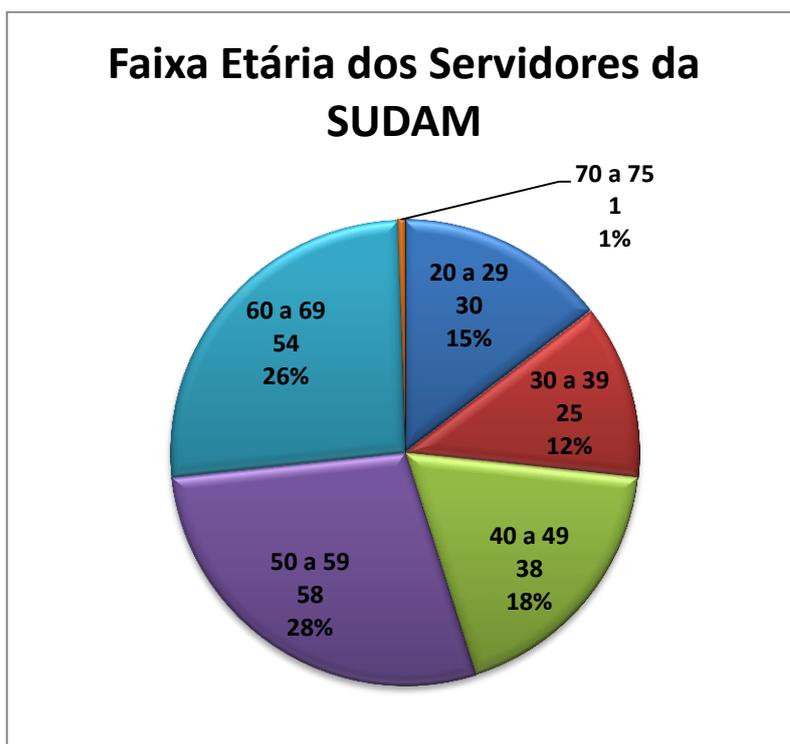
c) *Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade;*

Neste aspecto, temos a relatar que esta Instituição mantém sistematizada apenas informações sobre aposentadoria compulsória e levantamento das idades dos servidores, conforme quadros abaixo, não dispondo de levantamentos sobre grau de escolaridade e especialização.

**Quadro A.6.1.1.4 – Aposentadorias Sudam (2015-2030)**



#### Quadro A.6.1.1.5 – Faixa-etária dos servidores da Sudam



d) *Política de capacitação e treinamento do pessoal;*

A Sudam não dispõe de política interna de capacitação, contudo, seguimos a política estabelecida pelo Governo Federal pro meio do Decreto 5.707/2006, que tem como finalidade: a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

e) *Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;*

O procedimento utilizado por esta Instituição é exigir que o servidor ao ser empossado declare sua condição de acumulação ou não de cargos. Essa declaração é avaliada perante a legislação de forma a impedir eventual irregularidade.

f) *Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los;*

Destacam-se alguns riscos na gestão de pessoas desta Instituição, tais como: a) Ausência de Plano de Cargos, Carreiras e Salários Específico da Autarquia, b) Alto índice de servidores aptos a se aposentar e c) Dados sobre a saúde dos servidores identificados durante exame médicos periódicos.

Esses riscos anteriormente identificados permaneceram presentes no exercício 2015 com diferença apenas no cenário das aposentadorias compulsórias pois a Lei Complementar nº 152, de

03/12/2015, que regulamenta a chamada PEC da Bengala (Emenda à Constituição 457/05), estendeu para todo os servidores públicos da União, estados e municípios a aposentadoria compulsória aos 75 anos. Por outro lado, ainda apresentamos um alto índice de servidores aptos a se aposentar conforme pode-se observar no indicador identificado como “Servidor Atendido em Abono Permanência”.

Ações para mitigar esses riscos foram realizadas apenas na área da qualidade de vida em que foram intensificadas por intermédio do incentivo à prática de exercícios físicos e atividades de lazer. Durante o exercício foram realizadas campanha de vacinação e palestras em especial na Semana do Servidor Público cuja temática foi “Saúde do Servidor”, cuja programação contou com palestra de nutricionista para estimular uma alimentação mais saudável, dicas para a prática de exercícios físicos e a realização da “1ª Caminhada do servidor”.

g) *Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.*

### Capacitação de Servidores

O indicador referente a taxa de servidores treinados utilizado nos últimos exercícios não foi aplicado na área de capacitação neste exercício. Em substituição, utilizamos a meta intermediária aprovada para o setor que foi “Garantir a execução do Plano de Capacitação, biênio 2014/2015, de acordo com o limite disponibilizado pelo MI”. A execução dessa meta resultou na realização de 72 eventos de capacitação presencial sendo ofertadas 768 oportunidades de capacitação aos servidores do quadro de pessoal desta Autarquia com um percentual de execução de 100%.

#### Quadro A.6.1.1.6 – Servidores acompanhados no Serviço de Assistência Médica e Odontológica

Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	TSA-Taxa de Servidores Acompanhados (SA-Servidores Acompanhados)	31/12/15	212	227	100,00%	,00%

Fórmula de Cálculo: (Nº Servidores Acompanhados pelo SAMS/Nº de Servidores em Exercício)\*100

Fonte: Controles Internos da Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas

Como se vê, a taxa de servidores acompanhados pelo serviço médico e odontológico alcançou um índice acima do previsto que se justifica pelo ingresso de servidores no quadro de pessoal desta Autarquia advindos do concurso público/2013, cujo processo de nomeação e posse se iniciou no exercício de 2014, conforme pode-se observar no quadro .identificado pelo Código 2004 – Tipo: Operações Especiais – Descrição: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

**Quadro A.6.1.1.7 - Servidores atendidos em Abono Permanência**

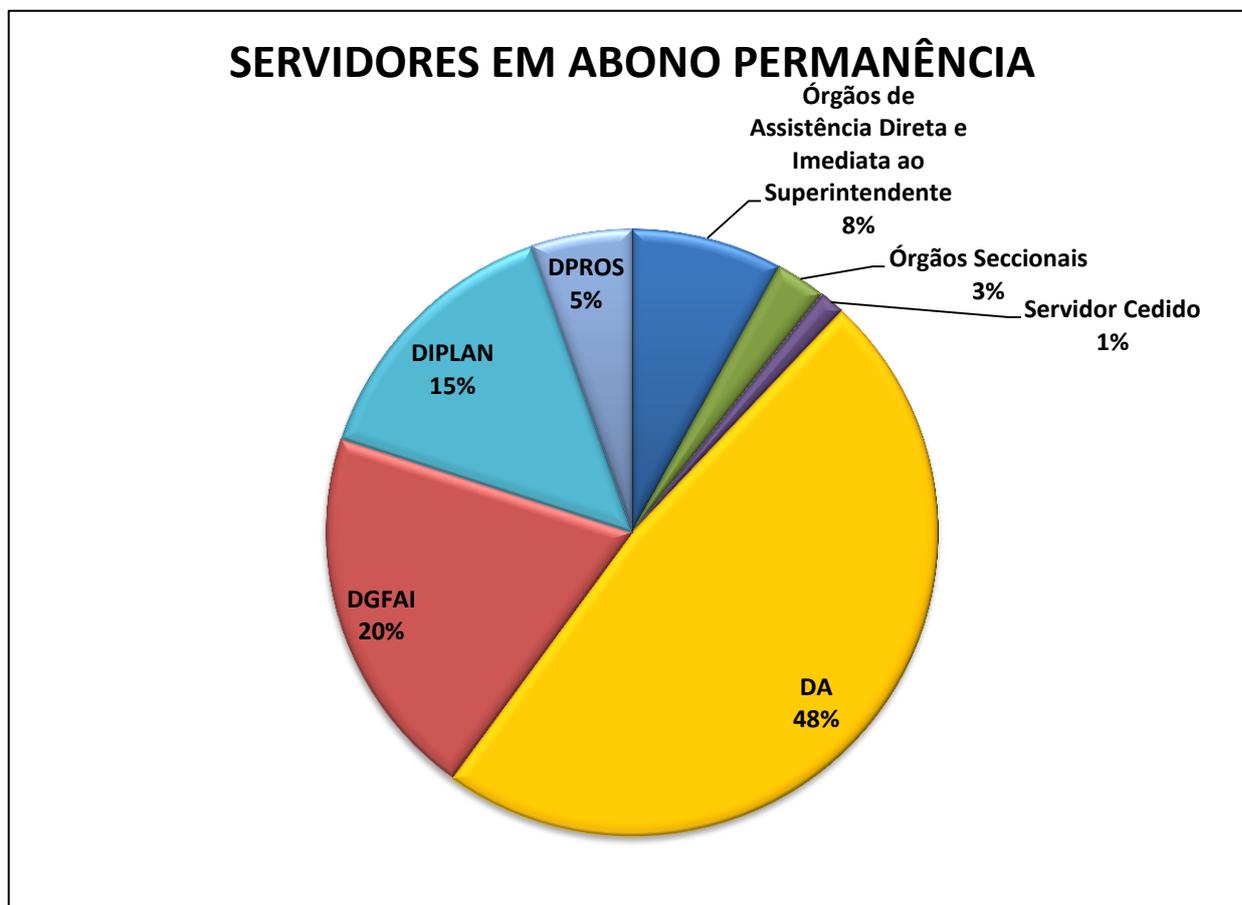
Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	TPE – Taxa de Pareceres Emitidos (PE-Pareceres Emitidos)	31/12/15		4	100,00%	100,00%

Fórmula de Cálculo: (Nº de Pareceres Emitidos no Exercício referente ao Abono Permanência/nº de Demandas Recebidas) \*100

Fonte: SIAPE/SIAPENET/FOLHA/Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas

O indicador demonstra a concessão de 04 abonos permanência no exercício de 2015, resultando num quantitativo final de 75 servidores de abono permanência nessa Instituição. Avaliando mais apuradamente, observa-se que a Diretoria com maior concentração de servidores de abono permanência é a Diretoria de Administração com 48% do total da instituição conforme demonstrado no quadro abaixo. Essa situação indica a adoção de providências no sentido de distribuir mais equitativamente esses servidores na Instituição, ocorre que deve ser melhor avaliada essa situação em razão dos servidores da Diretoria de Administração serem na maioria de nível médio.

**Quadro A.6.1.1.8 - Servidores em Abono Permanência**



### **6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal**

Em relação às despesas associadas à manutenção do pessoal vide anexo V – Custos de pessoal.

### **6.1.3. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

Durante o exercício de 2015, tivemos 28 contratos de estágios vigentes, sendo 17 estagiários advindos de instituições de nível superior e 11 estagiários de instituição de ensino médio.

No decorrer do ano, os cortes orçamentários ocasionaram uma decisão administrativa no sentido de reduzir as contratações de estagiários, motivo pelo qual encerramos o exercício com apenas 10 contratos em vigor, destes apenas 03 estagiários foram destinados à área finalística.

Como previsto, as despesas com contratação de estagiários no exercício de 2015 tiveram uma redução em relação ao exercício de 2014, perfazendo o valor de R\$ 77.992,94.

Quanto à norma interna para a contratação de estagiário temos a informar que não dispomos no momento, mas que está em elaboração. No entanto, os estagiários que aqui ingressam são oriundos das instituições de ensino superior e médio conveniadas com esta Autarquia e são submetidos à análise curricular e entrevistas.

## **6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA**

### **6.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União**

*a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;*

Na estrutura organizacional da Sudam, o controle e a gestão do patrimônio está sob a competência da Diretoria de Administração, sendo coordenado e executado pela Coordenação de Gestão Administrativa (CGA), subordinada à Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças (COGAF).

*b) distribuição geográfica dos imóveis da União;*

O Complexo predial utilizado pela Sudam localizado em Belém do Pará abrange os seguintes espaços geográficos:

- Bloco C com 08 pavimentos tipo cobertura;
- Bloco D com 02 pavimentos que abrange o Setor Gráfico no térreo e Restaurante no pavimento superior;
- Bloco E com 02 pavimentos que abrange a Biblioteca, Almoxarifado e Banco da Amazônia no térreo e na parte superior onde funcionava a extinta CODEBAR o qual se encontra desativado;
- Bloco F com 02 pavimentos que abrangia a Coordenação de Gestão de Pessoas na parte superior e na parte do térreo onde funcionava o Serviço de Assistência Médica e Social – SAMS, bloco esse desativado;
- Bloco G com 01 pavimento que abrange o Depósito de Patrimônio;
- Bloco H com 01 pavimento que abrange a Garagem;
- Bloco I com 01 pavimento que abrange o Arquivo Geral;
- Bloco J com 02 pavimentos que abrange o Espaço Cultural no térreo e o Auditório Central na parte superior.

*c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;*

Não se aplica. Não temos acesso ao SPIUnet para atualização de informações, em decorrência da falta de regularização da propriedade do imóvel por parte da Superintendência de Patrimônio da União – Regional Pará.

*d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;*

Não se aplica. Em decorrência da falta de regularização da propriedade do imóvel por parte da Superintendência de Patrimônio da União – Regional Pará.

*e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;*

Hoje são realizadas a prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias, elétricas, refrigeração e carpintaria no complexo predial. Quanto à qualidade dos registros não se aplica, pois falta regularização da propriedade do imóvel.

*f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.*

Não se aplica. Não temos acesso ao Spiunet para atualização de informações, em decorrência da falta de regularização da propriedade do imóvel por parte da Superintendência de Patrimônio da União – Regional Pará.

#### **6.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

Considerando que ainda não foi regularizada a cessão de uso do imóvel utilizado pela Sudam, esta autarquia não possui nenhum espaço físico cedido, razão pela qual o item não se aplica para caso do órgão.

## **6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **6.3.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Sudam – PDTI 2014-2015**

Para se alcançar os objetivos estratégicos da Sudam definidos no seu Mapa Estratégico, a Tecnologia da Informação elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2014-2015, que tem a finalidade de orientar o direcionamento da Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição.

O elemento chave na elaboração do PDTI foi a sua integração e alinhamento com o Mapa Estratégico Institucional e as estratégias de negócio da instituição. Essa integração é que habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, permitindo que formule suas estratégias, organize seus processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos na área, orientados, sempre, pela estratégia de negócios.

Um dos maiores desafios dos gestores é fazer com que a TI desempenhe seu relevante papel estratégico na Instituição, fornecendo as informações necessárias de forma confiável e tempestiva, para agregar valor aos seus produtos e/ou serviços, auxiliar no cumprimento de sua missão e na obtenção dos melhores resultados a serviço da Instituição.

Uma das estratégias adotadas pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI, visando um melhor aproveitamento dos recursos de TI (humanos, financeiros e tecnológicos), é a adoção de parcerias/integração com o Ministério da Integração, SUDENE, SUDECO, DNOCS e CODEVASF e outras Instituições. Estas parcerias dar-se-ão tanto no desenvolvimento de Sistemas, quanto na operação de soluções, inclusive através do compartilhamento de equipamentos.

Durante o ano de 2015, destacamos algumas iniciativas/realizações que tiveram impacto positivo no cumprimento das atividades da CGTI:

- Reuniões técnicas do Comitê de TI do Ministério da Integração e instituições vinculadas (Sudam, SUDENE, SUDECO, DNOCS e CODEVASF), onde, haverá compartilhamento de recursos entre os Órgãos, pois não se pode pensar em TI de forma isolada, de forma desconcentrada, todas as instituições devem seguir uma mesma direção;
- Cumprimento das Metas de Desempenho Institucional 2015;
- Monitoramento ao cumprimento do Plano de Metas e Ação do PDTI-2014/2015;
- Encaminhamento da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC para a Assessoria de Gestão Institucional.

A utilização dos recursos de informática está de acordo com a estratégia utilizada na Sudam/DA/CGTI, quando do planejamento do Plano de Compras da Sudam - PACOS 2015. Os recursos para investimentos e custeio na área de informática fazem parte da Ação 2000 – Administração da Unidade - 0003 - Tecnologia da informação e modernização da gestão organizacional.

O alinhamento estratégico é definido como um processo de transformar a estratégia do negócio em estratégia de Tecnologia da Informação que garantam que os objetivos de negócio sejam apoiados e o recurso investido em Tecnologia da Informação gere valor à instituição.

A interdependência entre o primeiro processo do COBIT 4.1, “PO1 – Definir um Planejamento Estratégico de TI”, e seus objetivos de controle “PO1.1 – Gerenciamento do Valor da TI” e PO1.2 – Alinhamento dos negócios e TI”, expressa a necessidade de se planejar estrategicamente a área de TI e de garantir que Tecnologia da Informação suporte os direcionamentos estratégicos da organização.

Para apoiar a consecução das fases do PDTI, foram realizadas entrevistas com as Unidades Administrativas da Sudam e Diretorias, através de preenchimento de formulários, a fim de identificar as necessidades de TI de todo o órgão. Dessa forma, possibilitou-se o nivelamento dos conceitos e o estabelecimento da correlação entre os objetivos institucionais e as ações estratégicas da área de TI para tornar possível o alcance dos objetivos.

A seguir estão relacionados os Objetivos Estratégicos da TI definidos no PDTI 2014-2015, alinhados aos objetivos estratégicos institucionais:

- Aumentar o nível de maturidade de Governança de TI, promovendo o alinhamento estratégico da TI com os objetivos de gestão da instituição, auxiliando os planejamentos estratégico, tático e operacional das unidades da Sudam;
- Disponibilizar informações integradas e relevantes para agilizar na tomada de decisões gerenciais e estratégicas;
- Auxiliar na identificação dos processos de negócio e no mapeamento das melhorias que visam aperfeiçoar os processos internos;
- Consolidar a Política de Segurança da Informação na instituição;
- Promover melhorias no atendimento às demandas e às necessidades de Tecnologia da Informação dos usuários internos por meio de soluções de TI;
- Assegurar a formação continuada dos servidores, buscando a evolução do conhecimento e habilidades, ampliando as competências e superando os desafios representados pela constante transformação da área de TI.

### **Estratégia de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos**

A estratégia para o alcance dos resultados do PDTI – 2014-2015 é a execução de algumas ações em conjunto com os técnicos do Ministério da Integração, Sudam, Sudene, Sudeco, DNOCS e CODEVASF, objetivando ter um maior aproveitamento de recursos e capital humano. A estratégia de parceria com outras Instituições foi um fator preponderante para o alcance dos resultados, estratégia esta que será adotada em outros trabalhos.

Na busca da prestação de serviços com qualidade e eficiência às Unidades Administrativas da Sudam e à Sociedade, no que diz respeito a disponibilização de informações estratégicas através da implantação de sistemas informatizados. Os riscos irão se apresentar na dificuldade de se fazer a gestão, devido a quantidade de servidores na CGTI, mas que foi mitigado com a incorporação através de concurso público realizado pela Sudam de 02 (dois) técnicos para a área de TI.

Na qualidade do atendimento ao usuário interno, a Sudam utiliza o Sistema de **Service Desk/ASM**, o qual registra, analisa e acompanha as Requisições e Incidentes dos Serviços de Tecnologia da Informação prestados pela CGTI à comunidade de usuários da Sudam, fomentando assim melhorias e garantindo a transparência no controle dos Processos na Gestão de Serviços.

### **Principais fatores críticos de sucesso**

As restrições se prendem a toda possibilidade de frustração dos objetivos das ações planejadas pela indisponibilidade de algum dos seus requisitos. Os fatores críticos de sucesso são os pontos chave que definem o sucesso ou o fracasso de um objetivo definido no planejamento estratégico de determinada organização, caso não ocorram podem inviabilizar o sucesso de uma organização.

Estes fatores precisam ser definidos tornando-se condições fundamentais a serem cumpridas para que a instituição alcance seus objetivos,

Na elaboração do PDTI 2014-2015 foram identificados os seguintes fatores críticos de sucesso:

1. Apoio da alta administração;
2. Comprometimento das áreas de negócios;

3. Entender o potencial dos recursos de TI a serviço da instituição;
4. Manter ativo o Comitê de Tecnologia da Informação permitindo, assim, o alinhamento estratégico das ações de TI às necessidades de negócio da organização;
5. Focar a TI no suporte a atividades estratégicas de negócios;
6. Adoção das melhores práticas de governança de TI;
7. Promover melhorias na integração e na eficiência dos processos;
8. Desenvolver sistemas que disponibilizem informações para a tomada de decisão;
9. Priorizar a utilização de software público, sempre que possível;
10. Renovação do parque computacional da instituição sem garantia;
11. Licenciar todos os softwares proprietários necessários para as atividades regimentais da Sudam;
12. Utilizar, sempre que possível, ferramentas de virtualização para uso racional dos recursos de hardware disponível nos servidores de rede;
13. Avaliar e manter contrato de manutenção de todos os ativos da rede da Sudam;
14. Realizar vistorias técnicas quanto a infraestrutura de TI, com objetivo de avaliar, propor evoluções tecnológicas e manter o correto funcionamento de toda a rede corporativa;
15. Participar, sempre que possível, de seminários e eventos da área de TI, visando à capacitação tecnológica da CGTI;
16. Estimular a participação dos servidores lotados na CGTI nas atividades de treinamento que os habilitem ao exercício da função de gestores dos serviços já contratados ou a serem contratados;
17. Conscientizar os colaboradores quanto às questões éticas utilizadas nos relacionamentos com os clientes e fornecedores dos bens e serviços;
18. Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos.

### Execução do Plano de Metas/Ações

O plano de metas e ações tem por objetivo definir metas, ações e indicadores que subsidiarão o cumprimento das necessidades listadas anteriormente. As ações devem ser executadas para que as metas definidas sejam alcançadas, apontando os recursos humanos (competências e quantidade), de equipamentos, de serviços e orçamentários necessários para a sua realização. Por meio de prazos e indicadores será possível fazer um acompanhamento efetivo, propiciando a tomada de medidas preventivas e corretivas para que o PDTI alcance êxito.

**Quadro A.6.3.1.1 - Metas e Ações – PDTI 2014-2015**

ID	Necessidade (Problema/Oportunidade)	Meta	Ação	Prazo	Situação
N3	Aprimorar o planejamento e gestão da aquisição de bens e serviços de TI	Implementar a Norma Operacional de Contratação de Bens e Serviços de TI	Publicar a Norma no Boletim Interno	12/2015	Em andamento
			Disseminar melhores práticas de planejamento e gestão de contrato de TI		
N4	Acesso às informações utilizando a tecnologia de <i>Business Intelligence</i> do Ministério da Integração	Disponibilizar o acesso aos painéis de BI do Ministério da Integração	Solicitar ao Ministério da Integração liberação de acesso ao Sistema de <i>Business Intelligence</i> – BI	08/2015	Finalizada
			Operacionalizar o acesso		
			Capacitação		
N5	Modernizar a infraestrutura física e lógica da Sudam	Garantir rapidez, agilidade e segurança aos usuários internos e externos no	Manter o serviço para o circuito de dados para acesso à internet (20 Mbps)	12/2015	Finalizada
			Manter o serviço com empresa especializada em gerenciamento remoto		Finalizada

		acesso a informação	de segurança da informação		
		Disponibilizar equipamentos e serviços de TI de modo a apoiar os profissionais da Sudam no exercício de suas funções	Adquirir ou substituir quando obsoletos os seguintes equipamentos: computadores desktops, notebook, ultrabook, tablets, monitores de vídeo, projetores, impressoras de rede	12/2015	Em andamento
		Garantir à área de TI a disponibilização de máquinas, equipamentos e aplicativos profissionais capazes de atender a demanda gerada pelos serviços prestados ao usuário interno e externo das unidades da Sudam	Contratar manutenção para equipamentos com garantia expirada e que ainda possuem considerável vida útil (impressoras de rede, scanners, etc)	12/2014	Finalizada
	Adquirir e atualizar equipamentos servidores (Servidor do tipo Lâmina (Blade Server), Módulo SW ETH 3012 p/ Bladecenter H, Cooler p/ Bladecenter H)		Finalizada		
	Adquirir materiais de consumo de TI		Finalizada		
N7	Prover solução sistêmica para as áreas meio e finalísticas	Desenvolver e manter sistemas transacionais para atender as necessidades das áreas meio e finalísticas	Implementar Sistema de Gestão de Pessoas	12/2015	Em andamento
			Implementar Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos		Em andamento
			Manter Sistema de Patrimônio e Almoxarifado		Realizada
			Manter Sistema de Fundos de Desenvolvimento		Realizada
			Manter Sistema de Incentivos Fiscais		Realizada
N9	Maximizar a interação entre a Sudam, Ministério da Integração, CODEVASF, DNOCS, SUDENE e SUDECO	Alinhar as políticas de TI da Sudam, Ministério da Integração, CODEVASF, DNOCS, SUDENE e SUDECO	Consolidar as necessidades, inclusive orçamentárias, de contratação entre o Ministério da Integração e suas vinculadas, elaborando, sempre que possível, um processo único que atenda as demandas convergentes	12/2015	Realizada

Fonte: DA

### Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, foi elaborada e encaminhada à Assessoria de Gestão Institucional – AGI para análise, e faz parte do rol de metas constantes do PDTI Sudam 2014/2015 com previsão de implantação definitiva para 2016.

Algumas ações têm sido tomadas por parte da Sudam/CGTI visando a segurança da informação:

- Provimento de Serviços de Internet: contratação de empresa especializada em Gestão de Segurança da Informação, para Implementação, administração, gerenciamento e monitoração remota 24x7x365 dos serviços de Anti-SPAM gateway, Firewall/VPN e Proxy/Web Filter, além de administração, gerenciamento e monitoração 24x7x365 do serviço de Antivírus/Antispyware.

- **Novos Ativos de Rede:** modernos equipamentos Ativos de Rede de alta tecnologia, já adquiridos e disponibilizados no novo ambiente de Datacenter. Servidores Blade dimensionados para proteger as informações e oferecer excelente desempenho de virtualização, eficiência energética e gestão simplificada para o ambiente de TI; Sistema de Storage para armazenamento em disco oferecendo alto desempenho, facilidade de uso e flexibilidade através de interfaces de altíssima velocidade, além de funcionalidades avançadas de gerenciamento e proteção de dados; e, finalmente, Solução de Backup/Restore automatizado (Tape Library) provendo armazenamento em fita que auxiliam na automatização, segurança e gerenciamento de dados com redução de custos operacionais.
- **Serviço de Diretório:** Utilização do Serviço de Diretório global (Active Directory) que implemente e gerencie ambientes locais seguros baseados em controles pré-definidos, para acesso a um conjunto integrado de serviços/sistemas quem compartilharão a mesma base de dados de contas de usuários e demais objetos de rede.
- **Backup de Dados:** independentemente dos novos recursos em implantação, uma metodologia básica de backup de dados é praticada permanente e periodicamente, abrangendo Servidor de Arquivos, Servidores de Bancos de Dados e Sistemas Informatizados/Aplicações Web, com frequência diária (backup's diferenciais) e semanal (backup's totais). Nesse modelo, o backup de dados de estações de trabalho são de responsabilidade de seus usuários.

### **Desenvolvimento e Produção de Sistemas**

As necessidades de TI referente ao desenvolvimento de Sistemas têm sido definidas a partir do PDTI 2014-2015 e da disponibilidade orçamentária no Programa Administração da Unidade.

A estratégia adotada foi na priorização de Sistemas Finalísticos e Administrativos: Sistema de Incentivos Fiscais, Sistema de Fundos de Desenvolvimento, Portal da Integração Amazônica, Sistema de Prestação de Contas, Sistema de Monitoramento das Ações do Governo Federal na Amazônia Legal, Sistema de Controle de Assistência Médica, Sistema de Recursos Humanos, Intranet, Sistema de Gerenciamento das Atividades, entre outros, pois, é de fundamental importância que a Sudam tenha um maior controle e gerencia sobre as informações e que possa informar com maior transparência à sociedade os trabalhos realizados pela Instituição.

A parceria com outras Instituições foi um fator preponderante para o alcance dos resultados, com a criação do Comitê de TI da Sudam e do MI houve uma maior integração com as Entidades Vinculadas, pois, através do levantamento dos catálogos de Sistemas existentes haverá uma redução dos custos com a implantação de Sistemas.

Abaixo os sistemas existentes na Sudam e a situação atual, assim como a necessidade de novos sistemas.

#### **Quadro A.6.3.1.2 – Sistemas da Sudam**

<b>Descrição</b>	<b>Situação atual</b>	<b>Obs.</b>
Sistema de Recursos Humanos	Implantado	1
Sistema de Biblioteca	Implantado	1
Sistema de Acesso às dependências da Sudam	Implantado	1
Sistema de Protocolo	Implantado	1

Sistema de controle do saldo orçamentário	Implantado	1
Sistema de Almoxarifado e Patrimônio - GESPRO	Implantado	
Sistema de Recursos Humanos - Módulo Assistência Médica	Implantado	
Sistema de Acompanhamento de Prestação de Contas Financeira de Convênios	Implantado	
Sistema Monitoramento das Ações do Governo Federal na Amazônia Legal	Implantado	
Sistema de Assistência à Saúde	Implantado	
Sistema de Fundos de Desenvolvimento	Implantação do Módulo Cadastro	2
Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI - ASM	Implantado	
Portal de Integração Amazônica	Implantado	
Sistema de Recursos Humanos	Modelagem	
Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais	Customização	
Sistema de Eletrônico de Informações - SEI		3
Intranet		3
Sistema de Gestão Administrativa		3
Sistema para avaliar a efetividade dos instrumentos de desenvolvimento regional (FNO, FDA e Incentivos Fiscais)		3
Sistema de monitoramento de imagens e informações geográficas		3
Sistema de Gestão de Aquisições e Contratos		3

Fonte: DA

<sup>1</sup> Devido à defasagem tecnológica dos Sistemas, pois os mesmos foram desenvolvidos na linguagem de programação GOL (Gerenciador On-Line), onde utiliza o Sistema Operacional MS DOS, já iniciamos a descontinuidade e substituição por outros via Web.

<sup>2</sup> Sistema contratado em parceria Sudam/Sudene

<sup>3</sup> Necessidade de novos sistemas

### Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Para que a TI possa dar atendimento aos serviços estratégicos da Sudam, necessitamos da utilização de mão de obra terceirizada, pois, possuímos um corpo técnico ínfimo e não especializado para o tipo de serviço demandado.

A utilização dos recursos de informática estão de acordo com a estratégia utilizada na Sudam/DA/CGTI, quando do planejamento do PACOS 2015, como descritos no quadro abaixo. Os recursos para investimentos e custeio na área de informática fazem parte da Ação 2000 – Administração da Unidade - 0003 - Tecnologia da informação e modernização da gestão organizacional.

#### Quadro A.6.3.1.3 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2015 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
	Contratação de Empresa para fornecimento de	26/12/2013 a	33.530.486	EMBRATEL		100.594,32

59/2013	conexão IP dedicada, link de 20 Mbps, para fins de interligação do Datacenter da Sudam	26/12/2015	/0001-29		201.188,64	
47/2013	Licitação para contratação de Empresa para fornecimento de solução integrada de Serviços Gerenciados de Segurança, em regime 24x7x365, de forma continuada, para um período de 24 (vinte e quatro) meses.	04/11/2013 a 04/11/2015	05.622.791 /0001-05	DISEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO S.A	799.986,54	399.993,32
119/2010	4º Termo Aditivo-Contratação de serviços de manutenção corretiva e evolutiva no Sistema de Patrimônio e Almoxarifado da Sudam-GESPRO	29/01/2014 a 29/01/2015	04.994.596 /0001-43	REDE DE INFORMÁTICA LTDA	92.539,67	81.203,85
136/2010	4º Termo Aditivo - Manutenção corretiva e evolutiva no sistema de Incentivos Fiscais da Sudam	29/01/2014 a 29/01/2015	00.660.928 /0001-00	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA	105.658,00	105.658,00
Cláusulas essenciais 76/2014	Manutenção corretiva dos equipamentos de TI	31/12/2014 a 31/03/2015	09.228.819 /0001-85	G & A COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	4.244,00	4.244,00
115/2015	Switch 48 portas, marca HP, modelo 1820 48G-PoE+	15/01/2016 a 24/03/2016	89.237911/ 0001-40	GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA	48.000,00	
129/2015	Aquisição de 10 Access Point (pontos de acesso sem fio)	28/12/2015 a 28/12/2016	41.587.502 /0001-48	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	42.370,50	
124/2015	Aquisição de Storage EMC	15/01/2016 a 15/04/2016	01.181.242 /0002-72	COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	111.585,00	
Cláusulas Essenciais 122/2015	Subscrição de Licença de Suporte e Atualização do Antivírus Corporativo	27/12/2015 a 27/12/2016	00.339.978 /0001-75	SOCITY INFORMÁTICA COMERCIAL	7.910,00	
Cláusulas Essenciais	Contratação de empresa para implantação de ativos de segurança da	29/12/2015 a 29/02/2016	33.729.537 /0001-92	APROTEC	7.800,00	

121/2015	informação					
32/2015	Aquisição de 75 TONNERS p/ Impressora LASER	24/04/2015 a 30/05/2015	56.2215.99 9/0012-01	INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA	40.231,50	40.231,50
<b>INVESTIMENTO</b>						
<b>CUSTEIO</b>						<b>731.924,99</b>
<b>TOTAL</b>						<b>731.924,99</b>

Fonte: DA

## Conclusão

Em 2014, a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação elaborou e publicou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Sudam – PDTI 2014-2015 visando orientar o direcionamento da Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição, alinhado ao Mapa Estratégico Institucional e as estratégias de negócio da instituição.

A falta de capital humano foi uma dificuldade encontrada para que a CGTI pudesse realizar um trabalho mais produtivo na Instituição, contudo, com a efetivação do concurso público na Sudam em outubro de 2014 e, conseqüentemente com o ingresso de 02 (dois) Analistas Técnico-administrativos em TI, aumentou a capacidade no quadro funcional, fazendo com que algumas atividades relacionadas ao desenvolvimento de sistemas tivessem uma maior produtividade.

#### **6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

No tocante ao gerenciamento de recursos renováveis, à base dos preceitos da sustentabilidade, foi iniciada a alteração na proposta inicial do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), posto que foi estabelecido o prazo para a conclusão dos trabalhos em 30 dias. Por esse motivo, a unidade ainda não adotou uma visão geral relacionada à política de sustentabilidade ambiental, da mesma forma, a participação na Agenda ambiental seria viabilizada, inicialmente, pela implementação do referido PGLS na autarquia.

No que tange a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006 ressaltamos que, conforme informações colhidas para a atualização do PGLS, a Sudam possui uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária (instituída pela Portaria N° 166 de 20 de outubro de 2008), a qual implantou em 2011 os procedimentos da Coleta Seletiva dos resíduos recicláveis produzidos nas atividades da comunidade interna desta autarquia, como papel e seus derivados e plásticos, conforme o art. 6° da Portaria Normativa N° 003, de 06 de junho de 2011.

Além disso, essa Comissão já coordenou a instalação nos diversos andares do prédio dos coletores de resíduos recicláveis e orgânicos, nas cores padronizadas (azul, vermelho, verde, amarelo e marrom), conforme resolução CONAMA n° 275/2001.

De acordo com a coordenação da Comissão, os materiais são recolhidos por duas cooperativas mediante termo de compromisso com alternância de 6 meses. Sendo que a unidade contribui efetivamente com a separação do lixo que é produzido em suas dependências, utilizando-se dos coletores próximos.

Com relação à observância dos parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, ainda conforme informações colhidas para a atualização do PGLS, a instituição tem adotado medidas de implementação dos critérios de sustentabilidade na aquisição de bens móveis, mobiliários e equipamentos em geral.

As impressoras adquiridas para uso na instituição, por exemplo, são do tipo que imprimem em frente e verso; foram adquiridos telefones tipo VOIP – Voice Over Internet Protocol, com o intuito de reduzir as despesas telefônicas e os antigos mobiliários de escritório (mesas, armários, cadeiras, etc) foram substituídos por outros mais modernos e produzidos dentro dos padrões ergonômicos adequados à saúde do trabalhador. Além disso, os Termos de Referência elaborados para as compras tem primado pela inclusão de critérios de Sustentabilidade para a contratação e execução do objeto.

Finalmente, ainda com relação ao PGLS, resalto que a constituição da comissão gestora, a formalização e abrangência, informações sobre a publicação dos resultados e demais questões relacionadas estão especificadas no documento a ser futuramente aprovado.

## 6.5. GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

### 6.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

a) *Identificação, natureza, legislação aplicável ao fundo (criação, objetivos e finalidades);*

#### Quadro A.6.5.1.1 – Identificação da UPC

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		<b>Código SIORG:</b> 091138	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Fundo de Desenvolvimento da Amazônia			
<b>Denominação Abreviada:</b> FDA			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 533008
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundo de Desenvolvimento		<b>CNPJ:</b> 24.349.668/0001-07	
<b>Principal Atividade:</b> Assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- Sudam.			<b>Código CNAE:</b> Não se aplica
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(91) 4008-5422	(91) 4008-5648	-
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabinete@sudam.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.sudam.gov.br">http://www.sudam.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Tv. Antonio Baena,1115 – Bairro: Marco, CEP: 66093-082, Belém –PA.			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de Criação e Alteração das Unidades jurisdicionadas			
- Decreto nº. 4.254 de 31/05/2002; - Decreto nº. 5.593 de 27/06/2005; - Decreto nº 7.839 de 09/11/2012 (Novo regulamento do FDA).			
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Medida Provisória nº. 2.157 de 24/08/2001; - Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007; - Medida Provisória nº 564 de 03/04/2012 (Convertida em Lei 12.712); - Portaria nº 353A de 26/06/2012 (MI); - Lei nº 12.712 de 30/08/2012; - Resolução nº 22 de 27/11/2012 (Sudam); - Portaria nº 678 de 07/12/2012 (MI); - Resolução nº 4.171 de 20/12/2012 (BACEN); - Portaria Interministerial nº 56 de 26/02/13 (Limite Subvenção do FDA/FDNE) - Resolução nº 4.224 de 13/06/2013 (BACEN) - Resolução nº 4.209 de 28/03/2013 (BACEN) - Resolução nº 4.303 de 20/01/2014 (BACEN) - Decreto nº 8.275 de 27/06/2014 (Estrutura Regimental) - Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 33 de 29/10/2014. - Resolução nº 4.397 de 30/12/2014 (BACEN). - Resolução nº 4.453 de 17/12/2015 (BACEN).			
Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades Jurisdicionadas			
- Manual de diretrizes para a elaboração do relatório de gestão aprovado pela Resolução nº 32 de 7 de novembro de 2013.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			

Fonte: DGFAI

b) *Objetivos e desempenho do fundo (se atingiu os objetivos total ou parcialmente);*

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme decreto 7.839 de 9 de novembro de 2012, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Ainda, compete ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na área de sua atuação: a Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

Em 2015, foram aprovadas 3 consultas prévias para os setores de indústria e infraestrutura totalizando R\$ 1.344.299.713,54 de recursos provenientes do FDA, sendo 1 consulta prévia no setor de indústria com participação do fundo de R\$ 163.454.942,00, e 2 consultas-prévias no setor de infraestrutura, com participação do fundo de R\$ 1.180.844.774,54. Também foram liberados R\$ 43.757.759,02 de recursos do fundo, referente à 1 projeto, pertencentes aos setores da infraestrutura.

O Banco Central (Bacen) publicou a Resolução nº 4.453 em 17 de dezembro de 2015, a qual altera a Resolução nº 4.171/12 concernente ao estabelecimento de critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo do FDA, FDNE e FDCO. O normativo altera o encargo final ao tomador, para o exercício de 2016, passando de 7,5 a.a. para 12% a.a. a menor taxa de juros e de 9% a.a. à 13% a.a. a maior taxa.

A Sudam elaborou o Relatório de avaliação do FDA dos anos de 2006 a 2014, onde consta a análise socioeconômica do desempenho do fundo (anexo VII).

c) *Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados.*

**Quadro A.6.5.1.2 – Despesas executadas diretamente pela UPC – Créditos Originários**

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202			UGO: 533008		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
66 - Inversões Financeiras	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
66 - Concessão de Empréstimo e Financiamento	0,00	1.397.512.880	0	0	1.397.512.880	1.397.512.880	44.632.914,20	130.512.742,56

Fonte: DA

**Análise Crítica**

No exercício de 2015, não houve recursos empenhados; em 2014 foi empenhando o valor de R\$ 1.397.512.880,00, mas como o valor não foi liberado, esse montante foi inscrito como restos a pagar em 2015.

Em 2015, houve liberação de Restos a Pagar Não-Processados Reinscritos no valor de R\$44.632.914,21, cujo objetivo era custear projeto da empresa Morro da Mesa Concessionária S/A, conforme empenho nº 533008532022012NE000002.

## Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

### Quadro A.6.5.1.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Unidade Orçamentária: FDA		Código UO: 53202		UGO: 533008
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
2007	4.269.374,33	0,00	4.269.374,33	0,00
2009	471.037.455,00	0,00	471.037.455,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
2011	11.797.878,60	0,00	0,00	11.797.878,60
2012	44.632.914,21	44.632.914,20	0,00	0,01
2013	645.818.346,40	0,00	149.138.429,03	496.679.916,47
2014	1.397.512.880,00	0,00	1.288.655.482,83	108.857.397,17

Fonte: DA

### Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados Reinscritos do exercício 2104 foram cancelados.

Os saldos a pagar do RP Não Processados de 2011 no valor de R\$11.797.878,60 referem-se ao empenho de nº 533008532022011NE000006, cujo objetivo refere-se ao pagamento da 3ª e 4ª parcela do projeto da empresa ETE- Estação Transmissora de Energia S.A, processo nº 59431/00082/2007-40.

Dos saldos a pagar do RP Não Processados de 2012 no valor de R\$44.632.914,21, referente ao empenho nº 533008532022012NE000002, cujo objetivo era custear projeto da empresa Morro da mesa Concessionária S/A, processo nº 59431/00082/2007-40, foram pagos R\$44.632.914,21, restando uma diferença de R\$0,01.

No início do exercício de 2015, os saldos a pagar de RP Não Processados de 2013 somavam R\$ 645.818.346,40, sendo que:

- R\$149.138.429,93 é referente ao empenho 533008532022013NE000003, cujo objetivo era custear projeto da empresa Fiagril Ltda., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$496.679.916,47 é referente ao empenho 533008532022013NE000004, cujo objetivo é custear projeto da empresa Belém Bioenergia Brasil, processo nº 59431/00082/2007-40; este montante permanece em aberto para ser liberado de acordo com o cronograma de desembolso previsto para execução.

No início do exercício de 2015, os saldos a pagar de RP Não Processados de 2014 somavam R\$ 1.397.512.880,00, sendo que:

- R\$66.810.000,00 é referente ao empenho 533008532022014NE000017, cujo objetivo era custear projeto da empresa Integro Agroindustrial S.A., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$465.758.647,50 é referente ao empenho 533008532022014NE000057, cujo objetivo era custear projeto da empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.

- R\$178.500.000,00 é referente ao empenho 533008532022014NE000058, cujo objetivo era custear projeto da empresa Arizona Agropecuária Ltda., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$30.776.782,17 é referente ao empenho 533008532022014NE000059, cujo objetivo era custear projeto da empresa Arizona Agropecuária Ltda., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$35.523.217,83 é referente ao empenho 533008532022014NE000060, cujo objetivo era custear projeto da empresa Arizona Agropecuária Ltda., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$108.857.397,17 é referente ao empenho 533008532022014NE000061, cujo objetivo é custear projeto da empresa Rialma- Fertil. Ind. e Com. S.A., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante permanece em aberto para ser liberado de acordo com o cronograma de desembolso previsto para execução.
- R\$497.911.233,50 é referente ao empenho 533008532022014NE000062, cujo objetivo era custear projeto da empresa Rota do Oeste S.A., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.
- R\$13.375.601,83 é referente ao empenho 533008532022014NE000063, cujo objetivo era custear projeto da empresa Rota do oeste S.A., processo nº 59431/00082/2007-40; esse montante foi cancelado.

*d) Relacionamento dos recursos do fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções.*

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, é um instrumento financeiro de natureza contábil, concebido pela Medida Provisória nº 2157-5 de 24/08/2001 regulamentado pelo Decreto nº 4.254 de 31/05/2002 até 08/11/2012 e pelo Decreto nº 7.839 a partir de 09/11/2012, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Ainda, compete ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na área de sua atuação: a Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA é gerido pela Sudam e direcionado ao financiamento de projetos privados de infraestrutura, setores tradicionais, de inovação tecnológica e de serviços, para os estados da região da Amazônia Legal.

Os projetos aprovados destinam recursos e estimulam o crescimento econômico da região, por meio da consolidação de investimentos permanentes do FDA, contribuindo com a capacidade produtiva dos estados envolvidos da região.

As principais vantagens concedidas pelo FDA demonstram-se na geração de emprego e renda, assim como na arrecadação de impostos pelo poder público.

O FDA tem como objetivo principal destinar recursos aos projetos de implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos produtivos, de acordo com as Diretrizes e Prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA tem por finalidade garantir recursos para a realização de investimentos privados na Amazônia legal, estimulando o desenvolvimento da Região.

As Fontes de recursos do FDA são:

- Dotações Orçamentárias à conta do Tesouro Nacional;
- Resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- Produto da alienação de valores mobiliários, dividendo de ações e outros a ele vinculados;
- Outros recursos previstos em lei.

São agentes envolvidos a Sudam, a Empresa Proponente e os Agentes Operadores, cujas atribuições estão relacionadas abaixo:

#### **Quadro A.6.5.1.4 – Agentes envolvidos**

<b>Agente</b>	<b>Atribuições</b>
<b>Sudam</b>	1- Analisar e aprovar as Consultas Prévias; 2- Autorizar a participação do FDA no projeto aprovado pelo agente operador; 3- Aprovar as liberações para os projetos
<b>Empresa proponente</b>	1- Apresentar Consulta Prévia, de acordo com o regulamento do FDA; 2- Elaborar Projeto; 3- Atender aos prazos e regras do regulamento do FDA.
<b>Agente Operador</b>	1- Analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos; 2- Decisão de assumir 100% do risco do projeto; 3- Fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira e contábil dos projetos; 4- Propor a liberação de recursos para os projetos; 5- Efetivar o repasse de recursos financeiros; 6- Informar a Sudam sobre o resultado de análise do projeto.

Fonte: DGFAI

#### **Destinação dos recursos**

Os recursos do Fundo são destinados à implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, de acordo com as diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia. A participação do Fundo no Projeto varia de acordo com a tabela do Anexo II, da Resolução Nº 4.171, de 20 de Dezembro de 2012 do Banco Central do Brasil, reproduzida no quadro a seguir:

#### **Quadro A.6.5.1.5 - Limite máximo de participação do FDA**

Localização	Setores da Economia			
	Infraestrutura	Serviço Público	Estruturador	Outros Setores
Áreas prioritárias	60%	60%	55%	50%
Demais Áreas	50%	50%	45%	40%

Fonte: DA

#### **Modalidade de participação/Características**

O FDA participa do empreendimento através de financiamento de até 60% do valor total do projeto de acordo com o setor;

Carência de até 1 (um) ano após a data prevista no projeto para entrada em operação do empreendimento, havendo capitalização de juros durante o período de carência.

Prazo de financiamento/vencimento de até 20 (vinte) anos para os projetos de infraestrutura e até 12 (doze) anos para os demais empreendimentos, incluindo o período de carência;

O FDA exige a participação de recursos próprios de, no mínimo, 20% do investimento total, que pode ser realizado concomitantemente ao período de implementação do projeto ou

investimentos em capital fixo vinculados ao projeto, realizados nos seis meses imediatamente anteriores a data de apresentação da Consulta Prévia na Sudam.

### Encargos financeiros

As taxas efetivas de juros para o exercício de 2016 variam de acordo com a tabela anexa à Resolução N° 4.453, de 17 de dezembro de 2015 do Banco Central do Brasil. Os encargos são revistos anualmente.

e) *Demonstrações contábeis do fundo;*

As demonstrações contábeis do FDA constam no anexo X deste relatório de gestão.

1. Relação dos principais projetos e operações no exercício, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo fundo.

#### Quadro A.6.5.1.6 – Relação dos principais projetos e operações no exercício

N°	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Investimento Total	FDA	Liberado até 2015	
01	Morro da Mesa Concessionária S/A	MT	INF	207.500.480,00	124.500.000,00	124.500.000,00	Obras de recuperação de 122 Km de rodovia
<b>TOTAL</b>				<b>207.500.480,00</b>	<b>124.500.000,00</b>	<b>124.500.000,00</b>	

Fonte: DGFAI.

2. Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação

#### Quadro A.6.5.1.7 – Número de operações e valores aplicados

N°	UF	INDÚSTRIA		INFRAESTRUTURA		TOTAL
		N°.OP.	FDA-R\$	N°.OP.	FDA-R\$	
<b>01</b>	MT	-	-	1	43.757.759,02	43.757.759,02
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>1</b>	<b>43.757.759,02</b>	<b>73.757.759,02</b>

Fonte: DGFAI.

Obs.: Nos valores de liberação não está incluído os 2% da Sudam.

3. Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação.

### Quadro A.6.5.1.8 – Número de operações

#### SETOR ECONÔMICO

Nº	Setor	Nº operações	Investimento total	%	FDA	%	Liberado em 2015	%
01	Infraestrutura	1	207.500.480,00	100	124.500.000,00	15,58	43.757.759,02	100
<b>TOTAL</b>			<b>207.500.480,00</b>	<b>100</b>	<b>124.500.000,00</b>	<b>100</b>	<b>43.757.759,02</b>	<b>100</b>

#### UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Nº	UF	Nº operações	Investimento total	%	FDA	%	Liberado em 2014	%
01	MT	1	207.500.480,00	100	124.500.000,00	100	43.757.759,02	100
<b>TOTAL</b>			<b>207.500.481,00</b>	<b>100</b>	<b>124.500.100,00</b>	<b>100</b>	<b>43.757.859,02</b>	<b>100</b>

Fonte: DGFAL.

Obs.: Nos valores de liberação não está incluído os 2% da Sudam.

#### 4. Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal);

Não houve remuneração do agente operador na vigência do Decreto nº. 4.254/2002.

Em 2015 não houve nenhuma liberação de projetos aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002, logo não houve remuneração do agente operador nas condições desse Decreto nº. 4.254/2002 art. 3, inciso II, conforme elencado abaixo:

- a) Dois por cento do valor de cada liberação de recurso; e (incluído pelo Decreto nº. 5.593/2005).
- b) Um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, deduzidos dos pagamentos de parcelas de juros e amortizações feitos pelas empresas titulares dos projetos, sobre os saldos devedores das operações com valores aprovados de financiamento pelo Fundo inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (Incluído pelo Decreto nº 5.593, de 2005).

A partir do novo regulamento do FDA aprovado pelo Decreto 7.839 de 09/11/2012, a remuneração do agente operador passou a ter fundamentação legal de acordo com a Resolução nº 4.171 de 20/12/2012 do Banco Central:

- a) A remuneração dos agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento corresponderá a 2,5% e será composta pela taxa de equalização a ser paga pelo Tesouro Nacional, se houver, e pelo diferencial entre a taxa paga pelo mutuário, conforme inciso VIII do art. 1º e o caput do art. 5º, e a taxa de remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, conforme inciso II do art. 3º e o parágrafo único do art. 5º, sem prejuízo do encargo estabelecido no art. 2º. (art. 4º)
- b) No caso de operações cuja consulta prévia tenha sido aprovada pela Sudam ou pela Sudene e a carta consulta aprovada pelo agente operador até 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva de juros será de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) se as operações de financiamento forem contratadas até 31 de março de 2013. (art. 5º)
- c) Para as operações contratadas na forma do caput, a remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, será de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor de cada operação, a ser paga semestralmente pelos agentes operadores após o período de carência. (art. 5º, parágrafo único.)

Dessa forma não tendo ocorrido qualquer pagamento, até então, por parte de mutuários enquadrados no atual decreto, não houve remuneração de agentes operadores senão a que se refere ao projeto enquadrado no decreto antecessor ao vigente.

5. Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício.

**Quadro A.6.5.1.9 – Relação dos projetos liberados no exercício**

Nr	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2015	Liberado até 2015	
03	Morro da Mesa Concessionária S/A	MT	INF	124.500.000,00	43.757.759,02	124.500.000,00	Obras de recuperação de 122 Km de rodovia
<b>TOTAL</b>				<b>124.500.000,00</b>	<b>43.757.759,02</b>	<b>124.500.000,00</b>	

Fonte: DGFAI.

**Obs.:** Nos valores de liberação não está incluído os 2% da Sudam.

6. Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas)

Vide relatórios dos bancos operadores (Banco da Amazônia e Banco do Brasil) na aba “Relatórios, pareceres e declarações” do sistema e-Contas.

7. Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados)

Em 2015, foram aprovadas 3 (três) consultas prévias, cuja participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) será de R\$1.344.299.713,54. Essas consultas prévias pertencem aos setores de indústria e infraestrutura, cujo investimento total será R\$3.461.651.169,90.

Nesse exercício, foi liberado R\$43.757.759,02 para um projeto de infraestrutura, aprovado em períodos anteriores.

8. Registro da conformidade contábil do FDA relativo aos atos e fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

À Coordenadora da COFI/SUDAM

Assunto: Memo Nº 003/2016 – CGAV

Atendendo solicitação dessa coordenação informamos que:

Durante o exercício de 2015, houve o registro da Conformidade Contábil do FDA dos atos e fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, que consiste na Certificação dos Demonstrativos Contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, com isso, a realização da Conformidade Contábil do FDA, se dá na Unidade Gestora da SUDAM, onde são realizadas duas conformidades a saber: a Conformidade Contábil da Unidade Gestora e a Conformidade do Órgão.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao Setor Público; a tabela de eventos, o plano de contas da União e a Conformidade dos Registros de Gestão. O Registro da Conformidade Contábil com restrição não é um instrumento punitivo é a demonstração que a informação Contábil apresentada não observa, na totalidade e a legislação vigente, com o objetivo de avaliar e desenvolver métodos preventivos e de correção das mesmas.

Belém 05 de Fevereiro de 2016

*Maria José Brabo Alves Coelho*  
Maria José Brabo Alves Coelho  
Contadora Siape 0677754

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

De acordo com o inciso VI do artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, e o inciso VI do artigo 23 do Regimento Interno desta Autarquia, a atribuição de acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU compete à Auditoria-Geral.

Em relação às rotinas e procedimentos, que permita avaliar o efetivo cumprimento das recomendações exaradas pelos órgãos de controle, por meio da Portaria Normativa nº 01, de 06.04.2015, foi instituído no âmbito da Sudam, o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas dos órgãos de controle interno, externo e da Auditoria-Geral, o qual teve ampla divulgação junto às unidades organizacionais desta Autarquia através de reunião realizada com uma apresentação feita pela Auditoria-Geral.

Apesar da Auditoria-Geral da Sudam não dispor de sistema informatizado para subsidiar referido acompanhamento, é desenvolvida atividade no intuito de buscar junto às unidades envolvidas informações acerca do status atual das providências adotadas visando atender as determinações e recomendações daquela Egrégia Corte de Contas, contidas nos Acórdãos, além de considerar os trabalhos por ela desenvolvidos.

No exercício de 2015, foram exarados 03 (três) Acórdãos, conforme abaixo especificados:

- Acórdão nº 9.406/2015-TCU-2ª Câmara relativo ao Processo TC 033.946/2013-2 referente à Prestação de Contas - Exercício de 2012 - da Sudam, a qual agrega as Contas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.
- Acórdão nº 9.408/2015-TCU-2ª Câmara relativo ao Processo TC 046.827/2012-9 referente à Prestação de Contas - Exercício de 2011 - da Sudam, a qual agrega as contas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.
- Acórdão nº 7.660/2015-TCU-1ª Câmara relativo ao Processo TC 033.266/2014-0 referente à Prestação de Contas - Exercício de 2013 - da Sudam, a qual agrega as Contas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Dos Acórdãos supramencionados, somente o Acórdão nº 7.660/2015 exarou 03 (três) recomendações diretamente para a Sudam (itens 1.7.2.1, 1.7.2.2 e 1.7.2.3), das quais 02 (duas) estão com status de atendidas (itens 1.7.2.1 e 1.7.2.2), sendo um 01 (uma) pela Auditoria-Geral desta Autarquia, conforme consta em seu Relatório de Auditoria nº 201601001 e 01 (uma) pela CGU de acordo com a consulta realizada no Sistema Monitor daquele Órgão de Controle.

Consta abaixo, a recomendação com status de atendida parcialmente:

#### Quadro A.7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
033.266/2014-0	7.660/2015-1ª Câmara	1.7.2.3	Ofício nº 2.663/2015-TCU/SECEX-PA	28/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam				
Descrição da determinação/recomendação				
Conclua os trabalhos de elaboração dos indicadores de desempenho que permitam mensurar o resultado do impacto socioeconômico da aplicação dos recursos do FDA, em face dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e que publique essa avaliação no seu Relatório de Gestão a partir de 2015 (item 77 da instrução à peça 10)				

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais - CGAV já elaborou o primeiro Relatório de Avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, referente ao período de 2006 a 2014, procedendo, para tanto, a substituição de indicadores, com vistas a superar limitações técnicas impostas pela metodologia proposta. Atualmente, encontra-se em avaliação na Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN, e posteriormente, referido Relatório será submetido a apreciação do Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI e logo será submetido para deliberação da Diretoria Colegiada da Sudam, visando sua conclusão e publicação.

Fonte: Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais - CGAV e Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

## 7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Conforme acima mencionado a competência de acompanhar o atendimento das recomendações do órgão de controle interno é da Auditoria-Geral da Sudam e que às rotinas e procedimentos que permitam avaliar o efetivo cumprimento estão contidos na Portaria Normativa nº 01/2015, de acordo como já relatado no item anterior.

Apesar da Auditoria-Geral desta Autarquia não dispor de sistema informatizado para subsidiar referido acompanhamento, é desenvolvida atividade no intuito de buscar junto às unidades envolvidas informações quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos à Auditoria de Avaliação da Gestão buscando, dessa forma, dar o suporte necessário que permita a elaboração do Plano de Providências Permanente, e posteriormente acompanhar o atendimento das recomendações ali contidas, além de considerar os trabalhos por ela desenvolvidos.

Cabe registrar, que em razão dos normativos que versam sobre a elaboração e o prazo de apresentação do Relatório de Gestão e do Processo de Contas que será julgado pelo Tribunal de Contas da União, ficou estabelecido que a Sudam apresentasse o Relatório de Gestão - Exercício de 2014, assim como, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, conforme a Decisão Normativa/TCU nº 134, de 04/12/2013 (alterada pela Decisão Normativa/TCU nº 139, de 24/09/2014).

Conforme o Anexo I da Decisão Normativa/TCU nº 140, de 15/10/2014, nem a Sudam e nem o FDA teriam suas contas do exercício de 2014 julgadas pela aquela Egrégia Corte, por essa razão não houve Auditoria de Gestão da CGU/PA correspondente a esse exercício.

Diante desse contexto, o Plano de Providências Permanente - Exercício de 2013 - da Sudam relativo ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201406677, o qual agrega as contas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Relatório de Auditoria nº 201407548) foi encaminhado à CGU/PA por meio do OFÍCIO/GAB/Nº 223, de 22.12.2014, razão pela qual referido Plano foi efetivamente acompanhado no decorrer do exercício de 2015.

Nos Relatórios, mencionados no parágrafo anterior, foram emitidas no total 14 (quatorze) recomendações, sendo 03 (três) referentes à Gestão da Sudam, que encontra-se com status de atendidas e 11 (onze) recomendações relativas à Gestão do FDA, que atualmente, 04 (quatro) estão com status de atendidas parcialmente, conforme abaixo especificadas:

Em relação aos itens 1.2.1.1 e 1.2.1.2 do Relatório de Auditoria nº 201407548 - FDA a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas já elaborou uma minuta do Regulamento e esta Autarquia solicitou à CGU/PA prorrogação do prazo de atendimento das recomendações supramencionadas, pois o Regulamento elaborado está aguardando análise da Procuradoria Federal Especializada junto à Sudam e posteriormente será submetido ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Quanto às recomendações 01 e 02 relativas ao item 2.1.1.2 do Relatório, acima mencionado, são correspondentes ao item 1.7.2.3 do Acórdão nº 7.660/2015-1ª Câmara, já

explanado no Quadro 1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento, constante do item 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

### 7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O Quadro abaixo tem por objetivo quantificar os casos de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pela Unidade Jurisdicionada, bem como, ante a não reparação do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

**Quadro A.7.3 – Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de Danos ao Erário**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
2	-----	2	-----	----	----	-----	2	2

\* Não enviadas > 180 dias do exercício instauração: 2 convênios da extinta ADA, cujas prestações de contas foram analisadas a partir de 2013, em razão da criação de força-tarefa em decorrência dos Relatórios 190211, 209848, 224576 e 243872, da Controladoria Geral da União-CGU que recomendou a conclusão das prestações de contas que se encontravam inscritas na conta contábil “A Aprovar”, no SIAFI.

### 7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Com relação ao cumprimento do cronograma de pagamentos e obrigações disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993, esta Unidade observa a regra legal do art. 5º da Lei 8.666/93, da ordem cronológica dos pagamentos, que são garantidos pelas previsões orçamentárias e pelos empenhos prévios. Importa destacar, portanto, que aqueles contratos cujos pagamentos (parcelas) se enquadram no valor do inciso II, do art. 24 da Lei de Licitações são efetivados em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, da apresentação da cobrança.

Por outro lado, os contratos cujos pagamentos não se enquadram no referido dispositivo e apresentam características de complexidade para sua liquidação são efetivados em até 30(trinta) dias, contados do final do período de adimplemento da parcela nos termos da alínea “a”, do inciso XIV, do art. 40 da mesma lei. Há ainda que se esclarecer que, os casos em que os pagamentos não ocorrem nos prazos estipulados são causados pelas próprias contratadas que não entregam, juntamente com a nota fiscal ou fatura, os demais documentos exigíveis, descumprindo norma contratual. Nesse caso, o prazo fica suspenso.

### 7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

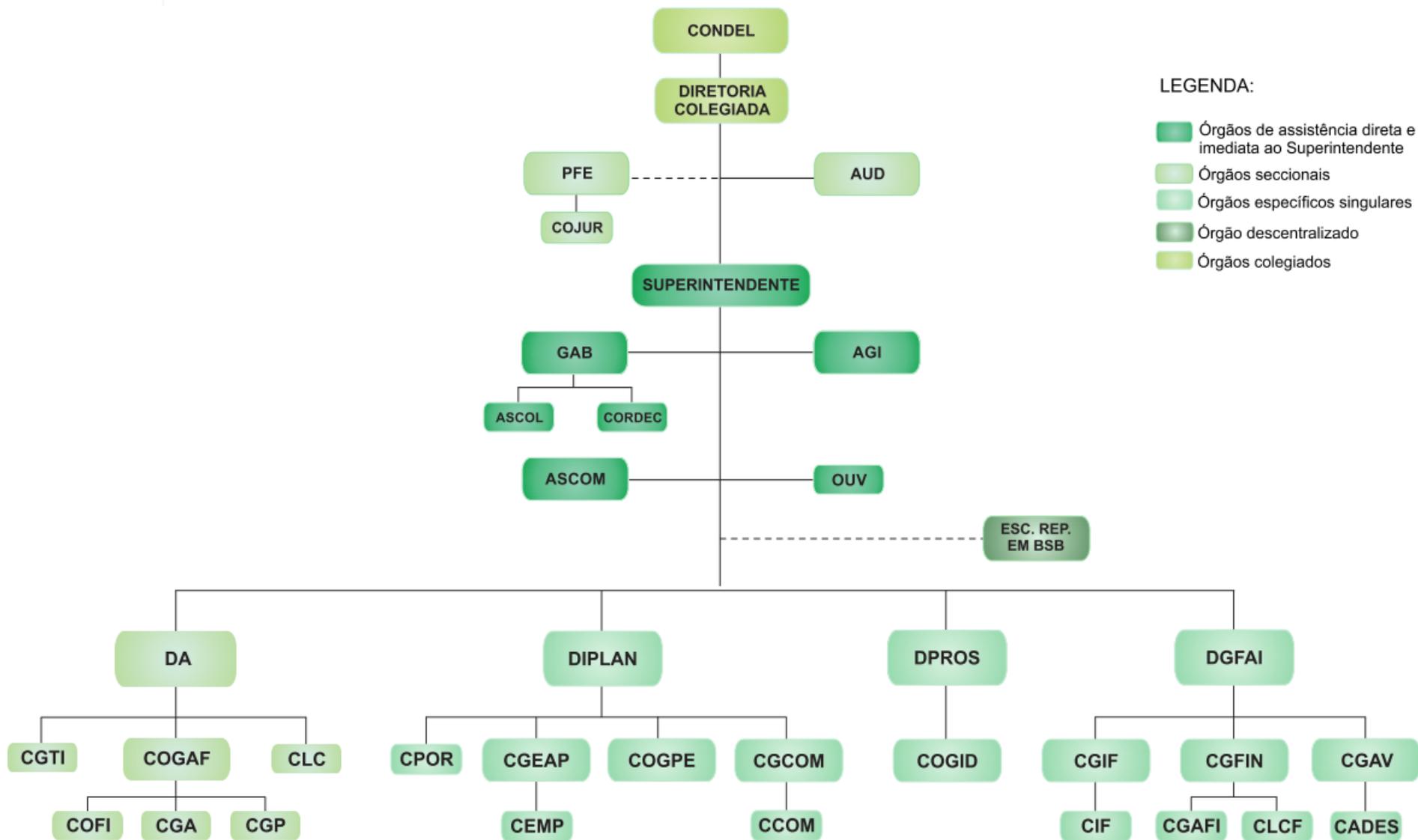
Com relação ao art. 2º do Decreto 7.828/2012, o mesmo aplica-se aos serviços contratados junto às empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e seria no período entre 1º de

dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2014. Com relação às empresas beneficiadas pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 informamos que a gestão desta Unidade Administrativa está envidando esforços para o levantamento e adequação de todos os contratos a serem alterados ou que tenham diferenças a serem cobradas. Para tanto, a Diretoria de Administração estará designando Comissão Especial para analisar e propor medidas ante o eventual impacto da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art.7º da Lei n.12.546/2011 e pelo art.2º do Decreto n.7.828/2012, anteriormente citado.

A Comissão será incumbida de efetuar a análise dos contratos administrativos vigentes que podem ser impactados pela desoneração da folha de pagamento, no âmbito da Sudam. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo grupo objetivará esclarecer se esses contratos estão em consonância com os dispositivos relativos à desoneração e, caso seja necessário, propor ações de conformidade através de medidas administrativas adequadas para que a Sudam possa promover o ajustamento às regras vigentes.

## **8. ANEXOS**

# ANEXO I – ORGANOGRAMA DA SUDAM



## LEGENDA:

- Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente
- Órgãos seccionais
- Órgãos específicos singulares
- Órgão descentralizado
- Órgãos colegiados

## ANEXO II - LEGENDA ORGANOGRAMA SUDAM

### ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONDEL - Conselho Deliberativo, que conta com Secretaria-Executiva; e  
DIRETORIA COLEGIADA;

### ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO SUPERINTENDENTE

GAB - Gabinete:

ASCOL - Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

CORDEC - Coordenação de Defesa Civil

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional:

AGI - Assessoria de Gestão Institucional:

OUV - Ouvidoria

### ÓRGÃOS SECCIONAIS

PFE - Procuradoria Federal Especializada

COJUR - Coordenação Jurídica

AUD - Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada; e

DA - Diretoria de Administração.

CGTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação:

COGAF- Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças:

COFI - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira:

CGA - Coordenação de Gestão Administrativa:

CGP - Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas:

CLC - Coordenação de Licitações e Contratos

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

DIPLAN - Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

CPOR - Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

CGEAP - Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento:

CEMP - Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento.

COGPE - Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais

CGCOM - Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento:

CCOM - Coordenação de Convênios e Monitoramento

DPROS - Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

COGID - Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.

DGFAI - Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos:

CGFIN - Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento:

CGAFI - Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

CLCF - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento

CGIF - Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros:

CIF - Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

CGAV - Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais:

CADES - Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional

### ÓRGÃO DESCENTRALIZADO

ESC. REP. EM BSB - Escritório de representação em Brasília

### ANEXO III – PLANOS OPERATIVOS

AÇÃO ESTRATÉGICA	OBSERVAÇÕES
<b>EIXO: SUPERAR A DESIGUALDADE REGIONAL E A POBREZA EXTREMA NA AMAZÔNIA</b>	
<b>Objetivo 01:</b> ELEVAR O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (PRDA) À CONDIÇÃO DE POLÍTICA DE ESTADO, DE FORMA COORDENADA E ARTICULADA COM A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR) E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.	
Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia	Em 2011, teve início a elaboração de uma proposta do PRDA pelo corpo técnico da Sudam. - Plano Elaborado e discutido internamente, foi encaminhado para aprovação pelo CONDEL, que se deu em 28/05/2012 pela Resolução nº31/2012. - Após Aprovação o processo seguiu para Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI, em 11/06/2012 para apreciação da Minutado do Projeto de Lei- PL e posterior envio à Casa Civil da PR. - Por intermédio do parecer CONJUR/MI nº 744, de 31/06/2012, foi realizada análise jurídica- formal sobre a legalidade do PL tendo como resultado a viabilidade do mesmo. O processo tramitou no âmbito do MI até receber a inclusão da Exposição de Motivos e da Nota Técnica nº02 SDR/MI, de 27/02/2014, que recebeu nova análise da CONJUR/MI recomendando a devolução do processo, para que a minuta do PL fosse formulada pela Sudam, MI, outros Ministérios setoriais e articulação com os Estados e entidades federais da Amazônia Legal. O Processo voltou para Sudam que após análise técnico e jurídica, entendeu que todos os pré-requisitos necessários ao encaminhamento da minuta do PL já haviam sido atendidos, uma vez que para aprovação pelo CONDEL do PRDA todos os atores envolvidos no processo foram consultados, sendo o mesmo encaminhado a SDR/MI em 02/04/2015.
Formulação de diretrizes e prioridades para os instrumentos de Desenvolvimento Regional	
Gestão dos planos regionais e estaduais de desenvolvimento	
Implementação da base de dados da Amazônia Legal	
<b>Objetivo 02:</b> ATRAIR INVESTIMENTOS E FORTALECER CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL's) NA AMAZÔNIA COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA ARTICULANDO-OS A PROJETOS ESTRUTURADORES.	
Apoio a projetos de estruturação de APL na região do arquipélago do Marajó	Diante a nova proposta da PNDR, 03 regiões do país forma selecionadas para testar a nova metodologia do plano. Assim, contando com a parceria do Banco da Amazônia conseguimos sensibilizar o MI, selecionar a região do Marajó em troca da região de faixa de fronteira, justificada pelas adversidades da região. Estamos na expectativa da homologação do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional da Portaria que cria o Grupo de Financiamento para atuar na região. Por outro lado também estamos na expectativa do aceno do MI para realizar um Seminário no Arquipélago do Marajó, tal como foi realizado no Município de Salgueiro PE ( Município selecionado da região nordeste- PNDR), com vistas a dar conhecimento a sociedade local das ações que estão sendo prospectadas para a região. Outro fato importante a ser destacado foi a inclusão do Plano Marajó como uma das iniciativas do MI/Sudam, no PPA 2016/2019.
Apoio a cursos de capacitação para pessoas em situação de vulnerabilidade social	O PO foi acrescido com uma atividade visando a Capacitação de mulheres na construção civil no Estado do Amazonas no valor de R\$474.955,00 para execução através dos recursos do orçamento de 2014 para capacitação de 140 mulheres.
Ampliação da carteira de projetos financiados e incentivados pela Sudam	
Apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades na Amazônia	
Rotas de integração na Amazônia Legal	
Implantação de projetos estruturadores financiados - FDA	

<b>EIXO: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA NA AMAZÔNIA COM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA SUSTENTÁVEL</b>	
<b>Objetivo 01:</b> PROMOVER O FORTALECIMENTO E A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) NA AMAZÔNIA.	
Apoio a projetos relacionados à transformação e uso sustentável dos recursos da biodiversidade	
<b>Objetivo 02:</b> AMPLIAR E QUALIFICAR OS INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) NA AMAZÔNIA, EM ESPECIAL NA FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES.	
Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito da maricultura regional	
Apoio a projeto de infraestrutura para o desenvolvimento	

<b>EIXO: PROMOVER A INTEGRAÇÃO E A EXPANSÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA</b>	
<b>Objetivo 01:</b> PROMOVER A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTRA E INTER-REGIONAL DA AMAZÔNIA.	
Implementação da Política de Desenvolvimento Industrial - PDIAL	
Implementação de projetos de Integração da Amazônia	Apesar do Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira haver sido instituído no ano de 2010, não houve avanços significativos na sua operacionalização real, face principalmente a inexistência de recursos orçamentários e a falta de marco regulatório para promover relações de cunho social, econômico e ambiental entre os países limítrofes. - A partir da formatação do PPA 2016/2019 o referido programa tomou novos rumos, visto que, passou a integrar o elenco de programas prioritários do Ministério da Integração Nacional, por ser caracterizado como programa estratégico para o desenvolvimento nacional. - Assim, considerando os debates ocorridos por ocasião das oficinas promovidas pelo MPOG/SPI e com a participação intensiva do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Integração Nacional e suas vinculadas o programa passou a ser intitulado "Política Externa - Integração Sul-Americana".
<b>Objetivo 02:</b> PROMOVER A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA, URBANA E SOCIAL DA AMAZÔNIA.	
Implantação de projetos de infraestrutura produtiva, urbana e social-transferências voluntárias	

<b>EIXO: ASSEGURAR A PROTEÇÃO CIVIL NA AMAZÔNIA</b>	
<b>Objetivo 01:</b> REDUZIR A VULNERABILIDADE A DESASTRES NA AMAZÔNIA POR MEIO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO.	
Gestão de riscos para prevenção de desastres em ação de proteção e defesa civil	
Integração e interdisciplinaridade para preparação em ações preventivas na gestão de riscos e respostas a desastres na Amazônia (Integra – Amazônia)	
<b>Objetivo 02:</b> AMPLIAR E QUALIFICAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA A DESASTRES NA AMAZÔNIA.	
Integração do sistema de alerta de monitoramento/previsão e alertas para gestão de riscos e respostas a desastres na Amazônia	

<b>EIXO: IMPLEMENTAR A GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVA VOLTADA PARA RESULTADOS</b>	
<b>Objetivo 01: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES.</b>	
Desenvolvimento de pessoas	
<b>Objetivo 02: ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E MELHORIA CONTÍNUA DOS MEIOS E PROCESSOS DE GESTÃO.</b>	
Revitalização predial	
Elaboração do Manual de Identidade Visual da Sudam	
Implantar programa de orientação e informação a parlamentares e convenentes	
Implementar escritórios por processos	
Implementação do Sistema Integrado de Gestão da Auditoria - SIGA	A implementação do Sistema Integrado de Gestão da Auditoria - SIGA - perpassa por duas etapas-chaves: 1) Desenvolvimento do sistema propriamente dito e 2) Implantação e treinamento do sistema internamente na Sudam. A primeira etapa é de responsabilidade do setor de tecnologia da informação do Ministério da Integração Nacional em sua totalidade, com o uso de recursos próprios. Tal etapa divide o sistema em 5 grandes módulos, organizados aqui em forma de 5 atividades. O controle sobre o andamento técnico das subatividades de cada módulo é feito pelo MI e o acompanhamento, monitoramento, esclarecimento de requisitos ou solicitação de dúvidas tem a participação da Sudam. A segunda etapa envolverá questões burocráticas para providência sobre a cessão do código-fonte e banco de dados do sistema à Sudam, possibilitando a implantação interna, momento em que a Auditoria-Geral necessitará do apoio da CGTI-Sudam.
Plano de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico	
Regularização fundiária	
Modernização tecnológica	A minuta da Política de Segurança da Informação - POSIC encontra-se na AGI para análise e posterior encaminhamento à Procuradoria e Diretoria Colegiada.
Implantação do Sistema de Fundos de Desenvolvimento - SFD para a Sudam e Sudene.	Considerando recentes mudanças no escopo do projeto que objetivou ampliar o cadastro de informações do Módulo Consulta Prévia, houve necessidade de reprogramação dos prazos de finalização.

**ANEXO IV – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES (QUADRO A.2.3.2.15)**

Quadro A.2.3.2.15									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	761756/2011	07.821.703/0001-20	623.000,00	63.000,00	0	560.000,00	05/03/2012	06/07/2015	1
1	763105/2011	05.853.163/0001-30	1.125.228,62	125.228,62	0	500.000,00	20/01/2012	03/04/2015	1
1	763490/2011	63.606.479/0001-24	751.485,88	191.485,88	0	560.000,00	02/01/2012	12/11/2015	1
3	TC 03/2012	UFPA	800.000,00	0	0	800.000,00	31/12/2012	31/12/2015	1
3	TC 003/2013	05.200.001/0001-01	1.449.348,28	0	0	1.449.348,28	31/10/2013	31/10/2015	1
1	798221/2013	04.873.600/0001-15	522.444,65	22444,65	500.000,00	500.000,00	06/01/2014	06/01/2015	1
1	785983/2013	01.614.538/0001-59	163.267,00	3.267,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	02/01/2015	1
1	787517/2013	03.239.043/0001-12	163.500,00	3.500,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	02/01/2015	1
1	787527/2013	37.465.309/0001-67	163.267,00	3.267,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	02/01/2015	1
1	785992/2013	03.214.160/0001-21	163.270,00	3.270,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	02/01/2015	1
1	798357/2013	15.023.914/0001-45	150.000,00	4.500,00	145.500,00	145.500,00	24/01/2014	20/11/2015	1
1	802499/2014	00.237.206/0001-30	808.000,00	8.000,00	0	0	13/01/2015	13/01/2016	1
1	813805/2014	03.648.532/0001-28	510.205,00	136.205,00	0	0	14/01/2016	14/03/2016	1
1	807131/2014	15.359.201/0001-57	545.000,00	105.089,00	0	0	26/12/2014	01/08/2015	1
1	813790/2014	23.066.632/0001-53	260.000,00	10.000,00	0	0	01/01/2015	01/01/2016	1
1	802515/2014	02.306.900/0001-97	710.780,94	10.780,94	0	0	23/01/2015	03/09/2015	1
1	804397/2014	84.012.012/0001-26	740.004,40	90.004,40	0	0	13/01/2015	13/01/2016	1
1	802514/2014	01.618.402/0001-17	305.000,00	5.000,00	0	0	08/07/2014	29/04/2015	1
1	802498/2014	23.066.905/0001-60	817.000,00	17.000,00	0	0	02/02/2015	02/02/2016	1
1	813939/2014	24.851.503/0001-39	202.000,00	2.000,00	0	0	21/01/2015	21/01/2016	1
1	804398/2014	84.012.012/0001-26	112.000,00	12.000,00	0	0	26/12/2014	26/12/2015	1
1	802497/2014	23.066.640/0001-08	1.826.963,68	76.963,68	0	0	06/02/2015	06/02/2016	1

3	001/2014	10.792.928/0001-00	474.955,00	0	474.955,00	474.955,00	05/05/2014	31/01/2015	1
3	679678/2014	05.200.001/0001-01	2.740.952,50	0	1.799.977,50	1.799.977,50	15/09/2014	15/03/2016	1
3	681542/2014	05.200.001/0001-01	500.000,00	0	500.000,00	500.000,00	15/09/2014	30/09/2015	1
1	825837/2015	04.513.362/0001-37	220.000,00	2330	217.670,00	217.670,00	01/01/2016	01/01/2017	1
1	822516/2015	04.012.548/0001-02	1.403.000,00	3000	0	0	31/12/2015	31/12/2017	1
1	821684/2015	04.056.222/0001-87	400.000,00	500	399.500,00	399.500,00	04/01/2016	04/01/2017	1
1	821659/2015	33.683.822/0001-73	200.000,00	1.000,00	199.000,00	199.000,00	04/01/2016	04/01/2017	1
1	821658/2015	23.066.814/0001-24	300.000,00	3.000,00	297.000,00	297.000,00	30/12/2015	30/12/2016	1
1	819904/2015	05.995.766/0001-77	754.510,00	1.510,00	0	0	07/01/2016	30/12/2016	1
1	819159/2015	00.237.206/0001-30	253.750,00	3.750,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	819158/2015	25.064.015/0001-44	255.000,00	5.000,00	0	0,00	31/12/2015	31/12/2017	1
1	819079/2015	05.995.766/0001-77	1.025.372,55	25372,55	0	0	07/01/2016	07/01/2018	1
1	818903/2015	04.056.214/0001-30	3.701.589,89	19126,89	1.227.487,66	1.227.487,66	01/01/2016	31/12/2017	1
1	818902/2015	25.064.049/0001-39	401.000,00	1000	0	0	31/12/2015	30/12/2017	1
1	818900/2015	05.995.766/0001-77	1.002.005,00	2.005,00	0	0	07/01/2016	29/12/2016	1
1	818898/2015	00.766.733/0001-31	252.500,00	2.500,00	0	0	31/12/2015	31/12/2017	1
1	818897/2015	01.138.551/0001-89	256.250,00	6.250,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	818895/2015	00.299.198/0001-56	918.000,00	18.000,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	818894/2015	05.995.766/0001-77	430.720,98	30720,98	0	0	07/01/2016	29/12/2017	1

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: CGCOM

**ANEXO V – CUSTOS DO PESSOAL (QUADRO A.6.1.2)**

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015										
	2014										
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	16.984.281,69		2.365.465,32	1.192.052,34	1.024.981,39	682.999,39	77.186,67	5.424,79	7.819,92	22.340.211,51
	2014	15.323.172,79		1.437.954,03	506.444,91	688.865,58	716.464,65	110.744,35	404.466,94	7.819,92	19.195.933,17
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015		308.369,40								308.369,40
	2014		217.105,26								217.105,26
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015		1.862.330,67								1.862.330,67
	2014		1.744.815,99								1.744.815,99
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	81.114,72									
	2014	72.626,13									72.626,13
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015										
	2014										

Fonte: SIAPE

## **ANEXO VI – COMPOSIÇÃO CONDEL/SUDAM**

### **conselheiros do condel/sudam**

#### **Ministérios**

##### **1- Ministério da Integração**

Ministro: Helder Zahluth Barbalho - (titular)

Secretário Executivo: Luiz Otávio Oliveira Campos (suplente)

##### **2- Ministério da Fazenda**

Ministro: Henrique de Campos Meirelles (titular)

Secretário executivo: Eduardo Refinetti Guardia (suplente)

##### **3- Ministério do Planejamento**

Ministro: Dyogo Henrique de Oliveira, Interino (titular)

Secretário Executivo: Dyogo Henrique de Oliveira (suplente)

#### **Governadores da Amazônia Legal**

##### **4- Governo do Estado do Acre**

Governador: Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (titular)

Vice-governadora: Maria De Nazareth Melo de Araújo Lambert (suplente)

##### **5- Governo do Estado do Amapá**

Governador: Antônio Waldez Góes da Silva (titular)

Vice-governador: João Bosco Papaléo Paes (suplente)

##### **6- Governo do Estado do Amazonas**

Governador: Jose Melo de Oliveira (titular)

Vice-governador: José Henrique Oliveira (suplente)

##### **7- Governo do Estado do Maranhão**

Governador: Flavio Dino de Castro e Costa (titular)

Vice-governador: Carlos Orleans Brandão Junior (suplente)

### **8- Governo do Estado do Mato Grosso**

Governador: José Pedro Gançalves Taques (titular)

Vice-governador: Carlos Henrique Baqueta Fávoro (suplente)

### **9- Governo do Estado do Pará**

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene (titular)

Vice-governador: José da Cruz Marinho (suplente)

### **10- Governo do Estado de Rondônia**

Governador: Confúcio Aires Moura (titular)

Vice-governador: Daniel Pereira (suplente)

### **11- Governo do Estado de Roraima**

Governadora:: Maria Suely Silva Campos (titular)

Vice-governador: Paulo César Justo Quartieiro (suplente)

### **12- Governo do Estado de Tocantins**

Governador: Marcelo de Carvalho Miranda (titular)

Vice-governadora: Claudia Telles de Menezes Pires Martins Lelis (suplente)

## **Confederações**

### **13- Confederação Nacional da Indústria – CNI**

Conselheiro titular: Jandir José Milan

Conselheiro suplente: José Conrado Azevedo Santos

### **14- Confederação Nacional do Comércio – CNC**

Conselheiro titular: José Arteiro da Silva

Conselheiro suplente: Sebastião de Oliveira Campos

### **15- Associação Brasileira de Municípios - ABM**

Conselheiro titular: Eliomar de Souza Nogueira

Conselheiro suplente: João Fernandes Coelho dos Santos

### **16- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI**

Conselheiro titular: Paulo Sérgio Façanha Serra

Conselheiro suplente: Levy Manoel de Arruda

**17- Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC**

Conselheiro titular: Cintia Ferreira Lima

Conselheiro suplente: Luiz Carlos da Silva

**18- Confederação Nacional da Agricultura - CNA**

Conselheiro titular: Rui Carlos Ottoni Prado

Conselheiro suplente: José Hilton Coelho de Sousa

**19- Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura - CONTAG**

Conselheiro titular: Fábio de Assis Menezes

Conselheiro suplente: Maria Alves da Silva

**20- Confederação Nacional dos Municípios – CNM**

Conselheiro titular: Mário Alves da Costa

Conselheiro suplente: Valbetânio Barbosa Milhomem

**21- Frente Nacional de Prefeitos – FNP**

Conselheiro titular: vago

Conselheiro suplente: vago

**22- Banco da Amazônia – BASA**

Conselheiro titular: Marivaldo Gonçalves de Melo

Conselheiro suplente: membro da diretoria credenciado para participar

**23- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- Sudam**

Conselheiro titular: Paulo Roberto Correia da Silva

Conselheiro suplente: membro da diretoria credenciado para participar

**ANEXO VII - 1º Relatório de avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia  
– FDA - 2006 a 2014.**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE  
INVESTIMENTOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE AVALIAÇÃO DE FUNDOS E INCENTIVOS  
FISCAIS**

**1º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA  
AMAZÔNIA - FDA: 2006 A 2014.**

**Celso Ângelo de Castro Lima - Coordenador Geral  
Kleber Antonio da Costa Mourão - Economista, M.Sc  
Naara Jayze de Souza Soares – Engenheira Civil  
Rafael Almeida Ramos – Economista  
Rodrigo Portugal da Costa - Economista, M. Sc.  
Sérgio Felipe Melo da Silva - Economista**

**Julho/2016  
Belém – Pará**

## RESUMO EXECUTIVO

O relatório faz parte do 1º ciclo avaliativo dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Amazônia. O objetivo deste texto é avaliar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) no período 2006-2014 utilizando a metodologia dos 6 Es de desempenho, com indicadores de execução, eficiência, eficácia e efetividade, essa última projetada. Os resultados mostram que na execução, os valores alocados para o fundo são regulares ao Produto Interno Bruto (PIB) da região e a taxa de execução do gasto consegue alcançar a plenitude no fim da série, no entanto mudanças na legislação em 2012 causaram efeitos adversos sobre o fundo. Na eficiência, identificou-se uma oscilação na Taxa de Efetivação da Demanda (TED) mostrando que a demanda pelo fundo é regular, mas o número de aprovações de projetos diminuiu. No Tempo Médio de Liberação de Recursos (TMLR) é apontado que o tempo médio vem diminuindo ao longo da série. Ambos os indicadores são afetados pelas mudanças normativas de 2012. Na eficácia, 17 projetos estão em vigor, com destaque para os estados de Mato Grosso e Rondônia, para as termelétricas, pequenas centrais elétricas e linhas de transmissão e para as tipologias de alta renda e estagnadas. A taxa de crescimento da carteira (TCCP) é irregular, variando de 30% em 2010, mas chegando a 0% em 2007 e 2012, quando não houve projetos aprovados. Na efetividade, os projetos aprovados estimam 8.622 empregos diretos e indiretos. No entanto, um empreendimento para produção de óleo vegetal no Pará projeta 6.309 empregos, o que corresponde a 72% do total. Se excluído este projeto, a projeção de empregos gerados/mantidos corresponde a 2.313 empregos. Os destaques ficam em Rondônia, na atividade do frigorífico e na tipologia estagnada. Com relação aos investimentos totais, eles são estimados em R\$20 bilhões com participação de R\$3,9 bilhões do FDA. Sem embargo, a UHE de Santo Antônio em Rondônia representa R\$ 13 bilhões, ou seja, 74% do valor. Os outros projetos contabilizam R\$ 7,4 bilhões em investimentos totais e 44% de participação do FDA. Excluído a UHE Santo Antônio, os destaques são Pará, as linhas de transmissão e os municípios que abrangem mais de uma tipologia da PNDR.

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AM – Estado do Amazonas

BNB – Banco do Nordeste

CGAV – Coordenao GERAL de Avaliao de Fundos e Incentivos Fiscais

CGFIN – Coordenao-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

DVA – Demonstrao do Valor Adicionado

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

GT 43 SUDAM - Grupo de Trabalho da Portaria n 43/2014/Sudam

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFIRPJ – Incentivo Fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

MI – Ministério da Integrao Nacional

MPOG – *Ministério do Planejamento* Orçamento e Gestão

MT – Estado do Mato Grosso

NTPF – Número Total de Projetos Financiados

OGU – Orçamento Geral da União

PA – Estado do Pará

PCH – Pequenas Centrais Elétricas

PIB – Produto Interno Bruto

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

QE – Quantitativo de Empregos

RCL – Receita Corrente Líquida

RO – Estado de Rondônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCCP – Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Taxa de Efetivação da Demanda

TEFF – Taxa de Esforço Fiscal do FDA

TEOF – Taxa de Execução Orçamentária do Fundo

TMLR – Tempo Médio de Liberação de Recursos

TO – Estado do Tocantins

UF – Unidade da Federação

UHE – Usina Hidrelétrica

UTE – Usina Termelétrica

VADI – Valor Adicional Investido

VTA - Valor Total Adicionado

## **LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS**

Figura 1 – Cadeia de valor e os 6 Es de desempenho

Figura 2 – Lógica de atuação da PNDR na Amazônia.

Gráfico 1 – Taxa de Esforço Fiscal do FDA (TEFF) de 2006 a 2012.

Gráfico 2 – Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF)

Gráfico 3 - Demanda pelo FDA no período 2006-2014

Gráfico 4 – Tempo Médio de liberação dos Recursos (TMLR) em dias

Gráfico 5 – Projetos aprovados por ano da primeira liberação

Gráfico 6 - Número Total de Projetos Financiados (NTPF) de 2006 a 2014

Gráfico 7 – NTPF por UF de 2006 a 2014

Gráfico 8 – NTPF por Tipologia da PNDR (2006-2014)

Gráfico 9 - Quantitativo de empregos (QE) por ano

Gráfico 10 – QE por UF

Gráfico 11 – QE por Tipologia da PNDR

Gráfico 12 – VADI por UF.

Gráfico 13 – VADI por Tipologia da PNDR.

Quadro 1 - Avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Quadro 2 – Valor do Orçamento Anual do FDA e PIB regional (2006-2014)

Quadro 3 - Taxa de Execução Orçamentária FDA (TEOF) de 2006 a 2014.

Quadro 4 – Taxa de Efetivação da Demanda (TED)

Quadro 5 – NTPF por ano e atividade econômica (2006-2014).

Quadro 6 - Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos (TCCP) (2006-2014)

Quadro 7 – QE por Atividade Econômica

Quadro 8 - Valor Adicional Investido (VADI) 2006-2014 (Em milhares de reais)

Quadro 9 – VADI por Atividade Econômica 2006-2014 (Em reais)

Quadro 10 – Resumo dos Resultados

## INTRODUÇÃO

O presente relatório objetiva avaliar a execução, eficiência, eficácia e efetividade, esta última projetada, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) sobre o emprego e investimento no período 2006-2014, respeitando o método da matriz de estrutura lógica e em parte a “Cesta de indicadores” aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com base nas determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele faz parte do 1º ciclo avaliativo realizado pela Sudam para avaliar o desempenho dos instrumentos explícitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Amazônia, a saber: FDA, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Incentivos Fiscais concedidos.

A ideia de 1º ciclo está na avaliação dos dados disponíveis utilizando efetividade estimada apresentada nos projetos aprovados, dada a exiguidade de dados disponíveis após a tomada do benefício até o momento. No 2º, com informações fornecidas pelas empresas e órgãos parceiros será utilizada a metodologia completa da “cesta de indicadores”, em conformidade com a tipologia, diretrizes e prioridades da PNDR.

Os Fundos de Desenvolvimento Regional como instrumentos da PNDR, que visa reduzir as desigualdades regionais através da retomada do planejamento estatal e da ativação das potencialidades locais no território brasileiro, foram criados para atender investimentos estruturantes em setores prioritários para três macrorregiões brasileiras: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O FDA é um instrumento gerido pela Sudam, que engloba todos os estados da Amazônia Legal (lei nº 5.173/66) e atualmente é regulado pelo Decreto nº 7.839/2012, mas que foi concebido em 2001, pela Medida Provisória nº 2157-5/2001 para substituir o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM). Sua finalidade é assegurar recursos para investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas, cuja origem é majoritariamente de dotações do Orçamento Geral da União (OGU) (arts. 1º e 2º do Decreto nº 7.839/2012).

As diretrizes e prioridades do fundo são definidas anualmente pelo conselho deliberativo da Sudam, de acordo com as áreas prioritárias da PNDR1, e para o ano de 2014 as prioridades escolhidas foram segundo a Portaria nº 382/2013 do Ministério da Integração Nacional (MI) os setores de:

- I. Infraestrutura: Saneamento básico, produção e gás e gasoduto, transportes, portos, telecomunicações, petróleo e geração de energia;
- II. Setores tradicionais: Agricultura, agropecuária, lavoura-pecuária, agroindústria, pesca, madeira e indústria de transformação (têxtil, couro, plástico, máquinas e equipamentos, minerais, químicos, papel, movelaria, alimentos, embalagens, materiais de construção, reciclagem e indústria naval);
- III. Setores com ênfase em inovação tecnológica e tecnologia: Equipamentos médico-hospitalares, cosmetológicos, biotecnologia, mecatrônica, nanotecnologia, informática e eletroeletrônico;
- IV. Serviços: Turismo e logística.

A cada ano são orçados diferentes valores para o FDA. Em 2014, o valor do orçamento anual chegou a R\$ 1.397 bilhões, o que reforça a necessidade de avaliações sobre o impacto do dinheiro público sobre a redução das desigualdades regionais. Várias avaliações já foram realizadas em relação aos instrumentos da PNDR, mas focam os fundos constitucionais. No entanto, é necessário avaliar os outros instrumentos e a política em geral, algo que o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia orientado nos acórdãos nº 3564/2014 e 1005/2014. Dessa forma, esta é a primeira avaliação dos Fundos de Desenvolvimento Regional seja para a Amazônia, Nordeste ou Centro-oeste.

Após esta breve introdução, será apresentada a metodologia aplicada para avaliação na seção 2 e os resultados de execução, eficiência, eficácia e efetividade projetada na seção 3. Em seguida, são expostas as considerações finais sobre o trabalho.

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a PNDR, instrumentos e sua tipologia ver Resende et al (2014).

## 1. METODOLOGIA

O FDA será analisado utilizando a metodologia dos 6Es de desempenho, com respeito à matriz de estrutura lógica e em parte a “Cesta de indicadores”. Ela segue uma sequência lógica e metodológica, conforme expostas no quadro abaixo com a dimensão, o tipo de análise e os indicadores a serem utilizados na avaliação.

**Quadro 1** - Avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

DIMENSÃO	ANÁLISE	INDICADORES PARA AVALIAÇÃO
ESFORÇO	EXECUÇÃO	<b>TAXA DE ESFORÇO FISCAL DO FDA - TEFF</b> (Valor do Orçamento Anual do FDA/PIB Regional)*100
		<b>TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO (TEOF)</b> (Valor Empenhado no Ano/Valor do Orçamento Anual do Fundo)*100
		<b>TAXA DE EFETIVAÇÃO DA DEMANDA (TED)</b> Valores cartas consultas e consultas prévias aprovadas pela Sudam/Valores dos projetos aprovados no ano
RESULTADOS	EFICIÊNCIA	<b>TEMPO MÉDIO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS (TMLR)</b> $\Sigma$ (Data da 1ª liberação de recursos para o projeto - Data da solicitação de carta consulta ou consulta prévia)/Nº projetos em carteira
		<b>NÚMERO TOTAL DE PROJETOS FINANCIADOS - NTPF</b> Nº Total de projetos financiados
	EFICÁCIA	<b>TAXA DE CRESCIMENTO DA CARTEIRA DE PROJETOS - TCCP</b> $((N^\circ \text{ de projetos em carteira em A1} - N^\circ \text{ projetos em carteira A0})/N^\circ \text{ projetos em carteira A0}) * 100$
		<b>QUANTITATIVO DE EMPREGOS - QE</b> $\Sigma$ Empregos estimados nos projetos financiados
	EFETIVIDADE (projetada)	<b>VALOR ADICIONAL INVESTIDO - VADI</b> $\Sigma$ Investimentos estimados nos projetos financiados

**Fonte:** Elaboração dos próprios autores.

No presente relatório, os indicadores de desempenho se propõem a investigar a execução, eficiência, eficácia e efetividade do FDA. O método utilizado avalia o nível do microinstrumento (FDA) até o resultado intermediário, não se propondo a avaliar a política em si. Na dimensão de resultado, são analisados indicadores dos três tipos, eficiência, eficácia e efetividade (impacto intermediário), enquanto no nível do esforço, apenas a execução, pois os outros tipos estão a nível macro, sob a política como um todo. Ela está dividida em: a) análise de execução: indicadores de execução orçamentária; b) eficiência: indicadores de tempo; c) eficácia: quantidades de projetos e; d) efetividade projetada: valor de emprego e investimento.

Na análise de execução, o objetivo é responder: Qual o tamanho do esforço fiscal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)? Os recursos vêm sendo aplicados

(executados)? Para isso, são utilizados indicadores sobre a execução financeira, que são: a) a Taxa de Esforço Fiscal do FDA - TEFF, uma razão entre o valor do orçamento anual do FDA e o PIB regional e; b) Taxa de Execução Orçamentária - TEOF, que é o valor empenhado no ano dividido pelo valor do orçamento anual do fundo. Os dados foram extraídos do Produto Interno Bruto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos valores disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e Sudam no seu endereço eletrônico.

A análise de eficiência é medida pelo tempo. Os indicadores desta etapa são: a) Tempo Médio de Liberação de Recursos - TMLR: Somatório da diferença entre a data da 1ª liberação de recursos para o projeto e a data da solicitação de carta consulta ou consulta prévia, dividido pelo número de projetos em carteira e; b) Taxa de Efetivação da Demanda - TED: razão entre os valores das cartas consultas e consultas prévias aprovadas e os valores aprovados dos projetos em carteira. Nesses indicadores, os dados foram extraídos da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento da Sudam (CGFIN/Sudam) e tratados pelos técnicos da Coordenação Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAV/Sudam).

A dimensão da eficácia analisa os produtos gerados pela ação governamental. Os indicadores selecionados apontam se a carteira de projetos financiados tem crescido nos últimos anos e qual sua velocidade de crescimento. Ela chega à fase dos produtos da política explicitando como indicadores: a) o Número Total de Projetos Financiados - NTPF: ele enumera o número de projetos financiados em carteira e; b) Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos - TCCP: número de projetos no ano A1 menos o número de projetos em A0, ambos divididos pelo número de projetos em A0. Os dados são provenientes de CGFIN/Sudam e análise dos resultados é feita por Unidade da Federação (UF), Atividade Econômica e Tipologia da PNDR.

A efetividade é medida pelo impacto intermediário que o instrumento pode gerar. Neste caso, os indicadores selecionados mostram a projeção de investimentos privados e empregos gerados/mantidos nos empreendimentos com participação do FDA. O primeiro indicador é o Valor Adicional Investido (VADI), que representa o somatório dos investimentos estimados nos projetos financiados, e o segundo é o Quantitativo de Empregos (QE), concernente ao somatório de empregos gerados e/ ou mantidos estimados nos projetos financiados. Assim como no anterior, os dados são

provenientes de CGFIN/Sudam e análise dos resultados é feita por UF, Atividade Econômica e Tipologia da PNDR, no qual o VADI é comparado ao investimento dos estados e o QE com o total de empregos do município.

Os indicadores de desempenho são utilizados neste relatório com base na “Cesta de indicadores” e apresenta algumas modificações em relação a cesta original. A Sudam, por meio do grupo de trabalho instituído pela portaria nº 43/2014/Sudam (GT 43 Sudam) propôs uma “Cesta de Indicadores” para avaliar os instrumentos sob sua responsabilidade em atendimento à determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a PNDR. Tal cesta pressupõe uma análise de eficiência pelo custo-efetividade, através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que indica a parcela de contribuição da firma na formação do PIB, no valor dos insumos adquiridos de terceiros, na riqueza criada e a quem foi repassada, se para pagamento de pessoal, impostos, taxas e contribuições, capitais de terceiros (juros, aluguéis) ou capitais próprios (proventos e lucros retidos). O objetivo é demonstrar o grau de riqueza gerada pela empresa à sociedade.

No entanto, existe certa dificuldade na utilização do DVA. O banco de informações da Sudam ainda não possui tais dados fornecidos pelas empresas, o que inviabiliza o uso desse mecanismo atualmente. Desta forma, opta-se por analisar na literatura outros meios que analisem a eficiência e estejam de acordo com a lógica da avaliação aprovada pela Sudam.

Os dois indicadores de eficiência propostos nesta avaliação em substituição aos originais foram adaptados da metodologia proposta pelo *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão* (MPOG, 2009, p.21 e 77), que avaliam o nível micro da organização do instrumento. Ambos são indicadores de tempo, que definem a decisão para o investimento. Quanto mais eficiente o tempo de liberação de recursos, melhor é a efetivação da demanda e maiores as chances de elevar empregos e investimentos.

O primeiro é um indicador de tempo que aponta a duração média de liberação do pleito, verifica-se o período entre a entrada do pedido e a efetiva liberação do recurso, enquanto o segundo verifica a efetivação da demanda dos recursos do FDA, mensura-se em valores, os recursos solicitados nas cartas consultas ou consultas prévias e o que é efetivamente aprovado. A justificativa de ambos é inerente à investigação da eficiência

do FDA no âmbito intragovernamental e posteriormente, empresarial, pois foca na fase de ações e atividades internas que interligam os insumos (recursos financeiros) aos produtos (projetos aprovados), além da maior facilidade de verificação, pois as informações já estão disponíveis na própria Sudam.

A respeito do QE houve uma modificação em relação à cesta de indicadores proposta pelo GT 43 Sudam, pelos mesmos motivos expostos na análise eficiência, a ausência de informações sólidas a respeito do DVA. Na original era inserido o Valor Total Adicionado (VTA) por meio do DVA, no entanto optou-se por utilizar o indicador de emprego, que atende a metodologia do impacto intermediário, definido como “[...] o resultado intermediário gerado pelos produtos e serviços de um determinado sistema em seu beneficiário direto” (MPOG, 2009, p.20).

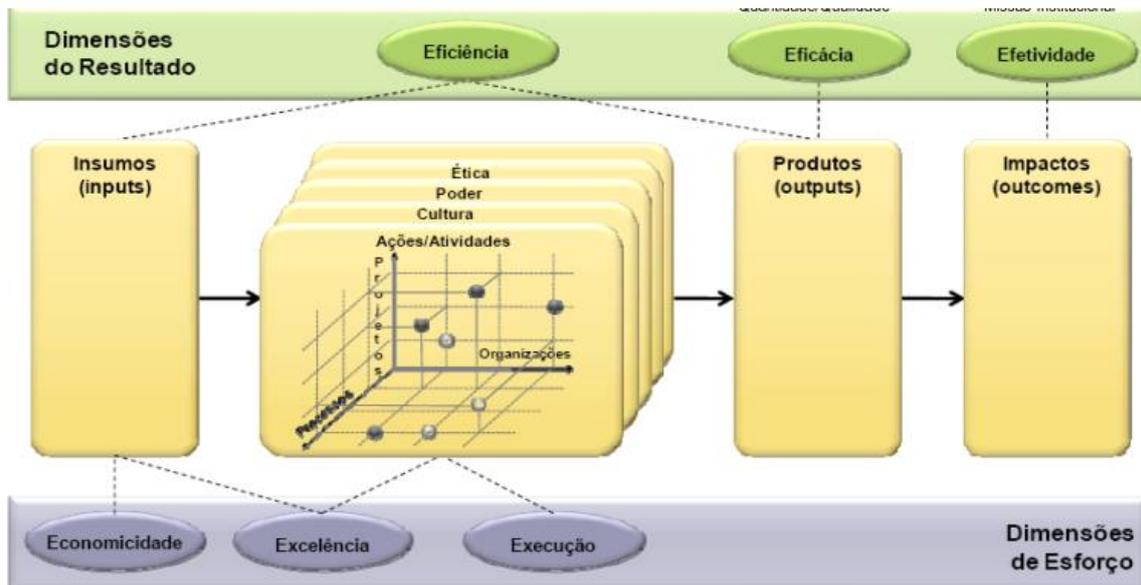
Na literatura são encontradas avaliações que verificam os impactos da ação governamental, analisando cada nível de desempenho e seguindo uma matriz lógica de avaliação. O BNB (2010) formula uma matriz de estrutura lógica do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sob uma ótica *ex post*<sup>2</sup>: Objetivo → Ações → Produtos → Resultados → Impactos, no qual detalha os objetivos gerais do FNE, enumera as ações e subprogramas implementados, cita os produtos gerados, como empresas implantadas, os resultados gerados, como aumento da produção e os impactos verificados na região, a exemplo da elevação do PIB.

Antes disso, o TCU estruturou um marco lógico para estrutura do governo (Portaria nº 39/2001-TCU), que dividia em etapas os ciclos de avaliação, em economicidade, excelência, execução, eficiência, eficácia e efetividade, o que deu origem aos 6Es. Seguindo esta linha, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou em 2009 um guia referencial para medição de desempenho e manual para construção e indicadores (MPOG, 2009), para balizar as avaliações existentes no Brasil, o qual será exposto a lógica na figura que segue:

---

<sup>2</sup> Existem dois tipos de períodos em que uma avaliação pode ser aplicada. A *ex ante*, antes da implantação do plano, para projetar possíveis retornos, resultados e impactos para viabilizar a decisão de investir ou não. A outra é a *ex post*, efetuada durante e após a intervenção para aferição dos impactos e resultados obtidos (BNB, 2010).

**Figura 1** – Cadeia de valor e os 6 Es de desempenho



Fonte: MPOG (2009)

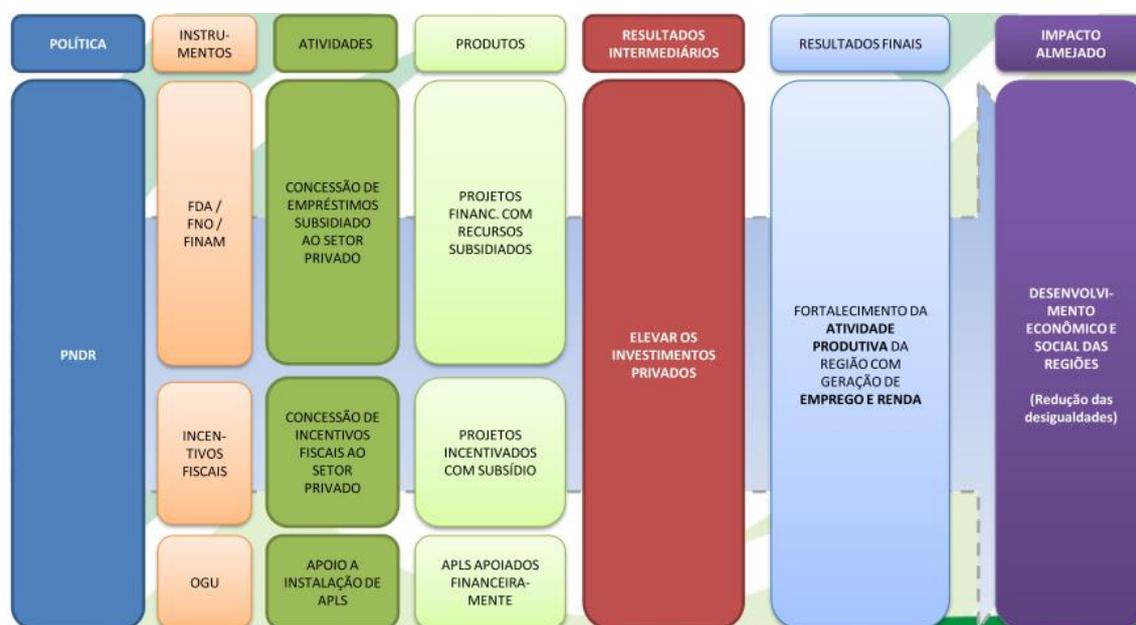
Os elementos da avaliação mostrados no quadro 2 partem da premissa dos seis Es: Economicidade, Excelência, Execução, Eficiência, Eficácia e Efetividade. A lógica do método é a divisão em dimensões e a formação de uma cadeia de valor. Os três primeiros Es medem o esforço necessário para implantação da política, enquanto os últimos avaliam os resultados. A soma dos esforços mais os resultados geram o desempenho, sendo que o objetivo é gerir o desempenho e melhorar o processo de tomada de decisão. A cadeia de valor mostra as etapas que representam a ação governamental, desde a obtenção de recursos até a geração de impactos provenientes dos produtos gerados pela política, e é apresentada junto com as dimensões, por essas apresentarem como as etapas se relacionam.

A dimensão de esforço mensura os custos de implantação da política, mais ligados aos insumos, ações e atividades. As análises são de execução, referente à realização dos processos, projetos e ações conforme os regulamentos estabelecidos; economicidade que objetiva a obtenção de recursos com o menor ônus possível para a gestão dos recursos financeiros e físicos; excelência que é a conformidade das ações com os padrões estabelecidos no mercado para uma melhor execução e economicidade da ação governamental.

Na dimensão de resultado, estão as análises de eficiência, eficácia e efetividade. Avaliações de eficiência agem sobre a etapa de ações e atividade, de como os insumos se transformam em produtos. São necessárias para saber o melhor resultado possível com os recursos disponíveis, se os benefícios prevalecem sobre os seus custos e se os produtos foram obtidos nos prazos e custos projetados. Análises de eficácia avaliam os produtos (outputs) gerados pela política, para verificar se as metas do programa foram atingidas e o grau de alcance dos resultados previstos e programados em um determinado período de tempo. A efetividade avalia a fase dos impactos (outcomes) do programa sobre a população. São as mudanças em longo prazo resultantes da intervenção governamental e respondem quais mudanças foram trazidas para os beneficiários e a sociedade em geral, além de verificar se os resultados geraram os impactos perseguidos pelos objetivos.

Mais especificamente sobre a PNDR e seguindo o método descrito em MPOG (2009) e BNB (2010) é observada uma lógica de atuação no que concerne aos instrumentos para a Amazônia, conforme abaixo.

**Figura 2** – Lógica de atuação da PNDR na Amazônia.



Fonte: GT 43 Sudam.

A figura 2 apresenta a lógica da atuação da PNDR enquanto programa governamental. Ela objetiva a redução das desigualdades regionais, cujos insumos são

os instrumentos da política. No âmbito do FDA, as atividades são as concessões de empréstimos subsidiados ao setor privado, os produtos são os projetos financiados com recursos subsidiados. Nos resultados, há uma subdivisão em intermediários e finais. Os intermediários se referem aos resultados específicos dos instrumentos, elevação dos investimentos privados, enquanto os finais se referem aos da política, fortalecimento da atividade produtiva com geração de emprego e renda. O impacto é o cruzamento entre aquilo que a política objetivou e os resultados apresentados podendo ser intermediário (do instrumento) ou final (da política). Na PNDR o impacto é a redução das desigualdades e desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o relatório chega até a fase de impacto intermediário, propriamente do instrumento da política.

## 2. RESULTADOS

Os resultados da avaliação são divididos conforme o estipulado no quadro 2. Execução na dimensão de esforço e eficiência, eficácia e efetividade na dimensão de resultado. Ademais, são feitas análises acerca dos resultados dos indicadores no período de 2006 a 2014.

### 2.1 ESFERA DA EXECUÇÃO

Na esfera da execução e dimensão do esforço são demonstrados os indicadores de Taxa de Esforço Fiscal do FDA (TEEF) e Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF) que estão no primeiro “E” da avaliação aqui apresentada.

#### 2.1.1 Taxa de Esforço Fiscal do FDA

O primeiro indicador é a Taxa de Esforço Fiscal do FDA e para uma melhor análise do indicador, primeiramente são analisados os dados que o compõem (valor do orçamento anual e PIB regional), conforme exposto no quadro abaixo:

**Quadro 2** – Valor do Orçamento Anual do FDA e PIB regional (2006-2014)<sup>3</sup>

ANO	Dotação Orçamentária anual do FDA (em milhões de R\$) (A)	Taxa de crescimento	PIB Regional (em milhões de R\$) (B)	Taxa de crescimento	PIB São Paulo (em milhões de R\$)	Taxa de Esforço Fiscal do FDA - TEEF (A/B)
2006	684	-	183.871	-	802.655	0,37
2007	771	12,6	207.871	13,1	902.784	0,37
2008	852	10,6	246.576	18,6	1.003.015	0,35
2009	986	15,7	260.357	5,6	1.084.353	0,38
2010	1.033	4,7	306.367	17,7	1.247.596	0,34
2011	1.189	15,2	347.143	13,3	1.349.465	0,34
2012	1.398	17,5	371.033	6,9	1.408.904	0,38
2013	1.398	-	-	-	-	-
2014	1.398	-	-	-	-	-
<b>MÉDIA</b>		12,7		12,5		0,36

**Fonte:** Contas Regionais do IBGE e CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

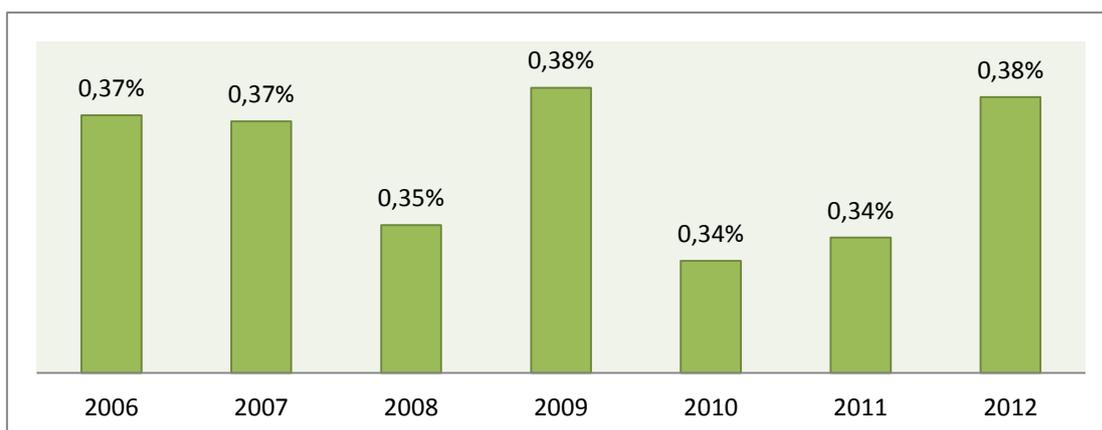
<sup>3</sup> Até a publicação deste relatório as Contas Regionais do IBGE divulgaram o PIB até 2012 e se adicionou à região norte os valores de Mato Grosso e Maranhão para obtenção do PIB da Amazônia Legal.

Em 2012, o PIB regional representou R\$371,14 bilhões, enquanto o valor do orçamento do FDA foi de R\$1,398 bilhão, representando uma taxa de esforço fiscal de 0,38%. Nota-se, a partir do quadro 2, que a taxa média de crescimento anual do orçamento do FDA (12,7%) é levemente superior à taxa média de crescimento anual do PIB regional a preços correntes (12,5%). Ademais, nota-se que ocorreu uma rigidez no orçamento do FDA desde 2012.

Esta diferença de taxas de crescimento do PIB em relação ao restante do Brasil é necessária por ser uma região que historicamente apresenta reduzido PIB e baixos indicadores socioeconômicos e de produtividade. Como exemplo, o Estado de São Paulo em 2012 apresentou um PIB de R\$ 1,40 trilhão, quase quatro vezes maior do que o somatório dos PIB's das UF's da Amazônia Legal (R\$371,14 bilhões).

A rigor, a taxa de esforço fiscal indica o quanto é retirado da riqueza produzida da região para financiamentos do FDA, apesar da fonte ser o Orçamento Geral da União (OGU). O gráfico 1 mostra que ao longo do tempo, o valor do orçamento anual do FDA situa-se entre 0,34% e 0,38% do PIB regional, o que aponta para uma taxa de esforço fiscal do FDA médio de 0,36%, significando que, em média, a cada R\$ 1,00 de riqueza produzida na região, menos de R\$ 1 centavo (R\$ 0,0036) é destinado ao Fundo.

**Gráfico 1** – Taxa de Esforço Fiscal do FDA (TEFF) de 2006 a 2012.



**Fonte:** Elaboração dos próprios autores.

Constata-se ainda que a taxa de esforço fiscal do FDA apresenta significativa regularidade ao longo do período, na qual os valores orçados para o fundo acompanham o crescimento do PIB da Amazônia Legal a preços correntes.

Para efeitos de comparação, o mesmo indicador para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) mostra resultados iguais ou inferiores aos mostrados pelo FDA oscilando de 0,31% em 2010 e 0,34% em 2012 com média de 0,34% no período 2006-2012. O parâmetro mostra-se válido, pois a Amazônia e o Nordeste são historicamente objetos da política de desenvolvimento regional brasileira.

Nesse contexto, nos dois casos o esforço fiscal mostra-se regular, mas representa uma parcela reduzida do PIB, principalmente quando se atenta para a finalidade dos fundos (investimentos em projetos estruturantes) e às macrorregiões a que se destinam (pouco atrativas ao capital produtivo, notadamente, em função de suas carências em infraestrutura e logística).

Em suma, com enfoque no contexto amazônico, o FDA tem um esforço pouco significativo em relação ao PIB e pode ser estimulado, não apenas no sentido de promover infraestrutura e obras germinativas, mas também dar alternativas de financiamento para setores estratégicos e carentes na região. O aprimoramento do FDA em consonância com outros instrumentos da PNDR, explícitos ou implícitos, é necessário para diminuir desigualdades econômicas, sociais e políticas no território.

### 2.1.2 Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF)

O outro indicador de execução é a Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF). Ele é formado pelo valor empenhado dividido pelo valor do orçamento anual do FDA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 3 - Taxa de Execução Orçamentária FDA (TEOF) de 2006 a 2014.**

ANO	Valor Empenhado FDA (em milhões de R\$) (A) <sup>4</sup>	Dotação Orçamentária anual do FDA (em milhões de R\$) (B)	Taxa de Execução Orçamentária FDA - TEOF (A/B)
2006	608,86	684,42	89%
2007	81,65	770,74	11%
2008	0	852,32	0%
2009	405,03	986,48	41%
2010	1.013,66	1.032,60	98%
2011	1.189,50	1.189,50	100%
2012	1.178,36	1.397,51	84%
2013	1.397,51	1.397,51	100%
2014	1.397,51	1.397,51	100%

<sup>4</sup> Dados extraídos do valor empenhado por UF de MI (2015).

TOTAL/MEDIA	7.272,08	9.708,59	75%
-------------	----------	----------	-----

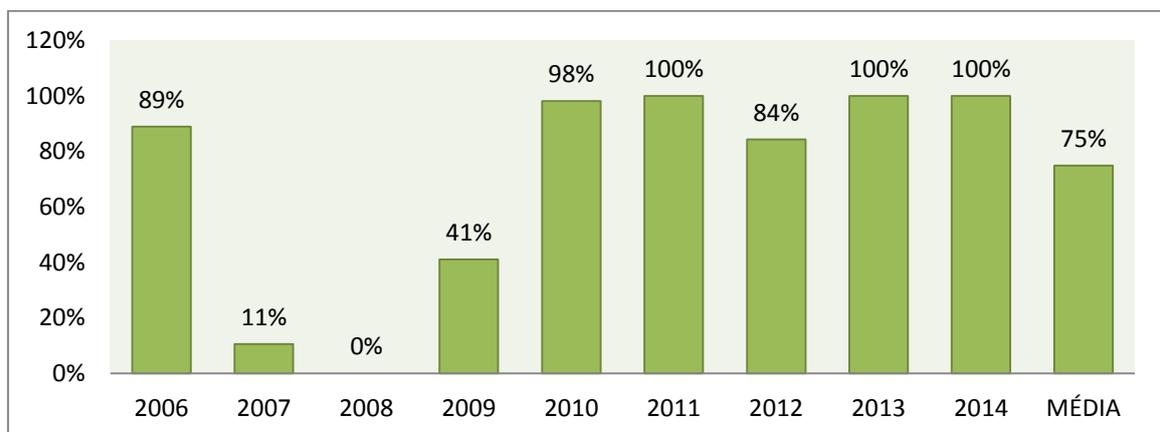
Fonte: MI (2015) e CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Nota-se para o período avaliado que o valor empenhado anualmente pelo FDA é inconstante no geral e regular após 2010 chegando ao teto orçamentário em alguns anos. Ao longo de todo o período 2006-2014, o valor do orçamento do FDA chegou à cifra de R\$ 9,7 bilhões, enquanto o valor empenhado foi de R\$ 7,2 bilhões conferindo uma taxa de execução orçamentária média de 75%, o que caracteriza a regular executividade do instrumento. Nos exercício de 2011, 2013 e 2014 a taxa de execução orçamentária alcançou sua plenitude, quando o valor empenhado correspondeu a 100% do orçado.

Para efeito comparativo, a TEOF do FDNE possui media inferior a do FDA na série analisada, 59%. Assim como no FDA, a série do FDNE se mostrou inconstante no geral, atingindo picos de 100% ou acima de 90% de 2009-14, com exceção de 2011. Entretanto, em outros anos os valores foram bem inferiores atingindo 0% (2006), 4% (2007), 34% (2008) e 32% (2011), considerado baixo<sup>5</sup>.

No FDA, ainda que em 2008 não ocorra registro de valores empenhados, nota-se nos três exercícios seguintes uma tendência de crescimento da taxa de execução orçamentária. A irregularidade é justificada pela crise econômica em 2008 e por problemas na demanda como garantias, documentação, recursos próprios e falta de adequação do pleito às áreas prioritárias. O gráfico abaixo mostra os valores da TEOF.

**Gráfico 2 – Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF)**



Fonte: MI (2015) e CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

<sup>5</sup> Fonte: Relatórios de Gestão do FDNE e MI (2015).

Há uma aparente estabilidade a partir de 2010 no indicador, com valores próximos ao máximo que podem trazer suposições como “Tudo que é orçado é gasto”.

Nesta parte cabe uma pequena ressalva quanto ao funcionamento do Fundo. Para a obtenção de recursos, as empresas apresentam à Sudam carta consulta (até abril de 2012) ou consulta prévia (após abril de 2012), que confere o enquadramento ao regulamento deferindo ou não o pleito. Em caso de aprovação, o valor é empenhado. Em seguida, o proponente apresenta projeto à Sudam (Decreto nº 4.254/2002) e ao agente operador Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Decreto nº 7.839/2012), que analisa a viabilidade econômico-financeira dos projetos e decide se assume o risco da operação. Após análise e aprovação pelo agente operador o projeto é encaminhado para decisão final da Sudam, que aprova e encaminha para a fase de contratação e em seguida de liberação.

Em outras palavras, cartas-consulta/consultas prévias aprovadas têm valores empenhados, mas podem não virar projetos aprovados com valores liberados, pois os agentes operadores podem decidir pela não assunção do risco. Se não se tornarem projetos, os valores empenhados são cancelados.

A mudança normativa em 2012 foi fundamental para este panorama. Neste ano, o operador financeiro passou a ser responsável por 100% do risco dos projetos aprovados. A medida Provisória nº 564, de 03/04/2012, transformada na Lei nº. 12.712 em 30/08/2012 implementou modificações nos Fundos de Desenvolvimento geridos pelas Superintendências Regionais com o objetivo de criar um patrimônio próprio para os fundos e aumentar sua autonomia financeira em relação ao Tesouro Nacional. A modalidade de participação do FDA nos projetos que era por subscrição e integralização de debêntures passou a ser por instrumento de crédito e o risco que era de 97,5% do Fundo, passou a ser assumido 100% pelo agente operador. Isso ocasionou alguns efeitos na dinâmica do instrumento.

Um dos efeitos foi a diminuição dos projetos aprovados, como será melhor exposto nos indicadores de eficiência e eficácia. No ano de 2012 não houve projetos aprovados e no biênio seguinte (2013-2014), das 19 cartas consultas e consultas prévias aprovadas e empenhadas somente duas tiveram seus projetos aprovados pelos agentes operadores. O fato é que o risco de 100% das operações tende a tornar o FDA menos

atrativo para os bancos se comparado aos Fundos Constitucionais. Um instrumento acaba sendo concorrente do outro, no caso do Banco da Amazônia S.A.

Outro fator para não aprovação de projetos em 2012 foi um longo período de ausência de normatização, uma vez que a Medida Provisória que instituiu as mudanças foi publicada em 03 de abril de 2012, mas somente em 09 de novembro de 2012 foi editado o Decreto nº. 7.839 que aprovou o novo regulamento.

Outro efeito foi sobre o orçamento do Fundo. A MP nº. 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, previa que de 2003 até o exercício de 2013 a alocação de recursos do Tesouro Nacional para o Fundo seria equivalente ao valor da dotação de 2002 atualizado pela variação acumulada da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, ou seja, havia uma previsão de cálculo para o orçamento do FDA durante esse período. A partir de 2013, sem previsão de cálculo, o Tesouro Nacional optou por repetir o orçamento de 2012 nos exercícios de 2013 e 2014, não havendo, portanto, variação do orçamento nesse biênio e causando um congelamento na dotação orçamentária.

A TEOF se apresenta regular na série estudada, mas leva em conta somente a fase entre orçado e empenhado e não os projetos aprovados. Dessa forma, quando a TEOF chegou a 89% em 2006 foram aprovados 8 projetos, enquanto em 2014, quando ela atinge 100%, o número de projetos aprovados foi de apenas 1, como apontado pelo indicador seguinte. Antes de 2012, havia problemas na demanda, como garantias, documentação e recursos próprios inadequados e após 2012, o problema se transferiu para a oferta pela “financeirização” e mudança da administração do risco do Fundo.

## **2.2 EFICIENCIA DE APLICAÇÃO DO FDA**

Na esfera da eficiência e dimensão de resultado são demonstrados os indicadores de Taxa de Efetivação da Demanda (TED) e Tempo Médio de Liberação dos Recursos (TMLR) que estão no segundo E da avaliação.

### **2.2.1 Taxa de Efetivação da Demanda (TED)**

A taxa de efetivação da demanda (TED) é representada pelos valores das cartas consultas e consultas prévias apresentadas à Sudam divididos pelos valores aprovados no ano. Os valores estão representados no quadro 4 abaixo.

**Quadro 4 – Taxa de Efetivação da Demanda (TED)**

ANO	Cartas Consultas e Consultas Prévias aprovadas na Sudam (em milhões R\$) (A)	Nº de Cartas Consultas e Consultas Prévias aprovadas na Sudam	Valor Aprovado FDA (em milhões de R\$) (B)	Projetos aprovados pela Sudam	TED (A/B)
2006	675	11	619,1	8	92%
2007	22,14	1	0	0	0%
2008	750,48	5	84,27	3	11%
2009	2.152,09	9	334,06	2	16%
2010	1.516,37	8	2.255,81	4	149%
2011	219,63	3	371,78	2	169%
2012	1.150,82	6	0	0	0%
2013	1.947,76	6	124,5	1	6%
2014	2.335,60	10	576,06	1	25%
<b>TOTAL</b>	<b>10.769,89</b>	<b>59</b>	<b>4.365,58</b>	<b>21</b>	<b>41%</b>

Fonte: CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam

No quadro 4 há uma grande oscilação dos valores da TED, influenciados tanto pelos valores das cartas apresentadas quanto pelo valor efetivamente liberado, somando um total de 41% no período, porém atingindo picos de 169% em 2011 ou vales de 0% em 2007 e 2012.

Vale ressaltar que cartas consultas aprovadas em um exercício só tem projeto aprovado em exercícios posteriores, dada dinâmica do próprio fundo, visto que as cartas-consulta e os projetos precisam ser apreciados por diferentes instituições.

Após uma queda brusca no ano de 2007, o fundo volta a apresentar crescimento na demanda no biênio 2008 e 2009, com 14 cartas-consulta aprovadas totalizando aproximadamente R\$3 bilhões, dos quais 5 viraram projetos aprovados.

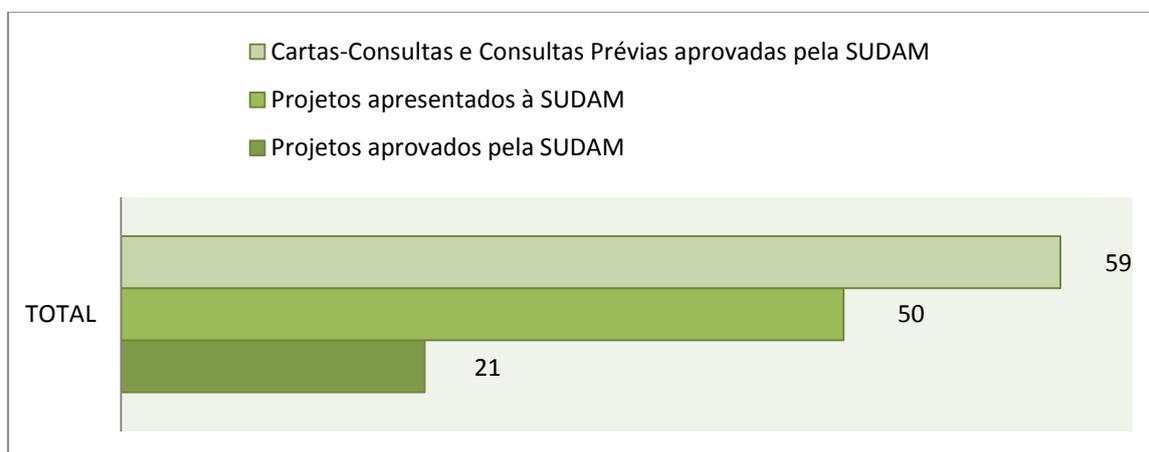
Destaca-se que as cartas-consulta aprovadas nos anos de 2008 e 2009 tiveram seus projetos aprovados nos anos subsequentes (2010 e 2011), refletindo em uma TED bem acima de 100%.

Nota-se que no período de 2012 a 2014, apesar da demanda pelos recursos do FDA continuar elevada, com a aprovação de 22 consultas prévias, somente 2 projetos foram aprovados. Credita-se esse fato a “financeirização” do fundo e a assunção de 100% do risco da operação pelos agentes operadores, previsto no novo Regulamento do FDA, como verificado no indicador de execução.

Com relação à demanda total, no período de 2006-2014, 159 cartas-consulta e consulta prévia ingressaram na Sudam. A grande maioria (100 pleitos) tornaram-se inelegíveis por falta de enquadramento às normas do fundo, sendo as ocorrências mais comuns para o não atendimento: atividades não inseridas nos setores considerados prioritários ou fora do escopo de um fundo de desenvolvimento e/ou ausência de documentação necessária ao pleito.

Em complemento ao indicador, o gráfico 3 mostra o somatório no período 2006-2014 das firmas tidas como uma demanda qualificada, que passaram pelo crivo inicial da Sudam e obtiveram aprovação de suas cartas-consulta e consultas prévias até chegar ao nível do projeto aprovado.

**Gráfico 3** - Demanda pelo FDA no período 2006-2014



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam

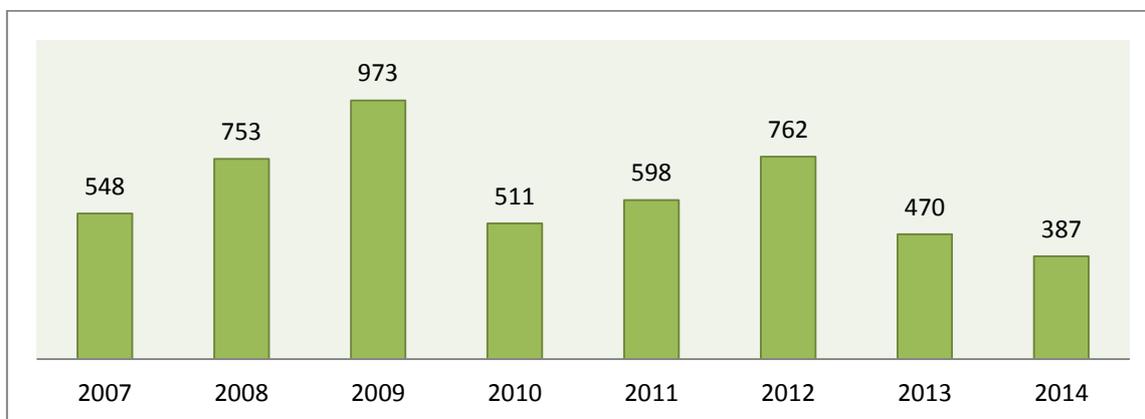
Entre os 59 pleitos considerados aptos à concessão do financiamento, 50 se transformaram em projetos, sendo que 21 propostas de investimentos na região obtiveram êxito e chegaram à etapa final com a aprovação e posterior execução do projeto. Vários fatores contribuíram para a não aprovação de 28 projetos. Dentre estes podemos citar garantias inadequadas e/ou insuficientes, falta de documentação necessária à análise e recursos próprios não comprovados.

### 2.2.2 Tempo Médio de Liberação dos Recursos (TMLR)

O outro indicador de eficiência, Tempo Médio de Liberação dos Recursos (TMLR) se torna um complemento à TED por pontuar o tempo entre a entrada da carta

consulta e/ou consulta prévia das empresas que tiveram projetos aprovados e a liberação dos recursos. Os prazos médios de liberação estão contidos no gráfico que segue.

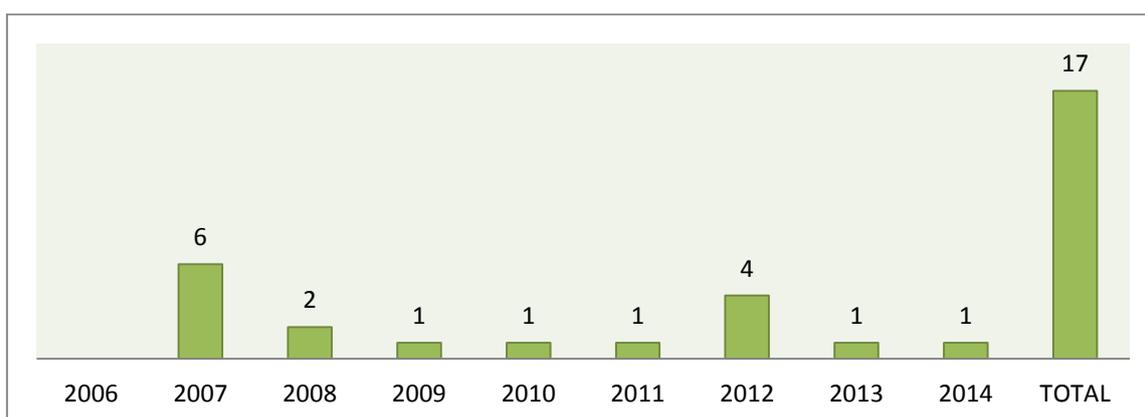
**Gráfico 4** – Tempo Médio de liberação dos Recursos (TMLR) em dias.



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam

O gráfico 4 representa a quantidade de dias que os projetos liberados naquele ano levaram da entrega da carta consulta até a primeira liberação. Por exemplo, os 6 projetos cuja primeira liberação ocorreu em 2007 levaram em média 548 dias até o processo ser concluído e o recurso liberado. O gráfico abaixo é complementar ao anterior e mostra o ano da 1ª liberação dos projetos aprovados em vigor.

**Gráfico 5** – Projetos aprovados por ano da primeira liberação



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

O ano de 2007 foi o primeiro que efetuou liberações dos projetos aprovados nos anos anteriores. Coincidentemente, ele foi o que houve mais liberações, seis, ficando a TMLR em 548 dias naquele ano. De 2008 a 2009 houve um salto no indicador, mesmo com uma retração do número de liberações, 2 em 2008 e 1 em 2009, chega-se ao maior

numero do indicador, de 978 dias para liberação do único projeto de 2009. Nos dois anos seguintes, os únicos projetos liberados se mantiveram abaixo dos 600 dias, enquanto que os quatro de 2012 chegaram a 762 dias. A partir daí houve uma significativa redução para patamares menores que os anteriores, muito provavelmente em decorrência da mudança da legislação. Os únicos projetos de 2013 e 2014 atingiram apenas 470 e 387 dias respectivamente.

Ademais, nota-se uma diferença entre o número de projetos aprovados (21) e o de projetos com o primeiro recursos já liberado (17), pois 04 deles foram cancelados no período entre aprovação e liberação.

O parâmetro para a análise do indicador se baseia no Decreto nº 4.254 de 31 de maio de 2002, que regulamentava os prazos do FDA antes de 2012, e no Decreto nº 7.839 de 09 de novembro de 2012, que passou a regulamentar o fundo a partir de então. No decreto de 2002, entre a apresentação da carta consulta e a celebração de contrato entre o agente operador e a empresa, o trâmite deveria ter o prazo regulamentar de 695 dias e pode ser acrescido do prazo concedido à empresa para apresentação de documentos e informações adicionais. Ademais, o prazo de liberação de recurso deveria ser de 360 dias a contar da data de celebração do contrato entre o agente operador e a empresa, prorrogáveis por igual período. No total, entre o pedido e a efetiva liberação o trâmite poderia durar até 1415 dias, o que a Sudam cumpriu no período analisado, visto que chegou ao máximo de 973 dias em 2009.

Após a mudança de 2012, o trâmite entre a apresentação da consulta prévia e a contratação ficou em 625 dias, porém o período de liberação não possui mais prazo, o que pode aumentar ainda mais o tempo do pleito. No entanto, os resultados demonstram que a tendência foi de diminuição dos prazos completos do processo, como visto em 2013 em que o prazo foi de 470 dias e 2014, de 387 dias, praticamente menos da metade do pico da série (2009 foi de 973 dias).

Nota-se que a instituição cumpre o normativo em relação a PMLR e a tendência é a diminuição do período de análise e liberação do recurso, já chegando a patamares próximos de um ano no último período, apesar de não haver mais prazo entre a contratação do projeto e a liberação dos recursos. Entretanto, ainda se faz necessário um lapso temporal de no mínimo 360 dias para pedido e liberação.

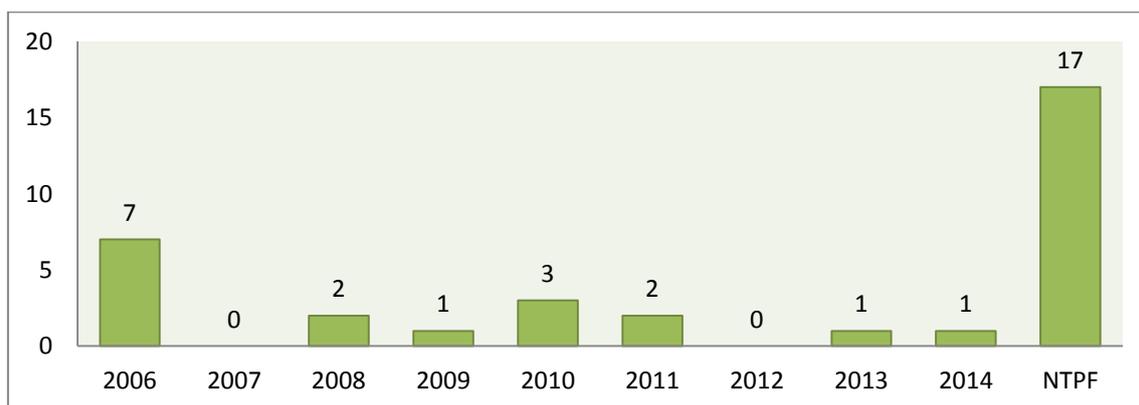
## 2.3 ANÁLISE DE EFICÁCIA

Na esfera da eficácia e dimensão de resultado são demonstrados os indicadores de Número Total de Projetos Financiados (NTPF) e Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos (TCCP) que estão no terceiro E da avaliação

### 2.3.1 Número Total de Projetos Financiados (NTPF)

O primeiro indicador é o Número Total de Projetos Financiados (NTPF) que enumera os projetos aprovados que tiveram recursos liberados e estão em vigor, conforme o gráfico a frente. Logo em seguida é feita a distribuição por UF, Atividade Econômica e pela Tipologia da PNDR.

**Gráfico 6** - Número Total de Projetos Financiados (NTPF) – (2006-2014).



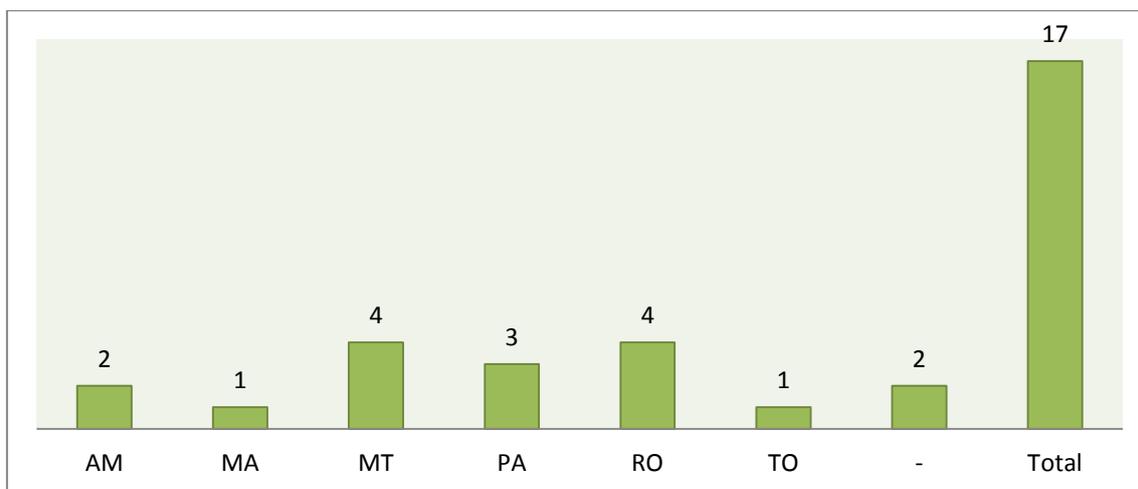
**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

A NTPF mostra que o número de projetos aprovados e que ainda estão em vigor é pequeno e mostrou oscilações ao longo dos anos. Em 2006 foram aprovados 7 projetos, no entanto em 2007 não houve nenhum. O motivo mais provável foi a instabilidade gerada pelo momento de mudanças na recriação da Sudam. Em 2008, foram 2 projetos aprovados e em 2009, 1. Os três projetos aprovados em 2010 podem refletir o bom momento econômico vivido pelo país à época. No entanto, é a partir de 2012 que a mudança sobre a legislação do fundo tem desdobramentos sobre as aprovações, conforme indicado nos indicadores de eficiência.

Nota-se uma relação com os gráficos anteriores, pois projetos aprovados tem seus recursos liberados nos anos seguintes (gráfico 5) de acordo com o tempo que dura o processo (gráfico 4).

Nos indicadores anteriores, o número de projetos aprovados totalizou 21, no entanto, 04 deles foram cancelados, o que restringe o campo de atuação do FDA para 17 projetos em diversos tipos de espacialidades e atividades. Abaixo, o gráfico 7 mostra a distribuição por UF dos projetos aprovados pela FDA.

**Gráfico 7 – NTPF por UF (2006-2014).**



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na desagregação por UF, os estados que mais tiveram projetos aprovados pelo FDA foram o Mato Grosso com 4, a maioria em 2006 e o último em 2013 e Rondônia, que foi mais distribuído, pois teve uma aprovação em 2006, 2008, 2010 e 2011. O Pará é o segundo com 3 aprovações também distribuídas em 1 no ano de 2008, 2010 e mais recentemente em 2014. O Amazonas tem 2 aprovações logo no início da série e o Maranhão e o Tocantins tem 1 cada, o primeiro em 2009 e o segundo em 2006.

Dois projetos aprovados em 2010 e 2011 são linhas de transmissão de energia que perpassam por mais de um estado, uma que vai do Pará para o Amapá e outra que vai do Pará para o Amazonas. Inclusive estes projetos ajudaram a interligar o Amapá ao Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica (SIN). Os estados do Acre e Roraima ainda não são beneficiados diretamente com os recursos do FDA, porém não é uma especificidade do fundo dado que essas unidades também apresentam problemas de

acesso à outros instrumentos, conforme relatórios de atividades do FNO e Sudam (2010).

Para uma avaliação mais aprofundada da distribuição espacial, a seguir o quadro a divisão da NTPF por atividades econômicas.

**Quadro 5** – NTPF por ano e atividade econômica (2006-2014).

Atividades Econômicas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
UTE*	2			1						3
PCH*	3									3
UHE*	1				1					2
Linhas de Transmissão					2	1				3
Estação Retificadora						1				1
Curtume	1									1
Frigorífico			1							1
Metais			1							1
Transportes								1		1
Produção Óleos									1	1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>17</b>

**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

\*UTE = Usina Termelétrica; PCH = Pequena Central Hidrelétrica; UHE = Usina Hidrelétrica.

Os projetos aprovados em sua maioria são para o setor de energia, no entanto distribuídos em diferentes formas de geração ou transmissão, como as hidrelétricas, termoelétricas e linhões. As Usinas Termelétricas (UTE) foram aprovadas ao número de 3, das quais 2 em 2006 e 1 em 2009. As duas primeiras estão implantadas e juntas tem capacidade para mais de 100 mil KW de potência para fornecimento no Amazonas cujo interior depende deste tipo de geração. A terceira é o único projeto aprovado para o Maranhão na série estudada.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) foram todas aprovadas em 2006 no Mato Grosso e Tocantins. No primeiro, 2 projetos significaram a construção de 3 PCHs e no segundo, uma PCH de 30 mil KW. Numa magnitude maior, foram aprovadas 2 Usinas Hidrelétricas (UHE), entre as quais a UHE de Santo Antônio em Porto Velho com previsão de 3.150,40 MW. A outra UHE está no outro extremo de Rondônia em Pimenta Bueno, mas com um potencial de geração menor, 73 mil KW.

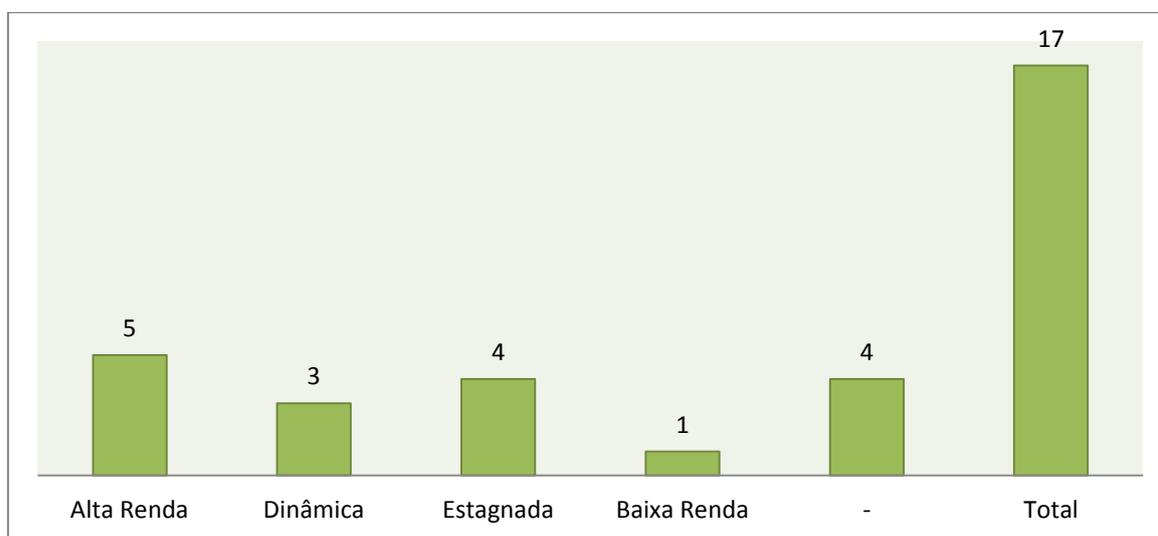
As linhas de transmissão começam a ter os projetos aprovados em 2010. A primeira vai de Oriximiná/PA a Macapá/AP abrangendo 713 km e construções de

subestações ao longo do caminho. As outras duas vão de Tucuruí/PA a Jurupari/AM interligando 527 km e de Oriximiná/PA a Itacoatiara/AM e desta cidade a Manaus/AM por 586 km. Em todas estão sendo construídas subestações.

Ainda no ramo de energia está um projeto em 2011 de construção, operação e manutenção de uma Estação Retificadora em Rondônia. Os outros projetos aprovados são bem diversificados. Houve a implantação de um curtume em 2006 no Mato Grosso, de planta frigorífica em 2008 em Rondônia, ampliação da fabricação de metais no Pará em 2008 e obras de recuperação de 122 km de rodovias no Mato Grosso, além da planta para produção de óleo vegetal como de palma, palmiste e torta de palmiste.

Cabe destacar que dos 17 projetos aprovados, 4 já estão implantados, conforme demonstrado nos anexos, duas PCH no Mato Grosso e Tocantins, UTE no Amazonas e o frigorífico em Rondônia que foram aprovados até 2008. Isso se explica pelo longo período de maturação dos projetos aprovados no escopo do FDA. O gráfico a seguir mostra como a localização espacial do FDA se adequa a PNDR.

**Gráfico 8** – NTPF por Tipologia da PNDR (2006-2014)



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na tipologia da PNDR, 5 projetos estão localizados em microrregiões de alta renda, duas termelétricas em Manaus/AM aprovados em 2006, a UHE de Santo Antônio em 2010 e estação retificadora em 2011, ambas em Porto Velho/RO e uma recuperação de rodovia em Primavera do leste/MT em 2013. Destaca-se que estes projetos têm grandes externalidades positivas para o fornecimento de energia no Amazonas no caso

das termelétricas, para o Brasil como é o caso de Santo Antônio e para transporte local como em Mato Grosso, mesmo localizadas em regiões não prioritárias para a política. Ademais, Porto Velho é definido como Alta Renda, que não é prioridade da PNDR, mas é um município na faixa de fronteira que é prioridade.

Para as tipologias prioritárias 8 projetos foram aprovados. Três nas regiões dinâmicas em diversas atividades e estados, como o curtume e PCH no Mato Grosso em 2006 e a fábrica de vergalhões e gotões em Barcarena/PA em 2008. Na região estagnada, os projetos foram aprovados em 2006 nos municípios de Dianópolis/TO, Juscimeira/MT e Pimenta Bueno/RO e em 2008 em Rolim de Moura/RO. Na baixa renda, o município de Miranda do Norte/MA teve um projeto aprovado em 2009.

A partir de 2010 com a aprovação de projetos de linhas de transmissão, três desses projetos não podem ser tipificados em tipologias, pois abrangem mais de uma região. Destaca-se além nas linhas transmissoras, o ultimo projeto aprovado em 2014, uma agroindústria para produção de óleo vegetal que compreende três municípios do Pará: Tailândia, Tomé-Açu e Mãe do Rio.

### 2.3.2 Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos (TCCP)

O outro indicador é a Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos (TCCP), que aponta a evolução das aprovações do FDA. O indicador se encontra no quadro abaixo.

**Quadro 6 - Taxa de Crescimento da Carteira de Projetos (TCCP) (2006-2014)**

Período	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Nº projetos aprovados	8	0	3	2	4	2	0	1	1	21
Cancelados	1	0	1	1	1	0	0	0	0	4
Nº projetos em vigor	7	0	2	1	3	2	0	1	1	17
Nº projetos em carteira	7	7	9	10	13	15	15	16	17	17
<b>TCCP</b>	-	<b>0</b>	<b>28,6%</b>	<b>11,1%</b>	<b>30,0%</b>	<b>15,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,3%</b>	-

**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Assim como a Taxa de Execução Orçamentária do Fundo (TEOF), nota-se certa inconstância no crescimento da carteira. Tomando-se por base 2006, ano em que se inicia a aprovação das cartas consultas apresentadas, observa-se que a partir de 2008, a

exceção de 2012, a carteira apresenta crescimento. Ademais, nota-se que 4 projetos foram cancelados, o que diminuiu o número de projetos em carteira.

No total, o FDA possui 17 projetos em carteira no momento. A aprovação de três projetos em 2008 fez a taxa saltar para 28,6%, enquanto mais dois em 2009 o fez subir 11,1%. Em 2010 houve um novo salto com a aprovação de 4 projetos, porém um foi cancelado, representando 30% de aumento e a partir daí a taxa apresenta declínio, chegando a zero em 2012, quando o agente operador financeiro passa a assumir exclusivamente o risco da operação, e à 6% em 2013 e 2014.

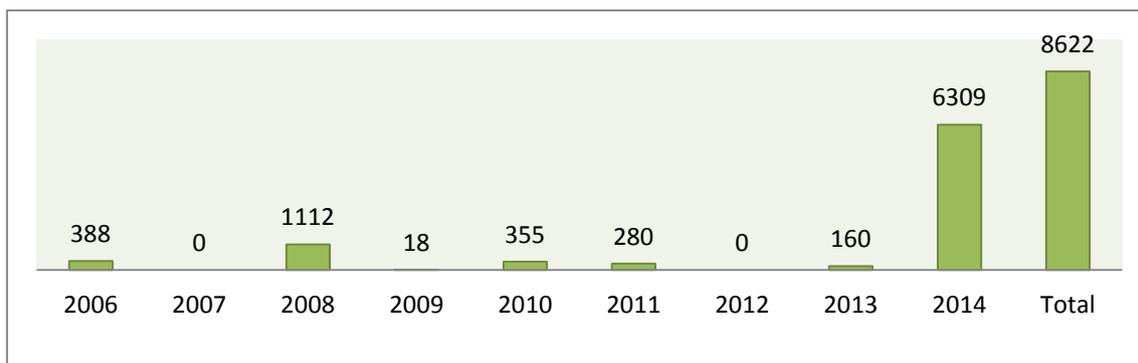
## 2.4 EFETIVIDADE DO FUNDO

Os indicadores de efetividade se dividem em dois: o Quantitativo de Empregos (QE) e o Valor Adicional Investido (VADI). O primeiro analisa a quantidade de empregos estimados pelos projetos em vigor até o ano em análise e o segundo verifica os investimentos projetados pelos recursos do FDA.

### 2.4.1 Quantitativo de empregos (QE)

O QE mostra a quantidade dos empregos estimados pelos projetos vigentes para se ter uma ideia da provável efetividade do fundo, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 9** - Quantitativo de empregos (QE) por ano



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

No QE há um claro aumento de empregos em 2014, isso é decorrente da aprovação de um projeto intensivo em mão de obra não qualificada que gera 6.309 postos de trabalho, entre empregos fixos e variáveis, em três municípios da região nordeste do Pará. Segundo dados da Relação Anual de Informações (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os três municípios que abrigam o projeto

apresentavam em 31 de dezembro de 2014 o total de 20.892 empregos formais e a ocupação com maior destaque é o trabalhador na cultura do dendê. Quando maturado o empreendimento haverá um choque de empregos na região, pois mantidos os dados de 2014, corresponderá a 30% do total, o que pode ocasionar migração para região.

A rigor, trata-se de um empreendimento que tem por objetivo produzir óleo vegetal de palma, palmiste e torta de palmiste. São 60 mil HA de área plantada, contemplando a agricultura familiar (com previsão de 600 famílias beneficiadas com o plantio) e a parceria empresarial (médios e grandes produtores).

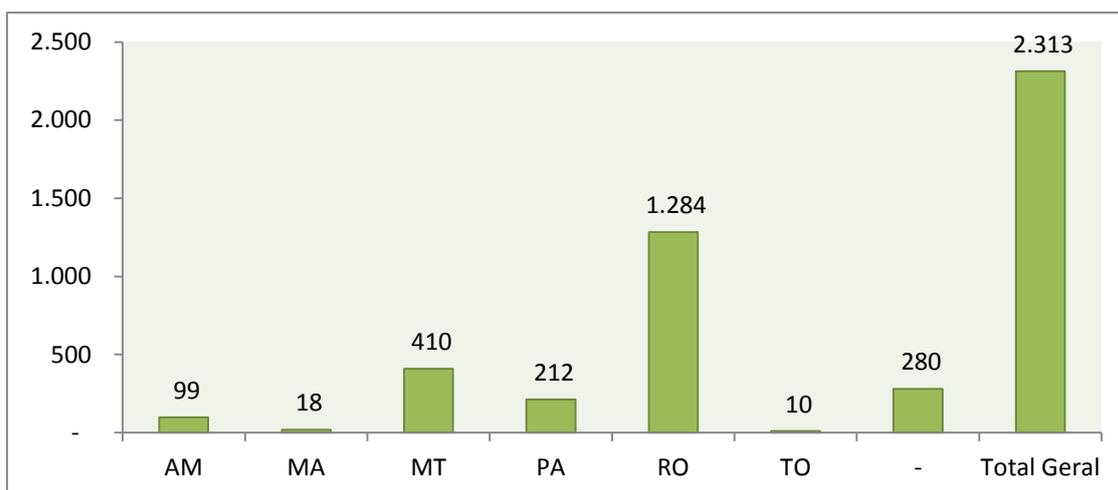
Em 2006 ocorrem as primeiras aprovações que estimaram a geração/manutenção de 388 empregos. No entanto, é em 2008 que ocorre a primeira aprovação mais intensiva em mão de obra, correspondendo ao nível de 1.000 empregos derivada da planta frigorífica, com grande demanda por trabalhadores. Os dados da RAIS de 2014 apontam que o município onde a planta se localiza possuía 11.083 empregos formais, ou seja, 9% dos empregos puderam ser mantidos/gerados pelo empreendimento, que já está implantado.

Em 2009 o indicador cai para 18 empregos pelo perfil do projeto aprovado (UTE), intensivo em capital. Em 2010 e 2011, volta a haver uma melhora na projeção dos empregos, 355 e 280, respectivamente, enquanto em 2012 não há aprovação e 2013, o único projeto aprovado estimou 160 novos postos.

Ao total podem ser gerados/mantidos 8.622 postos de trabalho nos projetos aprovados. Com a exclusão do maior projeto, os postos giram em torno de 2.313 no período 2006-2014.

Como o projeto de produção de óleo vegetal foge a média dos demais e corresponde a 73% dos empregos, se opta a seguir retirar esse empreendimento para o melhor embasamento de como a política está espalhada pelo território e o gráfico a frente que faz a separação por UF ajuda a esclarecer o tema.

**Gráfico 10 – QE por UF**



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na análise por UF, a última aprovação em 2014 é a que mais empregos pode proporcionar o que eleva o Pará ao primeiro lugar em geração/manutenção de empregos. No entanto, ao retirar este projeto da amostra pode-se dizer que o estado mais beneficiado com a geração de empregos é Rondônia, com 1.284 empregos nos projetos aprovados em 2006, 2008, 2010 e 2011, com destaque para 2008 no projeto do frigorífico. Em seguida está o Mato Grosso, com 410 potenciais postos de trabalho, depois aqueles que não possuem apenas um estado como localização com 280. O Pará tem 212, se retirado o projeto de produção de óleo vegetal, e o Amazonas 99. Maranhão e Tocantins tiveram 18 e 10 respectivamente. Em 2007 e 2012 não houve aprovações. A seguir, o quadro 7 mostra a distribuição por atividade econômica.

#### **Quadro 7 – QE por Atividade Econômica**

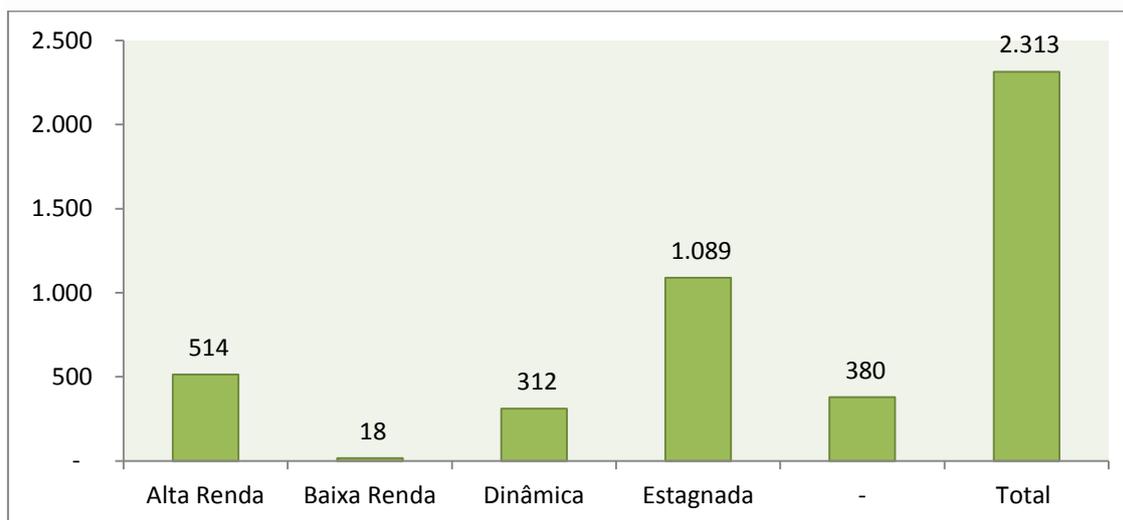
Atividade	2006	2008	2009	2010	2011	2013	2014	Total Geral
Curtume	150							150
Estação Retificadora					100			100
Frigorífico		1000						1.000
Linhas de Transmissão				200	180			380
Metais		112						112
PCH	110							110
Produção óleos							-	-
Transportes						160		160
UHE	29			155				184
UTE	99		18					117
Total Geral	388	1112	18	355	280	160	-	2.313

**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na desagregação por atividade econômica, cabe a mesma separação feita por UF dada a diferença entre a agroindústria e os demais. O frigorífico é a que potencialmente

gera/mantem mais empregos, 1000. A atividade que vem em seguida são as linhas de transmissão com 380. A partir daí começam as atividades envolvem menos de 200 empregos. As UHE projetam 184, os transportes 160 e o curtume 150. Os metais, as PCHs, as UTEs e a estação retificadora podem gerar/manter em torno de 100 empregos. O gráfico a frente expõe a separação por Tipologia da PNDR.

**Gráfico 11 – QE por Tipologia da PNDR**



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

O maior potencial de geração de empregos (6.309) não está enquadrado na tipologia por envolver três municípios diferentes. Assim como ele, dois outros projetos de linhas de transmissão que projetam 380 empregos não podem ser classificados. A tipologia estagnada é a mais beneficiada por potenciais empregos, com 1.089 fruto de 1 projeto aprovado em 2006 e o frigorífico de 2008. A segunda maior é a alta renda, com 514 empregos em potencial distribuídos em 4 projetos. Na região dinâmica são contabilizados 312 postos distribuídos em 2 projetos. Na região de baixa renda, que possui um único projeto aprovado, são prováveis 18 empregos.

No que se refere à tipologia, constata-se que a geração de empregos projetada nos projetos financiados pelo FDA está em consonância com as diretrizes da PNDR, que determina prioridade de investimentos nos municípios classificados como: Baixa renda, estagnados ou dinâmicos, entretanto, há necessidade de maior geração de empregos nos municípios de baixa renda.

A priori, pode supor que o potencial direto de geração de empregos do FDA é reduzido, no entanto seus efeitos estão mais em outras externalidades positivas. Isso

porque os recursos são destinados para projetos estruturantes, que possuem potenciais efeitos multiplicadores que afetam outros setores aumentando a oferta de insumos estratégicos como energia elétrica e infraestrutura, o que acaba beneficiando a estrutura produtiva da região.

#### 2.4.2 Valor Adicional Investido (VADI)

O outro indicador é o Valor Adicional Investido (VADI), que é o somatório do investimento estimado pelos projetos financiados. Segundo o Decreto nº 7.839/2012, o FDA participa do empreendimento através do financiamento de até 60% do valor total do projeto de acordo com o setor, exige-se a participação de recursos próprios de, no mínimo 20% do investimento total, que pode ser realizado concomitantemente ao período de implementação do projeto ou investimentos em capital fixo vinculados ao projeto, realizados nos seis meses imediatamente anteriores a data de apresentação da Consulta Prévia na Sudam.

Nesse sentido, os valores totais correspondem ao Valor Adicional Investido (VADI) encontram-se abaixo.

**Quadro 8** - Valor Adicional Investido (VADI) 2006-2014 (Em milhares de reais)

ANO	FDA (A)	Recursos Próprios	Outras Fontes	VADI (B)	Participação do FDA no Total de Investimentos (A/B) (%)
2006	619.102	222.203	240.957	1.082.291	57,2
2007	-	-	-	-	-
2008	85.267	48.542	28.736	162.544	52,5
2009	334.057	139.039	83.487	556.583	60
2010	1.809.332	4.946.645	8.698.458	15.454.435	11,7
2011	371.789	732.951	975.786	2.080.526	17,9
2012	-	-	-	-	-
2013	124.500	41.500	41.500	207.500	60
2014	576.067	783.744	-	1.359.811	42,4
<b>TOTAL</b>	<b>3.920.114</b>	<b>6.914.623</b>	<b>10.068.924</b>	<b>20.903.691</b>	<b>18,8</b>

**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Nota-se do quadro 8 que os investimentos previstos pelos projetos financiados pelo FDA totalizam R\$ 20,9 bilhões, dos quais o fundo participa com R\$ 3,9 bilhões, sendo o restante: R\$ 6,9 bilhões oriundos de recursos próprios e R\$ 10,0 bilhões

resultantes de outras fontes de financiamentos, sendo que destes R\$ 1,5 bilhão são provenientes do FNO6.

Assim como no indicador de emprego, os investimentos projetados possuem um empreendimento que foge ao comum. Em 2010, o FDA aprovou recursos para UHE de Santo Antônio, que estimou em R\$ 15,4 bilhões os investimentos totais, no qual o fundo participa em 11% do valor. A maior parte dos recursos é própria ou proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), isso corresponde a 73,9% do VADI total em todo o período 2006-2014, similar ao QE, no qual a agroindústria para produção de óleo vegetal correspondeu ao mesmo percentual.

Se excluída a UHE, o total de investimentos previstos nos projetos aprovados alcança R\$7,4 bilhões, dos quais o FDA participa com R\$3,2 bilhões, o que significa 44% dos investimentos.

Em todos os anos, a participação do FDA não ultrapassa os 60% do investimento. Até 2008 atinge patamares próximos e em 2009 chega ao teto. Em 2010 e 2011 são aprovados os maiores projetos e a participação relativa do FDA cai para 11% e 17% respectivamente. Em 2012 e 2013, anos em que houve apenas um projeto aprovado o percentual chegou a 60% e 42%.

Fora a UHE de Santo Antônio, o maior investimento é a retificadora e uma linha de transmissão que totaliza R\$2 bilhões e o menor é o frigorífico em 2008 com R\$162 milhões. A maior participação do FDA ocorreu em 2006 nos 7 projetos aprovados que contabilizaram R\$ 620 milhões e o menor foi também o frigorífico em 2008. A maior previsão de recursos próprios (R\$ 738 milhões) está na agroindústria de produção de óleos vegetais em 2014, a qual não prevê outras fontes de financiamento além do FDA, e a menor é a fabricação de metais (R\$ 11 milhões) iniciada em 2008. Na captação de outras fontes, 2011 requereu maior financiamento exógeno ao FDA, enquanto os projetos de 2008 requereram a menor participação de outros recursos. (ver anexo).

Para efeitos de comparação, no ano de 2014, os investimentos previstos pelo FDA alcançaram um montante de R\$ 576 milhões, o que corresponde a 39% do investimento total realizado pelo estado do Pará em 2014, que foi de R\$1,4 bilhão,

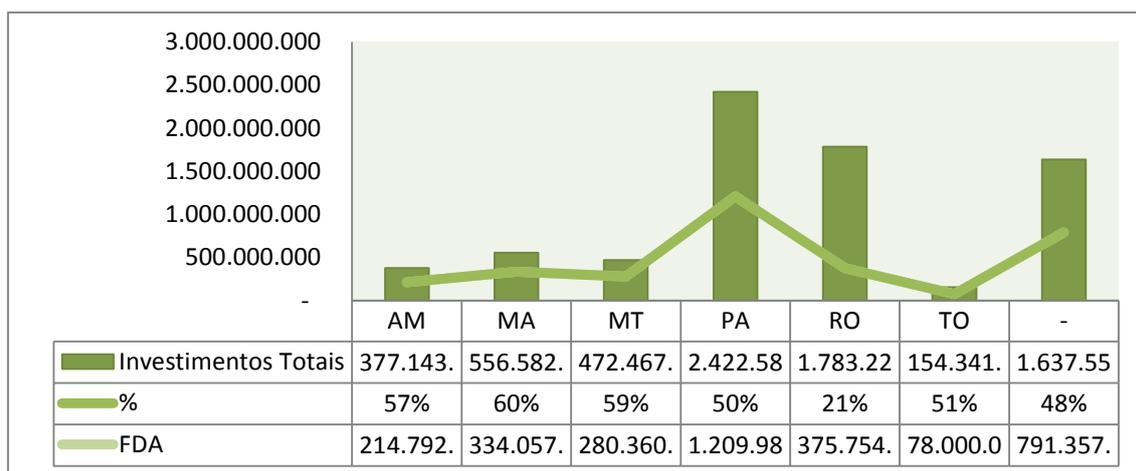
---

<sup>6</sup> Valor extraído da Coordenação de Integração de Políticas do Banco da Amazônia S.A.

segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>7</sup>. Isso denota uma boa participação do FDA nos investimentos nos estados.

Os valores abaixo mostram a separação por UF, Atividade e Tipologia assim como realizado nos indicadores anteriores. Como realizado no QE, se opta por retirar dos quadros e gráficos o projeto que foge da média, pois isso pode prejudicar a análise.

**Gráfico 12 – VADI por UF.**



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na separação por UF, o investimento na UHE de Santo Antônio eleva Rondônia à UF com maior valor investido. No entanto, excluída a UHE, o Pará é o que tem maior valor nominal de investimentos totais e de valores aprovados pelo FDA.

No Pará os investimentos foram mais distribuídos ao longo dos anos, inclusive incorporando a aprovação mais recente (2014) e que gerou mais emprego no período. Só este pleito correspondeu a R\$ 0,5 bilhão do orçamento do FDA participando em quase metade dos recursos aprovados para o estado.

O terceiro estado com mais investimentos totais estimados é o Maranhão, seguido por Mato Grosso, Amazonas e Tocantins. Os investimentos não estabelecidos em estados são as linhas de transmissão que passam por mais de uma UF, como é o caso do Amapá, que foi integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) via conexão com o estado do Pará pelo financiamento de um linhão de transmissão de energia.

<sup>7</sup> Investimento extraído da Execução Orçamentária dos Estados (2014) na rubrica despesas orçamentárias pagas.

Em todo o período analisado, os quatro estados (AM, MA, TO e MT), no montante, tiveram recursos do FDA da ordem de R\$ 0,8 bilhão, com investimentos totais previstos de R\$ 1,5 bilhão, representando que o FDA compõe boa parte do portfólio das operações. Percebe-se ainda a ausência dos estados do Acre e Roraima nos investimentos com participação do fundo.

Em termos de participação relativa, o VADI apresenta 60% proveniente do FDA no Maranhão, 59% no Mato Grosso e 57% no Amazonas. No Pará e Tocantins fica na casa dos 50% e os empreendimentos não definidos por estados não passam de 48%.

Na separação por atividade econômica, a participação do FDA nos investimentos totais continua abaixo dos 60%. Esse valor foi atingido no curtume, transportes e na UHE, quando se retira Santo Antônio. O quadro abaixo mostra estes dados.

**Quadro 9 – VADI por Atividade Econômica 2006-2014 (Em reais)**

Atividade Econômica	FDA	Investimentos Totais	%
Curtume	17.416.046	29.073.247	60%
Estação Retificadora	150.000.000	1.392.246.000	11%
Frigorífico	53.792.703	103.851.708	52%
Linhas de Transmissão	1.393.804.779	2.641.639.296	53%
Metais	31.474.021	58.692.477	54%
PCH	216.444.600	390.235.676	55%
Produção óleos	576.067.000	1.359.810.996	42%
Transportes	124.500.000	207.500.480	60%
UHE	171.961.820	287.129.337	60%
UTE	548.849.448	933.726.379	59%
<b>Total</b>	<b>3.284.310.417</b>	<b>7.403.905.596</b>	<b>44%</b>

**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

A atividade que mais projetou investimentos totais foram as linhas de transmissão com R\$2,6 bilhões. Elas também foram as que mais tiveram recursos aprovados nominalmente, R\$1,3 bilhão, o que representou um percentual de 53% do investimento.

A estação retificadora mostra que estima um alto investimento, no entanto ao contrário das linhas de transmissão tem pouca participação do FDA (11%). O contrário se verifica no projeto de produção de óleo vegetal que está no mesmo patamar de investimentos totais que a Retificadora, porém sua participação é bem maior, 42%. Vale

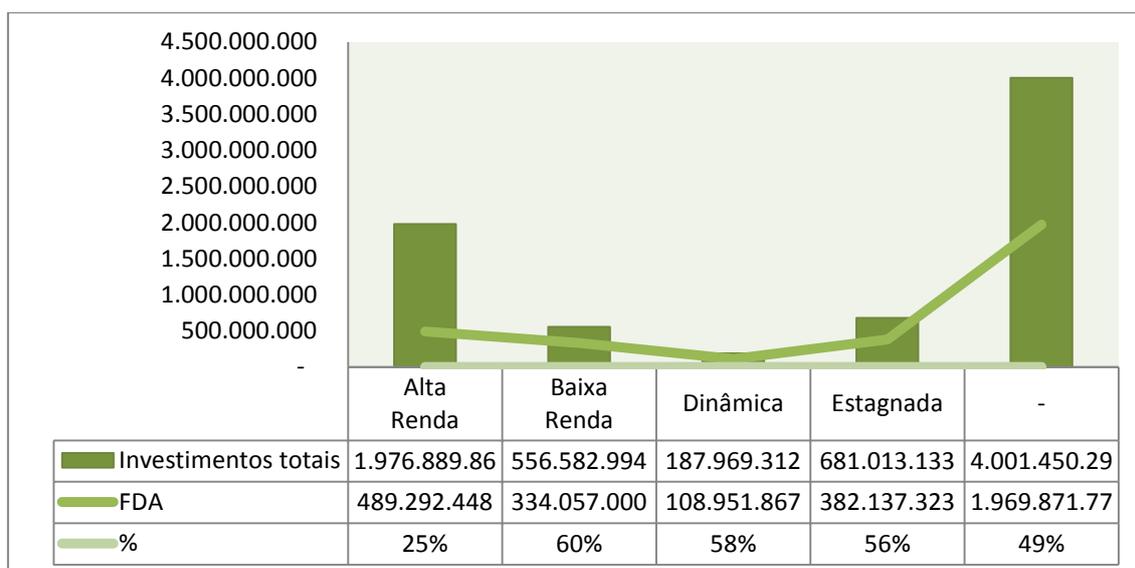
ressaltar que este empreendimento só se financia pelo FDA e por recursos próprios segundo o projeto apresentado.

As UTEs chegam a quase R\$ 1 bilhão em investimentos totais com participação de 59% do fundo nesse valor. Em nível mais baixo de investimentos, as PCHs e UHEs também tem boa parte dos recursos provenientes do fundo, assim como os transportes.

O frigorífico estimou investimentos em R\$ 100 milhões, ao passo que os metais, R\$ 58 milhões, e o curtume, R\$ 29 milhões. Todos têm investimentos menores, mas uma participação relativa mais significativa do fundo nos seus desembolsos.

Na análise por tipologia, a região de alta renda somou R\$1,9 bilhão em investimento, porém a parcela condizente ao FDA correspondeu a 25% deste total, o que vai de acordo com a política, pois esta não é uma área prioritária no geral. O gráfico a frente mostra a distribuição nas outras áreas da PNDR.

**Gráfico 13 – VADI por Tipologia da PNDR.**



**Fonte:** CGAV/Sudam com base nas informações fornecidas pela CGFIN/Sudam.

Na região dinâmica os investimentos previstos totalizam R\$187 milhões, dos quais o FDA participa com 58% desse valor. Nas regiões estagnadas, os investimentos totais estão na ordem de R\$ 681 milhões, bem maiores que na dinâmica, e o FDA conta com uma participação levemente inferior, 56%. Na região de baixa renda, os investimentos chegaram a R\$ 500 milhões, no entanto, a participação do FDA atinge o teto de 60% de participação no valor investido. Nas regiões onde não se pode

estabelecer uma tipologia, os valores chegam a R\$ 4 bilhões e o FDA corresponde a quase metade desta previsão.

Destaca-se nesse item que a participação do FDA nos investimentos nas tipologias de alta renda são menores que nas outras tipologias, com destaque para a baixa renda em que o fundo é utilizado na sua máxima participação financeira. A magnitude de tais investimentos sinaliza para efeitos positivos como externalidades e transbordamentos que possuem potencial para serem canalizados às outras tipologias objetivadas pela PNDR.

Denota-se que o FDA é importante na composição do portfólio de financiamentos de infraestrutura na região norte. Os investimentos apoiados pelo FDA na região amazônica são necessários porque boa parte dos empreendimentos financiados, quando maturados serão de utilização pública<sup>8</sup> (energia e rodovias), que proporcionam também externalidades positivas para a região e dificilmente seriam feitos exclusivamente com capitais oriundos da iniciativa privada.

Ademais no Brasil existe um mercado incompleto<sup>9</sup> de capitais de longo prazo e esses investimentos são de longa maturação, não existindo um sistema de financiamento privado necessário ao esforço de desenvolvimento socioeconômico. Nesse caso, a participação do fundo ajuda na concessão de crédito de longo prazo para que se financiem os investimentos úteis à sociedade e a economia do país.

O Brasil por ser um país em desenvolvimento exige uma coordenação de mercados de alta escala. O objetivo de uma industrialização rápida de um país relativamente atrasado requer uma ordenação de setores prioritários para a instalação de indústrias, o que exige uma estreita coordenação entre empresas, bancos e outros agentes envolvidos. Esse envolvimento vem sendo coordenado pelo Governo Federal através de processos de planejamento como a PNDR, da qual o FDA faz parte.

---

<sup>8</sup> Bens públicos não são adequadamente ofertados pelo mercado e necessitam de uma participação estatal para melhor provê-los, pois são essenciais à sociedade. Para melhor definição, ver Giambiagi e Além (2011).

<sup>9</sup> Entende-se que um mercado é incompleto quando um bem não é ofertado, ainda que seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e conclusões relacionadas ao presente estudo encontram-se resumidos no quadro abaixo:

**Quadro 10** – Resumo dos Resultados

DIMENSÃO	ANÁLISE	INDICADOR	RESULTADO	CONCLUSÃO
ESFORÇO	EXECUÇÃO	TEFF	Máxima 0,38 Mínima 0,34	É regular em relação ao PIB regional, mas ainda pouco expressivo e pode ser elevado.
		TEOF	Máxima 100% Mínima 0%	Inconstante e sensível as alterações regulamentares de 2012.
RESULTADOS	EFICIÊNCIA	TED	Máxima 169% Mínima 0%	Inconstante, mas com boa demanda. Redução de aprovações a partir 2012.
		TMLR	387 dias em 2014	A instituição cumpre o normativo e a tendência é a redução do indicador.
	EFICÁCIA	NTPF	17 projetos	Destaque para Mato Grosso e Rondônia, setor de energia elétrica e região de alta renda e estagnada.
		TCCP	Máxima de 30% Mínima de 0%	Irregular, com pico em 2010 e vales em 2007 e 2012.
	EFETIVIDADE	QE	6.309 empregos	Agroindústria no Pará intensiva em empregos
			2.313 empregos	Restante dos empregos estimados, com destaque para Rondônia, no projeto de frigorífico e na região estagnada.
VADI		13 bilhões	UHE Santo Antônio é o maior investimento, com baixa participação do FDA.	
		7,4 bilhões	Outros investimentos com destaque para o Pará, as linhas de transmissão e áreas com mais de uma tipologia.	

**Fonte:** Elaboração dos Autores.

Os resultados mostram que a taxa de esforço fiscal do FDA (TEFF) é regular e ainda pouco expressiva se comparada com o PIB da Amazônia legal, com o PIB do país e também com o PIB de São Paulo, unidade mais rica da federação, sendo que a taxa de crescimento do FDA acompanha o crescimento do PIB da Amazônia Legal.

O outro indicador (TEOF) aponta que a executividade do fundo é inconstante ao longo da série temporal com oscilações até 2011 e uma regularidade a partir de então, no qual praticamente todo valor orçado é empenhado. Entretanto mudanças na legislação em 2012 para possibilitar autonomia financeira ao fundo causaram efeitos na aprovação dos projetos. A mudança na assunção do risco do fundo para o agente operador provocou uma redução nos projetos aprovados e uma concorrência com outras fontes de financiamento das políticas regionais, como o FNO do Banco da Amazônia S.A.

Na análise de eficiência, a efetivação da demanda oscila bastante entre o que foi solicitado e o que foi liberado afetando a efetivação dos negócios e geração de externalidades positivas, como investimentos e empregos. Complementar a isso, a TMLR que afeta a tomada de decisão do empresário aponta que o tempo médio vem diminuindo. Os dois indicadores sofrem efeitos a partir de 2012, como nos indicadores de execução, embora em todo período a TMLR nunca ultrapassasse o tempo de análise permitido por lei e a demanda continue positiva, o problema está nas aprovações.

Na eficácia, foram aprovados 21 projetos, dos quais 4 foram cancelados. Dos 17 projetos em vigor, os destaques por UF são para Mato Grosso e Rondônia com 4; por atividade econômica, as UTEs, PCHs, Linhas de Transmissão com 3 cada um e UHE com 2; e por Tipologia da PNDR, 5 projetos estão na alta renda e 4 na estagnada. No entanto, é importante ressaltar que apenas um projeto se encontra em região de baixa renda. O mesmo ocorre sob a ótica da UF. Acre e Roraima ainda não são beneficiados diretamente com os recursos do FDA.

Na taxa de crescimento da carteira (TCCP) o crescimento é irregular, variando de 30% em 2010, mas chegando a 0% em 2007 e 2012, quando não houve projetos aprovados. Nota-se também que o cancelamento de quatro projetos até 2010 fez diminuir o número de projetos em carteira.

Com relação à efetividade, a soma de todos os projetos aprovados estimam 8.622 empregos diretos e indiretos. A planta para produção de óleo vegetal no Pará projeta 6.309 empregos, o que corresponde a 72% do total. Se excluído este projeto, que foge a média geral, a projeção de empregos gerados/mantidos corresponde a 2.313 empregos, pois a maioria é intensiva em capital pelo próprio direcionamento do fundo. Os destaques ficam em Rondônia, na implantação da planta frigorífica e na tipologia estagnada.

Os investimentos totais são estimados em R\$20 bilhões com participação de R\$3,9 bilhões do FDA. Entretanto, a UHE de Santo Antônio em Rondônia, uma das grandes obras do PAC, representa R\$ 13 bilhões dos investimentos totais, ou seja, 74% do valor. Porém, a maior parte é oriunda de outras fontes. Os outros projetos contam com boa participação do fundo, que permite até 60% do valor total financiado e contabilizam R\$ 7,4 bilhões em investimentos totais e 44% de participação do FDA. Excluído a UHE Santo Antônio, o estado que mais tem investimentos previstos e

desembolso do FDA é o Pará, a maior atividade são as linhas de transmissão e municípios que abrangem mais de uma tipologia.

Diante do exposto, percebe-se que o FDA é importante na constituição do portfólio financeiro das empresas que desejam investir na Amazônia, mas que pode ainda ser potencializado a partir da identificação dos motivos que levam à baixa taxa de execução orçamentária, a despeito da forte demanda existente pelos recursos do fundo, o que uma vez solucionado pode ensejar solicitação de incremento do orçamento e ampliar seus resultados sobre a Amazônia.

É interessante salientar que o presente relatório encaminha outras análises que ainda podem ser realizadas em relação ao FDA. Essas poderão explorar outros aspectos e as consequências da operação desse fundo para a Amazônia Legal e isso será feito em um momento posterior, no segundo ciclo avaliativo. Mais adiante, no terceiro ciclo, é sugerida uma avaliação com a metodologia de dados em painel de efeito fixo que mede o impacto dos desembolsos no PIB a nível municipal, meso e macrorregional mais condizente para um fundo estruturante que remete a outras externalidades além do emprego e investimento.

#### 4. REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. Metodologia para Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). In: **Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB n. 9**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, p. 1-78, 2010.

GIAMBIAGI, F. ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro: IBGE. n. 42, 2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI. **Portaria nº 382, de 20 de agosto de 2013**. Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em: 06. dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Acompanhamento dos Fundos Regionais em maio de 2015**. Brasília: MI, 2015. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/publicacoes-sfri#mensal>. Acesso em: 14. Dez. 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/content/guia-referencial-para-medi%C3%A7%C3%A3o-de-desempenho-e-manual-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-indicadores>. Acesso em: 14 mai. 2015.

RESENDE, G. MAGALHÃES, J.C., MONTEIRO NETO, A., SOUSA, A.G. Monitoramento e Avaliação dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta de avaliação continuada. In: **Brasil em Desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. **Execução Orçamentária dos Estados (1995-2014)**. Brasília: 2014. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf) Acesso em: 20 jun. 2015.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – Sudam. **Relatórios de Gestão do FDA**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/documentos-institucionais?id=151> Acesso em: 06. dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sudam incentivos fiscais**. Atraindo investimentos, empregos e renda na Amazônia. Belém: Sudam, 2010. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/publicacoes>. Acesso em: 01. mar. 2016.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Relatórios de Gestão do FDNE**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais-e-fundos/fundo-de-desenvolvimento-do-nordeste-fdne/relatorios-de-gestao> Acesso em: 04. Dez. 2015.

## 5. NOTA SOBRE OS AUTORES

**Celso Ângelo de Castro Lima** – Administrador, Atuou como gestor do Porto de Santarém pela Companhia Docas do Pará (2005 a 2012). Atualmente, é Coordenador-Geral da área de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais da Sudam (CGAV/Sudam).

**Kleber Antonio da Costa Mourão** – Economista da CGAV/Sudam; Doutorando em Administração (PPAD/UNAMA); Mestre em Economia (UNAMA, 2003); Especialista em Economia do Trabalho (UFPA, 1998); Especialista em Docência do Ensino Superior (UNAMA, 1997); Professor universitário; Atuou também como Economista no Banco da Amazônia S.A. entre 2002 e 2015.

**Naara Jayze de Souza Soares** – Engenheira Civil da CGAV/Sudam graduada pela UFPA. Atuou como engenheira no Banco da Amazônia S.A. (2011-2013) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2013-2015).

**Rafael Almeida Ramos** – Economista da CGAV/Sudam graduado pela UFPE. Atua na área de avaliação de políticas de desenvolvimento regional e teoria microeconômica.

**Rodrigo Portugal da Costa** – Economista da CGAV/Sudam; Mestre em Economia pela UFPA (2014) e Pesquisador Assistente III do IPEA (2014-Atual). Atuou como Economista no Banco da Amazônia S.A. entre 2012 e 2014 e foi bolsista Erasmus Mundus na Technische Universität Dresden (2009-2010) na Alemanha. Pesquisa na área de Finanças Públicas, Desenvolvimento Regional e Avaliação e Monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Regional.

**Sergio Felipe Melo da Silva** – Economista da CGAV/Sudam; Mestrando em Desenvolvimento Econômico Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Atua na área de avaliação de políticas de desenvolvimento regional, Matriz Insumo Produto; Inovação Tecnológica; Economia ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

## **ANEXOS**

**PROJETOS APROVADOS PELA SUDAM**

NR	EMPRESA	Aprovação		Município	UF	RECURSOS (Em 1,00 Real)				Status	Objetivo
		Res	data			RP	FDA	Outros	Total		
1	Gera - Geradora de Energia do Amazonas S/A	42	31/07/06	Mauaus	AM	40.976.211,59	116.194.954,88	45.419.894,57	202.591.061,04	Implantado	Implantação de uma Usina Termoeletrica denominada UTE Ponta Negra, com 81.250 kw
2	Geracoeste - Usinas Elétricas do Oeste Ltda	38	10/07/06	Juscineira	MT	29.590.187,02	78.382.800,00	27.717.199,98	135.690.187,00	Implantado	Implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica de 29.100 kw.
3	Companhia Energética Mauaara	43	03/08/06	Mauaus	AM	36.356.204,75	98.597.494,65	39.598.624,79	174.552.324,19	Em implantação	Implantação de uma Usina Termoeletrica de 85.380 kw.
4	Usimar - Usina Siderurgica de Marabá S/A	47	11/09/06	Marabá	PA	20.880.000,00	31.320.000,00	23.104.578,15	75.304.578,15	Cancelado	Implantação de duas termoeletricas com capacidade de 5.000 kw cada utilizando como combustível os gases residuais dos alto fornos.
5	Porto Franco Energética S/A	50	09/10/06	Dianópolis	TO	31.094.614,32	76.486.713,42	45.470.106,51	153.051.434,25	Implantado	Implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica de 30.000
6	Usina Elétrica do Nhandu S/A	51	18/10/06	Guaraná do Norte	MT	20.203.588,32	60.061.800,00	19.938.200,00	100.203.588,32	Em implantação	Implantação de duas pequena central hidrelétrica 13.000 e 9.000 KW
7	Braservice Wet Leaterr S/A (*)	52	13/11/06	Pedra Preta	MT	5.957.201,61	17.416.046,00	5.700.000,00	29.073.247,61	Em implantação	Implantação de um Curtume
8	Eletrogos S/A	55	28/11/06	Pimenta Bueno	RO	58.054.618,12	171.961.820,46	57.112.899,41	287.129.337,99	Em implantação	Implantação de uma Usina Hidrelétrica de 73.500 kw
9	Minerva Industria e Comércio de Alimentos Ltda	1	04/03/08	Rollim de Moura	RO	36.606.802,00	53.792.703,00	13.452.203,00	103.851.708,00	Implantado	Implantação de uma planta frigorifica
10	SANEATINS - Companhia de Saneamento do Tocantins	2	04/03/08	Diversos	TO	36.917.979,79	68.906.262,00	14.713.018,92	120.537.260,71	Pediu retirada	Implementação de sistemas de esgotos sanitários.
11	Alubar Metais S/A	3	17/03/08	Barcaena	PA	11.934.781,07	31.474.021,00	15.283.675,20	58.692.477,27	Em implantação	Ampliação de fabricação de vergalhões e goião.
12	Brasnorite Transmissora de Energia S/A	8	21/07/09	diversos	MT	78.702.895,00	123.398.895,00	12.407.250,00	214.509.040,00	Arquivado	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 402 km
13	Geranorte - Geradora de Energia do Norte S/A (**)	13	22/09/09	Miranda do Norte	MA	139.038.544,94	334.057.000,00	83.487.449,11	556.582.984,05	Em implantação	Implantação 2 UTE's com total de 331,70 MW
14	Telemar Norte Leste S/A (***)	1	18/01/10	AP/AM/MA/PA/RR		225.893.616,88	446.481.000,00	220.749.739,00	893.124.355,88	Cancelado	Implantação, Ampliação e Modernização em <sup>Talcahuana, Eua</sup> Linha de Transmissão de 713 km e subestações entre Oxirimã/PA e Macapá/AP
15	Linhas de Macapa Transmissora de Energia S/A	21	24/09/10	Oxirimã/PA Macapá/AP	-	236.990.398,80	569.568.025,80	142.721.618,41	949.280.043,01	Em implantação	Linha de Transmissão de 527 km e subestações entre Tucuruí/PA e Jurupari/PA
16	Linha de Xingu Transmissora de Energia S/A	22	24/09/10	Tucuruí e Junupari	PA	250.614.955,99	602.447.754,41	151.016.938,60	1.004.079.649,00	Em implantação	Implantação de UHE Santo Antonio capacidade de 3.150,40 MW
17	Santo Antonio Energia S/A	33	14/12/10	Porto Velho	RO	4.459.039.802,00	637.316.640,00	8.404.719.000,00	13.501.075.442,00	Em implantação	Linha de Transmissão de Oxirimã/PA a Itacatiara/AM e Itacatiara/AM a Cariri/AM, com Itacatiara/AM e Itacatiara/AM a Cariri/AM, com -3150 MW/
18	Mauaus Transmissora de Energia S/A	4	02/03/11	Oxirimã/PA Cariri/AM	-	592.246.000,00	150.000.000,00	650.000.000,00	1.392.246.000,00	Em implantação	Estação Retificadora nº 01, CA/CC, 500/ ±600 Kv
19	Estação Transmissora de Energia S/A - ETE	8	24/05/11	Porto Velho	RO	140.704.738,62	221.789.000,00	325.785.835,68	688.279.574,30	Em implantação	Obras de recuperação de 122 Km de rodovia
20	Marco da Mesa Concessionaria S/A	14	27/06/13	Primaveira do leste	MT	41.500.480,00	124.500.000,00	41.500.000,00	207.500.480,00	Em implantação	Produção de óleo vegetal, sendo óleo de palma, óleo de palmiste e torta de palmiste.
21	Belém Bioenergia Brasil S/A	8	26/03/14	Taiandã/Tomé-aguiar/ê do Rio	PA	783.743.996,00	576.067.000,00	-	1.359.810.996,00	Em implantação	
<b>TOTAL</b>						<b>7.277.047.616,82</b>	<b>4.590.219.930,62</b>	<b>10.339.898.231,33</b>	<b>22.207.165.778,77</b>		

Fonte: Sudam. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/index.php/fda?id=98>

ANEXO VIII – Mapa estratégico da Sudam vigente no exercício de 2015



ANEXO IX – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas - Sudam

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTÍTULO 539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA ORGAO SUPERIOR 53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/05/2016		VALORES EM UNIDADES DE REAL		PAGINA 1	
TÍTULO	RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		17.755.020,00	17.755.020,00	2.142.530,88	-15.612.489,32
<b>Receitas Tributárias</b>		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		-	-	-	-
Receitas Imobiliárias		-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários		-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões		-	-	-	-
Compensações Financeiras		-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos		-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos		-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>		-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal		-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados		-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias		-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>		-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral		-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação		-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção		-	-	-	-
Outras Receitas Industriais		-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>		17.751.651,00	17.751.651,00	1.800.698,27	-16.150.952,73
<b>Transferências Correntes</b>		-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas		-	-	-	-
Transferências ao Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>		3.369,00	3.369,00	541.832,41	538.463,41
Multas e Juros de Mora		-	-	-	-
Indenizações e Restituições		3.369,00	3.369,00	540.634,80	537.265,80
Receita da Dívida Ativa		-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS		-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RPPS		-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas		-	-	1.197,61	1.197,61
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015  
EMISSÃO 13/05/2016  
PERÍODO Anual  
PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

	RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
	Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
	Transferências do Exterior	-	-	-	-
	Transferência de Pessoas	-	-	-	-
	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
	Transferências de Convênios	-	-	-	-
	Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	Integralização do Capital Social	-	-	-	-
	Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
	Dívida Alínea Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
	Receita Dívida Alínea Amortização Estoque de Café	-	-	-	-
	Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
	Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		17.755.020,00	17.755.020,00	2.142.530,68	-15.612.489,32
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>		-	-	-	-
<b>Mobilizria Contratual</b>		-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>		-	-	-	-
<b>Mobilizria Contratual</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>		17.755.020,00	17.755.020,00	2.142.530,68	-15.612.489,32
<b>DÉFICIT</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>		17.755.020,00	17.755.020,00	61.680.901,50	46.068.412,18
<b>TOTAL</b>		17.755.020,00	17.755.020,00	63.823.432,18	30.451.932,86
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>					
	Créditos Adicionais Abertos com Superáv. Financeiro	-	-	-	-
	Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
	Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
	Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

ORGAO SUPERIOR 53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
13/05/2016	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>49.545.943,00</b>	<b>53.428.435,00</b>	<b>42.928.442,04</b>	<b>38.815.713,60</b>	<b>38.589.925,93</b>	<b>10.489.992,96</b>
Pessoal e Encargos Sociais	28.335.728,00	30.909.220,00	30.408.469,13	30.408.469,13	30.196.867,59	500.750,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	21.210.215,00	22.519.215,00	12.519.972,91	8.407.244,47	8.393.058,34	9.899.242,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>78.233.933,00</b>	<b>78.924.933,00</b>	<b>20.894.990,14</b>	<b>3.100,00</b>	<b>3.100,00</b>	<b>58.029.942,86</b>
Investimentos	78.233.933,00	78.924.933,00	20.894.990,14	3.100,00	3.100,00	58.029.942,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>127.779.876,00</b>	<b>132.353.368,00</b>	<b>63.823.432,18</b>	<b>38.818.813,60</b>	<b>38.693.025,93</b>	<b>68.529.935,82</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>127.779.876,00</b>	<b>132.353.368,00</b>	<b>63.823.432,18</b>	<b>38.818.813,60</b>	<b>38.693.025,93</b>	<b>68.529.935,82</b>
<b>TOTAL</b>	<b>127.779.876,00</b>	<b>132.353.368,00</b>	<b>63.823.432,18</b>	<b>38.818.813,60</b>	<b>38.693.025,93</b>	<b>68.529.935,82</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADAS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>304.039,99</b>	<b>2.032.938,01</b>	<b>966.576,35</b>	<b>966.576,35</b>	<b>1.317.802,75</b>	<b>52.598,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	304.039,99	2.032.938,01	966.576,35	966.576,35	1.317.802,75	52.598,90
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.074.055,09</b>	<b>7.335.282,94</b>	<b>8.671.262,56</b>	<b>7.871.262,56</b>	<b>718.075,47</b>	<b>820.000,00</b>
Investimentos	2.074.055,09	7.335.282,94	8.671.262,56	7.871.262,56	718.075,47	820.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.378.095,08</b>	<b>9.368.220,95</b>	<b>9.637.838,91</b>	<b>8.837.838,91</b>	<b>2.035.878,22</b>	<b>872.598,90</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>418,12</b>	<b>290.383,72</b>	<b>290.383,72</b>	<b>418,12</b>	<b>-0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	284.175,26	284.175,26	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual  
EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
13/05/2016 4

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ORGAO SUPERIOR 53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	418,12	6.208,46	6.208,46	418,12	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	779.687,42	-	-	779.687,42	-
Investimentos	779.687,42	-	-	779.687,42	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>780.105,54</b>	<b>290.383,72</b>	<b>290.383,72</b>	<b>780.105,54</b>	<b>-</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ORÇAO SUPERIOR 53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO PERÍODO  
2015 Anual  
EMISSÃO PÁGINA  
13/05/2016 1  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.142.530,68</b>		<b>63.823.432,18</b>	
Ordinárias	767.380,30		51.819.593,54	
Vinculadas	1.375.150,38		12.003.838,64	
Educação				
Seguridade Social (Exceção RGPS)				
Operação de Crédito			783.955,84	
Alienação de Bens e Direitos				
Transferências Constitucionais e Legais				
Previdência Social (RGPS)				
Doutores				
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.375.150,38		11.219.882,80	
Outros Recursos Vinculados a Fundos				
Demais Recursos				
(*) Deduções da Receita Orçamentária				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>39.693.141,32</b>		<b>5.046.604,29</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária	31.159.081,67		1.800.581,75	
Cota Recebida	31.159.081,67		1.800.581,75	
Repassa Recebido				
Sub-repassa Recebido				
Recursos Arrecadados - Recebidos				
Valores Diferidos - Balixa				
Valores Diferidos - Inscricão				
Correspondência de Débitos				
Cota Devolvida				
Repassa Devolvido				
Sub-repassa Devolvido				
Independentes da Execução Orçamentária	8.534.059,65		3.246.022,54	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.533.179,15		2.478.842,24	
Demais Transferências Recebidas	890,50		767.380,30	
Movimentação de Saldos Patrimoniais				
Movimentações para Incorporação de Saldos				
Aporte ao RPPS				
Aporte ao RGPS				
<b>Recabimentos Extraorçamentários</b>	<b>25.248.610,36</b>		<b>9.144.978,82</b>	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	225.787,67		290.383,72	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.004.618,58		8.837.838,91	
Débitos Resilíveis e Valores Vinculados	-86.132,65		16.756,19	
Outros Recabimentos Extraorçamentários	105.336,76		-	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento				
Restituições a Pagar				
Passivos, Transferidos				
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior				



**MINISTERIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	53903 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	2015	ANUAL
ORÇAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	PÁGINA
		13/05/2016	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-
DARF - SISCOEX	-	-	Ajuse Acumulado de Conversão	-
Ajuse Acumulado de Conversão	-	-	Damais Pagamentos	-
Damais Recebimentos	105.336,76	-		
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>66.068.279,82</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>55.138.546,89</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.068.279,82	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.138.546,89
<b>TOTAL</b>	<b>133.153.562,18</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>133.153.562,18</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual  
EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
13/05/2016 1

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ÓRGÃO SUPERIOR 35202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
		2015	2014	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>194.056.495,65</b>	<b>194.665.318,37</b>	<b>1.491.932,30</b>	<b>3.851.989,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		55.138.546,89	66.068.279,82	328.833,25	-
Creditos a Curto Prazo		-	-	-	-
Creditos Tributarios a Receber		-	-	-	6.628,58
Clientes		-	-	-	469,30
Creditos de Transferencias a Receber		-	-	-	-
Emprestimos e Financiamentos Concedidos		-	-	-	-
Divida Ativa Tributaria		-	-	-	-
Divida Ativa Não Tributaria		-	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Creditos de Curto Prazo		138.402.393,19	128.088.803,06	1.163.879,05	3.844.873,70
Demais Creditos e Valores a Curto Prazo		-	-	-	-
Investimentos e Aplicacoes Temporarias a Curto Prazo		515.935,57	509.035,49	-	-
Estoque		-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.772.219,55</b>	<b>7.268.470,61</b>		
Ativo Realizavel a Longo Prazo		-	-	-	-
Demais Creditos e Valores a Longo Prazo		-	-	-	-
Investimentos e Aplicacoes Temporarias a Longo Prazo		-	-	-	-
Estoque		-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	-	-
Investimentos		683.607,80	683.607,80	-	-
Participacoes Permanentes		683.607,80	683.607,80	-	-
Participacoes Avaliadas pelo Metodo da Equivalencia Patrimonial		-	-	-	-
Participacoes Avaliadas pelo Metodo de Custo		-	-	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperavel de Participacoes Permanentes		-	-	-	-
Propriedades para Investimento		-	-	-	-
Propriedades para Investimento		-	-	-	-
(-) Depreciacao Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	-	-
(-) Reducao ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	-	-
(-) Reducao ao Valor Recuperavel de Investimentos do RPPS		-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	-	-
(-) Reducao ao Valor Recuperavel de Demais Invest. Perm.		-	-	-	-
<b>Imobilizado</b>		<b>7.088.611,75</b>	<b>6.524.882,81</b>	<b>200.338.782,90</b>	<b>198.022.419,40</b>
Bens Moveis		5.285.340,59	4.721.591,65	-	-
Bens Moveis		7.408.856,60	6.475.727,94	-	-
(-) Depreciacao/Amortizacao/Exaustao Acum. de Bens Moveis		-2.123.516,01	-1.754.138,29	-	-
(-) Reducao ao Valor Recuperavel de Bens Moveis		-	-	-	-
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.491.932,30</b>	<b>1.491.932,30</b>		
Obrigacoes Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-	-	-
Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	-
Obrigacoes Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	-
Provisoes de Longo Prazo		-	-	-	-
Demais Obrigacoes a Longo Prazo		-	-	-	-
Resultado Diferido		-	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.491.932,30</b>	<b>1.491.932,30</b>		
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>200.338.782,90</b>	<b>198.022.419,40</b>		
Patrimonio Social e Capital Social		-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	-	-
Reservas de Capital		-	-	-	-
Ajustes de Avaliacao Patrimonial		-	-	-	-
Reservas de Lucros		-	-	-	-
Demais Reservas		-	-	-	-
Resultados Acumulados		-	-	-	-
Resultado do Exercicio		-	-	-	-
Resultados de Exercicios Anteriores		-	-	-	-
(-) Acoes / Cotas em Tesouraria		-	-	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>200.338.782,90</b>	<b>198.022.419,40</b>		



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual  
EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
13/05/2016 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
Bens Imóveis	1.803.271,16	1.803.271,16		
Bens Móveis	1.803.271,16	1.803.271,16		
(-) Degr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-		
<b>Intangível</b>	-	-		
Softwares	-	-		
Softwares	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
<b>Diferido</b>	-	-		
Diferido	-	-		
(-) Amortização Acumulada	-	-		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>201.828.715,20</b>	<b>201.874.388,98</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>201.828.715,20 201.874.388,98</b>

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>55.162.961,18</b>	<b>74.837.659,94</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>20.319,070,67</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>146.665.754,02</b>	<b>127.036.729,04</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>249.479,11</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>175.239.565,42 198.022.419,40</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>2.120.811,07</b>	<b>2.130.958,40</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>17.351.433,89</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.120.811,07	2.130.958,40	Execução dos Atos Potenciais Passivos	17.351.433,89
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.120.811,07	1.060.958,40	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conventuais e Outros Instrumentos Cong	1.000.000,00	1.070.000,00	Obrigações Conventuais e Outros Instrum Congen	14.872.736,76
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.478.697,13
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.120.811,07</b>	<b>2.130.958,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>17.351.433,89</b>



MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXERCICIO	PERIODO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
			EMISSAO	PAGINA
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	2015	Anual		
SUBTITULO	539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		1305/2016	3
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários				-19.865.131,01
Recursos Vinculados				48.708.421,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas				48.811.310,36
Demais Recursos				-102.888,84
TOTAL				28.843.290,51



**MINISTERIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/05/2016	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>47.077.074,86</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.351.948,93</b>	
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.351.948,93</b>	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos da Moeda	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Desequilíbrios Financeiros Oritidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>38.972,96</b>	
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos e/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>248.749,34</b>	
Reavalição de Ativos	-	-
Ganhos com Alteração	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>39.693.141,32</b>	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-
<b>2.285.565,29</b>		



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		EXERCÍCIO		PERÍODO	
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		2015		Anual	
SUBTÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		13/05/2016		2	
ORGAO SUPERIOR		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA					

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VPA de Dívida Ativa			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas			
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
<b>Pessoal e Encargos</b>			
Remuneração a Pessoal			
Encargos Patronais			
Benefícios a Pessoal			
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos			
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>			
Aposentadorias e Reformas			
Pensões			
Benefícios de Prestação Continuada			
Benefícios Eventuais			
Políticas Públicas de Transferência de Renda			
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>			
Uso de Material de Consumo			
Serviços			
Depreciação, Amortização e Exaustão			
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Concedidos			
Aportes ao Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>			
Transferências Intergovernamentais			
Transferências Intra-governamentais			
Transferências a Instituições Privadas			
Transferências a Instituições Multigovernamentais			
Transferências a Condições Públicas			
Transferências ao Exterior			
Execução Orçamentária Delegada a Entes			
Outras Transferências e Delegações Concedidas			
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>			
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			
Perdas Involuntárias			
Incorporação de Passivos			
		111.328,76	-
		6.823,50	-
		1.111.919,38	-
		5.046.604,29	-
		454.000,00	-
		5.507.427,79	-
		369.379,72	-
		7.795.606,11	-
		136.698,15	-
		1.731,32	-
		8.301.083,98	-
		948.005,19	-
		62.853,48	-
		1.012.589,99	-
		98.457,26	-
		1.220.695,47	-
		4.224.195,90	-
		22.867.667,59	-
		28.401.017,22	-
		44.762.711,36	-
		2.285.565,29	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual  
EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
13/05/2016 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 532013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ORÇAO SUPERIOR 53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

		2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Destinação de Ativos			
<b>Tributárias</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas			
Custos dos Produtos Vendidos			
Custo dos Serviços Prestados			
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>			
Previdências			
Resultado Negativo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Incentivos			
Subvenções Econômicas			
Participações e Contribuições			
Constituição de Provisões			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>2.314.363,50</b>	<b>-</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		<b>2015</b>	<b>2014</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Atual
EMISSÃO	PÁGINA
1305/2015	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	2015	2014
SUBTÍTULO	539013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		
ORÇAO SUPERIOR	53902 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>			
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>			
Recetas Tributárias		41.854.876,11	-
Receta de Contribuições		2.142.530,68	-
Receta Patrimonial		-	-
Receta Agropecuária		-	-
Receta Industrial		-	-
Receta de Serviços		1.600.698,27	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		541.832,41	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		39.712.345,43	-
Ingressos Extrorçamentários		-86.132,65	-
Restituições a Pagar		-	-
Passivos Transferidos		-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		-	-
Anecação de Outra Unidade		39.693.141,32	-
Variação Cambial		-	-
Valores para Compensação		-	-
Valores em Trânsito		-	-
DARF - SISCOEX		-	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	-
Demais Recebimentos		105.336,76	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		-51.845.656,58	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		-35.328.128,27	-
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-34.276.586,86	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-	-
Saúde		-1.051.539,41	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
1305/2016	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	2015	2014
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS</b>		
<b>SUBTÍTULO</b>		
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		
<b>ORGAO SUPERIOR</b>		
53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitlação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Conta de Pagamento		
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
<b>Transferências Concedidas</b>		
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municipais		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Concedidas		
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		
Despêndios Extraorçamentários		
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Pagamento de Passivos Recebidos		
Transferências Financeiras Concedidas		
Cancelamento de Dívidas do Exercício Anterior		
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Variação Cambial		
Valores Compensados		
Valores em Trânsito		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Demais Pagamentos		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
	<b>-318.952,46</b>	
<b>INGRESSOS</b>		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		



MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/05/2016	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-938.952,46	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-938.952,46	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-10.929.732,93</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>66.068.279,82</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>55.138.546,89</b>	<b>-</b>

ANEXO X – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas – FDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	2015	Anual
ÓRGÃO SUPERIOR	53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	PÁGINA
		12/09/2016	1
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>162.475.578,12</b>	-	<b>Despesa Orçamentárias</b>	-
Ordinárias	457,64	-	Ordinárias	-
Vinculadas	162.475.120,48	-	Vinculadas	-
Educação	-	-	Educação	-
Seguridade Social (Excoo RGPS)	-	-	Seguridade Social (Excoo RGPS)	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-
Atenuação de Bens e Direitos	-	-	Atenuação de Bens e Direitos	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-
Doações	-	-	Doações	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	162.475.120,48	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-
(1) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>44.632.914,20</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>457,64</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-
Repasses Recebido	-	-	Repasses Concedido	-
Sub-repasses Recebido	-	-	Sub-repasses Concedido	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-
Valores Diferidos - Inscrito	-	-	Valores Diferidos - Inscrito	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-
Repasses Devolvido	-	-	Repasses Devolvido	-
Sub-repasses Devolvido	-	-	Sub-repasses Devolvido	-
Independentes da Execução Orçamentária	44.632.914,20	-	Independentes da Execução Orçamentária	457,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-
Demais Transferências Recebidas	44.632.914,20	-	Demais Transferências Concedidas	457,64
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>44.632.914,20</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>44.632.914,20</b>
Inscricao dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-
Inscricao dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-
Depósitos Resilíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Resilíveis e Valores Vinculados	44.632.914,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Débitos do Exercício Anterior	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ORGÃO SUPERIOR 53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 12/09/2016 PÁGINA 2  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		2015	2014	DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO	
Arecadação de Outra Unidade				Transferência de Arecadação para Outra Unidade	
Variação Cambial				Variação Cambial	
Valores para Compensação				Valores Compensados	
Valores em Trânsito				Valores em Trânsito	
DARF - SISCOLEX				Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão				Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos				Saldo para o Exercício Seguinte	
Saldo do Exercício Anterior		417.480.639,98		Caixa e Equivalentes de Caixa	
Caixa e Equivalentes de Caixa		417.480.639,98		Caixa e Equivalentes de Caixa	
<b>TOTAL</b>		<b>624.688.132,20</b>		<b>TOTAL</b>	
				679.366.760,36	
				579.955.760,36	
				<b>624.688.132,20</b>	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ÓRGÃO SUPERIOR 53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2015  
EMISSÃO 12/09/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

PERÍODO Anual  
PÁGINA 1

RECEITA					
	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>188.135.529,00</b>	<b>188.135.529,00</b>	<b>457,64</b>	<b>-188.135.071,36</b>
<b>Receitas Tributárias</b>		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-	-	-
<b>Recarga Patrimonial</b>		<b>188.135.529,00</b>	<b>188.135.529,00</b>	-	<b>-188.135.529,00</b>
Recargas Imobiliárias		-	-	-	-
Recargas de Valores Mobiliários		-	-	-	-
Recarga de Concessões e Permissões		188.135.529,00	188.135.529,00	-	-188.135.529,00
Compensações Financeiras		-	-	-	-
Recarga Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos		-	-	-	-
Recarga de Cassão de Direitos		-	-	-	-
Outras Recargas Patrimoniais		-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>		-	-	-	-
Recarga da Produção Vegetal		-	-	-	-
Recarga da Produção Animal e Derivados		-	-	-	-
Outras Recargas Agropecuárias		-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>		-	-	-	-
Recarga da Indústria Extrativa Mineral		-	-	-	-
Recarga da Indústria de Transformação		-	-	-	-
Recarga da Indústria de Construção		-	-	-	-
Outras Recargas Industriais		-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>		-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>		-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas		-	-	-	-
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora		-	-	-	-
Indenizações e Restituições		-	-	-	-
Recarga da Dívida Ativa		-	-	-	-
Recargas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS		-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensação ao RPPS		-	-	-	-
Recargas Correntes Diversas		-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>103.276.130,00</b>	<b>103.276.130,00</b>	<b>182.475.130,48</b>	<b>59.188.990,48</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	12/09/2018	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>					
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>					
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>					
<b>Transferências de Capital</b>		103.278.130,00	103.278.130,00	162.478.120,48	59.198.990,48
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>					
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiadm.	-	-	-	-	-
Recicla Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-	-
Recicla de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Recicla de Capital Diversas	-	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		291.411.659,00	291.411.659,00	162.478.578,12	-128.938.080,88
<b>REFINANCIAMENTO</b>					
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Mobilizria	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Mobilizria	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		291.411.659,00	291.411.659,00	162.478.578,12	-128.938.080,88
<b>TOTAL</b>		291.411.659,00	291.411.659,00	162.478.578,12	-128.938.080,88
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Anulação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Restritos	-	-	-	-	-
<b>DESPESA</b>					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
DOTAÇÃO INICIAL					
DOTAÇÃO ATUALIZADA					
DESPESAS EMPENHADAS					
DESPESAS LIQUIDADAS					
DESPESAS PAGAS					
SALDO DA DOTAÇÃO					



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	ANUAL
SUBTÍTULO	339008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	12/09/2018	PÁGINA	3
ORGAO SUPERIOR	33904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

		DESPESA						
		DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Passal e Encargos Sociais</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	-	-	-	1.397.512.880,00
<b>Investimentos</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Inverdes Financeiras</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>		1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	-	-	-	1.397.512.880,00
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		-	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	-	-	-	1.397.512.880,00
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>		-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>		-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		-	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	-	-	-	1.397.512.880,00
<b>SUPERAVIT</b>		-	-	-	162.476.678,12	-	-	-162.476.678,12
<b>TOTAL</b>		-	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	162.476.678,12	-	-	1.235.037.201,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Passal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	702.249.139,21	1.397.512.880,00	44.632.914,20	44.632.914,20	1.437.739.912,76	617.336.192,26
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inverdes Financeiras</b>	702.249.139,21	1.397.512.880,00	44.632.914,20	44.632.914,20	1.437.739.912,76	617.336.192,26
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	702.249.139,21	1.397.512.880,00	44.632.914,20	44.632.914,20	1.437.739.912,76	617.336.192,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
<b>Passal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2015	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	12/09/2016	PÁGINA	4
ÓRGÃO SUPERIOR	539004 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>475.306.829,33</b>	-	-	<b>475.306.829,33</b>	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Invenções Financeiras	475.306.829,33	-	-	475.306.829,33	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>475.306.829,33</b>	-	-	<b>475.306.829,33</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual

MISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
12/09/2016 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	
SUBTÍTULO	339008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		2015	
ORÇAO SUPERIOR	33904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		12/09/2016	
VALORES EM UNIDADES DE REAL				
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	679.955.760,36	1.518.729.721,79	-	479.389.412,79
<b>Creditos a Curto Prazo</b>	-	417.460.539,89	-	-
Creditos Tributarios a Receber	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-
Creditos de Transferencias a Receber	-	-	-	-
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Divida Alvia Tributaria	-	-	-	-
Divida Alvia Não Tributaria	-	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Creditos de Curto Prazo	-	1.101.249.081,91	-	-
<b>Demais Creditos e Valores a Curto Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Investimentos e Aplicacoes Temporarias a Curto Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Estoques</b>	-	-	-	-
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	-	-	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.540.980.795,60</b>	<b>6.935.945.606,28</b>	<b>8.540.980.795,60</b>	<b>6.935.945.606,28</b>
<b>Ativo Realizavel a Longo Prazo</b>	8.540.980.795,60	6.935.945.606,28	8.540.980.795,60	6.935.945.606,28
Creditos a Longo Prazo	-	6.935.945.606,28	-	-
Creditos Tributarios a Receber	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Divida Alvia Tributaria	8.540.980.795,60	6.935.945.606,28	8.540.980.795,60	6.935.945.606,28
Divida Alvia Não Tributaria	-	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Creditos de Longo Prazo	-	-	-	-
<b>Demais Creditos e Valores a Longo Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Investimentos e Aplicacoes Temporarias a Longo Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Estoques</b>	-	-	-	-
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-
Participacoes Permanentes	-	-	-	-
Participacoes Avaliadas pelo Metodo da Equivalencia Patrimonial	-	-	-	-
Participacoes Avaliadas pelo Metodo de Custo	-	-	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperavel de Participacoes Permanentes	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
(-) Depreciacao Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-
(-) Reducao ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-
<b>Investimentos do RPPS de Longo Prazo</b>	-	-	-	-
(-) Reducao ao Valor Recuperavel de Investimentos do RPPS	-	-	-	-
<b>Demais Investimentos Permanentes</b>	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Obrigacoes Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo</b>	-	-	-	-
Obrigacoes e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	-
Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-
Obrigacoes Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Obrigacoes de Resgatado a Outros Entes	-	-	-	-
Provisoes de Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigacoes a Curto Prazo	-	-	-	-
<b>Obrigacoes de Curto Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Demais Obrigacoes a Curto Prazo</b>	-	-	-	-
<b>Resultado Diferido</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL</b>	<b>479.389.412,79</b>	<b>479.389.412,79</b>	<b>479.389.412,79</b>	<b>479.389.412,79</b>
<b>ESPECIFICACAO</b>				
Patrimonio Social e Capital Social	2015	2014	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Avaliacao Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	9.120.936.666,96	7.979.285.915,28	9.120.936.666,96	7.979.285.915,28
Resultados Acumulados	-	-	-	-
Resultado do Exercicio	1.141.650.640,89	-	1.141.650.640,89	-
Resultados de Exercicios Anteriores	7.979.285.915,28	7.979.285.915,28	7.979.285.915,28	7.979.285.915,28
(-) Acoes / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>9.120.936.666,96</b>	<b>7.979.285.915,28</b>	<b>9.120.936.666,96</b>	<b>7.979.285.915,28</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_  
2015

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO \_\_\_\_\_  
12/09/2016

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		
ORGAO SUPERIOR	53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		

ESPECIFICAÇÃO	2015		2014		ESPECIFICAÇÃO	2015		2014	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-					
<b>Imobilizado</b>									
Bens Móveis	-	-	-	-					
Bens Móveis	-	-	-	-					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-					
Bens Imóveis	-	-	-	-					
Bens Imóveis	-	-	-	-					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-					
<b>Intangível</b>									
Softwares	-	-	-	-					
Softwares	-	-	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-					
<b>Diferido</b>									
Diferido	-	-	-	-					
(-) Amortização Acumulada	-	-	-	-					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.120.938.656,96</b>	<b>8.464.675.328,07</b>	<b>9.120.938.656,96</b>	<b>8.464.675.328,07</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.120.938.656,96</b>	<b>8.464.675.328,07</b>	<b>9.120.938.656,96</b>	<b>8.464.675.328,07</b>

ESPECIFICAÇÃO	2015		2014		ESPECIFICAÇÃO	2015		2014	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>679.956.760,36</b>	<b>1.518.729.721,79</b>	<b>679.956.760,36</b>	<b>1.518.729.721,79</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>617.335.192,25</b>	<b>2.575.151.432,00</b>	<b>617.335.192,25</b>	<b>2.575.151.432,00</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>8.540.980.795,60</b>	<b>6.935.945.608,28</b>	<b>8.540.980.795,60</b>	<b>6.935.945.608,28</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-2.099.762.019,21</b>	<b>-</b>	<b>-2.099.762.019,21</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>8.503.601.363,71</b>	<b>7.379.285.515,28</b>	<b>8.503.601.363,71</b>	<b>7.379.285.515,28</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	2015		2014		ESPECIFICAÇÃO	2015		2014	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

ORGÃO SUPERIOR 53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 12/09/2016 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Cong	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
<b>Recursos Ordinários</b>			<b>-176.690.071,07</b>
<b>Recursos Vinculados</b>			<b>433.310.639,18</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			433.310.639,18
<b>TOTAL</b>			<b>-37.379.431,89</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	2015	Anual
ÓRGÃO SUPERIOR	53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO	PÁGINA
		12/09/2016	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2015	2014
<b>INGRESSOS</b>	<b>44.832.914,20</b>	
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>44.833.371,84</b>	
Receita Tributária	457,64	
Receita de Contribuições	-	
Receita Patrimonial	-	
Receita Agropecuária	-	
Receita Industrial	-	
Receita de Serviços	-	
Remuneração das Disponibilidades	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	457,64	
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		
Intergovernamentais	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	
Dos Municípios	-	
Intergovernamentais	-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>44.832.914,20</b>	
Ingressos Extrorçamentários	-	
Restituições a Pagar	-	
Passivos Transferidos	-	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	
Transferências Financeiras Recebidas	-	
Arrecadação de Outra Unidade	44.832.914,20	
Variação Cambial	-	
Valores para Compensação	-	
Valores em Trânsito	-	
DARF - SISCOWEX	-	
Ajuste Acumulado de Conversão	-	
Demais Recebimentos	-	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-457,64</b>	
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		
Legislativo	-	
Judiciário	-	
Essencial à Justiça	-	
Administração	-	
Defesa Nacional	-	
Segurança Pública	-	
Relações Exteriores	-	
Assistência Social	-	
Previdência Social	-	
Saúde	-	
Trabalho	-	
Educação	-	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO		EXERCÍCIO		PERÍODO	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		2015		Anual	
SUBTÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		12/09/2016		2	
ORÇAO SUPERIOR		53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitajaçao	-	-
Saneamento	-	-
Gestao Ambiental	-	-
Ciencia e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organizaaçao Agraria	-	-
Industria	-	-
Comercio e Servicos	-	-
Comunicaçoes	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancarias não Sacadas - Cartao de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Divida</b>	-	-
Juros e Correçao Monetaria da Divida Interna	-	-
Juros e Correçao Monetaria da Divida Externa	-	-
Outros Encargos da Divida	-	-
<b>Transferencias Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municipios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferencias Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-457,64	-
Despndios Extrorçamentarios	-	-
Pagamento de Restituiçoes de Exercicios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferencias Financeiras Concedidas	-457,64	-
Cancelamento de Direitos do Exercico Anterior	-	-
Transferencia de Arrecadaçao para Outra Unidade	-	-
Variaçao Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trãnsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversao	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	117.244,206,28	-
<b>INGRESSOS</b>	182.475,120,48	-
Alienacao de Bens	-	-
Amortizaaçao de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	182.475,120,48	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

ORGAO SUPERIOR 53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2015 PERIODO Anual

EMISSAO 12/09/2016 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-44.632.914,20	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-44.632.914,20	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento de Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>162.475.120,48</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>417.480.639,88</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>579.955.760,36</b>	<b>-</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	53908 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	2015	Anual
ORGÃO SUPERIOR	53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EMISSÃO 12/09/2016	PÁGINA 1
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>			
Impostos		2.243.414.493,8	-
Taxas		-	-
<b>Contribuições de Melhoria</b>			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>			
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.560.916.588,7	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>			
Transferências Intragovernamentais		44.632.914,20	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		475.389.412,79	-
<b>Valorização e Ganhos e/ou Desincorporação de Passivos</b>			
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		475.389.412,79	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>			
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		162.475.578,12	-
Resultado Positivo de Participações		162.475.120,48	-
Operações de Autoridade Monetária		-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO \_\_\_\_\_ PERÍODO \_\_\_\_\_  
2015 Anual  
EMISSÃO \_\_\_\_\_ PÁGINA \_\_\_\_\_  
12/09/2016 3

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 539008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA  
ORGÃO SUPERIOR 53904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
Desincorporação de Ativos			
<b>Tributárias</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.101.763.995,5	-
Contribuições		-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>			
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>1.141.550.540,6</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

339008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

33904 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2015  
EMISSÃO 12/09/2016  
PERÍODO DEZEMBRO  
PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação		Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2015		15.988.571.830,59C	-	15.988.571.830,59C
Variação Cambial		-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-
Aumento/Redução de Capital		-	-	-
Resgate/Reinvestido de Ações e Cotas		-	-	-
Contul/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-
Resultado do Exercício		2.283.301.281,39C	-	2.283.301.281,39C
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-
Dividendos/Lucros sobre Capital Próprio		-	-	-
Provisão Tributária - IRCS e/Res. de Reavaliação		-	-	-
Saldos de Fundo, Custo e Incorporação		-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015		18.241.873.111,92C	-	18.241.873.111,92C